

LUIZ GONZAGA FALCÃO VASCONCELLOS

ITINERÁRIOS GEOGRÁFICOS: pensando e refletindo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Profa. Dra. Adrianly de Ávila Melo Sampaio.

Uberlândia – MG

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos

ITINERÁRIOS GEOGRÁFICOS: pensando e refletindo

Profa. Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio
Universidade Federal de Uberlândia – UFU
Instituto de Geografia
Laboratório de Geografia e Educação Popular - LAGEPOP
(Orientadora)

Prof. Dr. João Carlos Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Escola Técnica de Saúde – ESTES
(Examinador)

Prof. Dr. João Donizete Lima - Examinador
Universidade Federal de Goiás - UFG
Instituto de Geografia - Regional Catalão
(Examinador)

Data: 16/12/2014.

Resultado: Aprovado com Louvor, sendo recomendada a publicação dos capítulos 1, 4 e 5 pela sua relevante contribuição para o Ensino de Geografia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- F181i
2014 Falcão Vasconcellos, Luiz Gonzaga, 1947-
 Itinerários geográficos : pensando e refletindo / Luiz Gonzaga
 Falcão Vasconcellos. - 2014.
 220 f. : il.
- Orientadora: Adrianly de Ávila Melo Sampaio.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia.
 Inclui bibliografia.
1. Geografia - Teses. 2. Educação popular - Teses.
 3. Cidadania - Teses. 4. Planejamento participativo - Teses. I. Sampaio,
 Adrianly de Ávila Melo. II. Universidade Federal de Uberlândia,
 Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Em nome de Rafael Floresta, Sofia e Laís, dedico esse trabalho a todas as crianças, das diferentes culturas e etnias, nos cantos do Brasil e da Terra, com sentimentos, utopias e sonhos em favor de novos mundos possíveis, o que obriga a pensar no desafio das ações necessárias às suas realizações.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à vida, pelos desafios e ensinamentos que tem me propiciado no caminhar e construir itinerários e percursos de minhas histórias, com avanços, percalços, crescimentos, caídas e retomadas, em um processo implicado com o moto-contínuo do aprendizado e do exercício da arte de existir.

Gratidão a todas as pessoas com as quais tenho convivido de forma mais próxima nessa caminhada beirando setenta anos, e que me ensinaram ou ensinam valores e posturas que nem sempre importam, tais como “humanidade”, solidariedade, “amor”, partilha, dignidade, compaixão, acolhimento, afeição, respeito, carinho, equidade e indignação com injustiças sociais e práticas de opressão.

Adriany: solidária, amiga, educadora, parceira, digna, verdadeira, companheira, “humana”...
Gratidão

RESUMO

A dissertação *“Itinerários Geográficos: Pensar e Refletir”*, no geral, objetivou analisar e discutir trabalhos do Geógrafo Urbanista e Professor Universitário, Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, apreciando a contribuição do mesmo, em especial para a Geografia e suas interrelações com a educação, o local e a cidade-urbano, e também para a conexão de saberes entre áreas do conhecimento, a universidade e a “comunidade”. Especificamente, objetivou elencar alguns trabalhos para serem pensados e refletidos. Metodologicamente, foi desenvolvida na perspectiva de analisar e discutir trabalhos elencados e suas contribuições para a temática da Geografia e áreas afins. Resgatar itinerários profissionais e socioculturais de uma pessoa não significa que se está falando sobre ela, mas discutindo e refletindo quanto a trajetórias, realizações e produções relacionadas à Geografia e suas inter-relações. E não é possível separar a pessoa do professor – no caso, geógrafo –, uma vez que o professor constitui significativo conteúdo da pessoa. Assim, em um primeiro momento, revisei projetos e outros trabalhos realizados nos últimos 20 anos. Em seguida, selecionei algumas produções para apreciação, sendo elas: *Lugar e Educação Urbana; Educação Popular: O Município e a Cidade, Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação, Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade, O estudo da cidade e do urbano através da música, da poesia e do poema: subsídios para os ensinamentos fundamental e médio, Ações 14 – Direito à cidade: dialogando e matutando – universidade e comunidades populares em Uberlândia e Universidade e Cidade: Convergências na Construção de uma Gestão Urbana Participativa (Plano Diretor Participativo de Nova Ponte – MG)*. Realizar um percurso dessa envergadura buscando apreciar, em acordo com o distanciamento possível, ao menos cronológico, em termos das experiências pessoais do profissional e sua importância como componente de minha formação permanente como geógrafo/professor, considerando a maneira em que tenho me inserido, refletido e atuado profissionalmente, é como se fosse escrever capítulos de uma “autobiografia”, procurando “me enxergar” em vista do aperfeiçoamento inesgotável que se pode usufruir, havendo disposição para tal. São cinco capítulos, a saber: 1, *Geografia, Cidade-Urbano e Educação*; 2, *O Que se Tem, e o Que se Deseja: “Desenhando” e Educando e Construindo “Lugares”*; 3, *Planejamento e Gestão Municipal: Participação e Cidadania*; 4, *Cidade(s), Cidades na Cidade: Palcos, Cenários, Enredos...* e 5, *Saberes em Conexões: Interdisciplinaridades*. Como resultados, entendo que percorrer os caminhos dessa dissertação, dar tantos passos, rever com outros olhos e bagagens, realizações anteriores, e reapreciá-las foi uma empreitada que ajudou a confirmar a modesta, mas persistente, colaboração na Educação para a Cidadania, através de práticas da Geografia e Educação socialmente referenciadas. Educação entendida como aquela voltada para emancipação e libertação, frente a sujeitos inseridos historicamente e geograficamente na sociedade brasileira, a qual tem gerado por séculos uma inclusão excludente, de amplas parcelas de sua população. Realidade sobre a qual tenho me proposto aprender e ensinar, pensando, refletindo e discutindo caminhos e alternativas para a superação de tal situação, atuando na direção da Educação Popular. Tal opção, assumida no âmbito do ensino superior público há mais de 36 anos, a de buscar atuar profissionalmente a partir de um entendimento da função social da universidade, junto às comunidades externas, em especial às populares, na perspectiva de conectar saberes e contribuir na perspectiva da elevação dos patamares de inclusão social.

Palavras-chaves: Geografia, Educação Popular, Cidade, Cidadania, Planejamento Participativo, Transdisciplinaridade.

ABSTRACT

This study, entitled "Geographic Itineraries: Think and Reflect", aims to analyze and discuss the work of Urbanist geographer, and University Teacher, Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, enjoying his contributions to Geography, considering the interrelationships of this with education, location and the city (urban); the research considered also the knowledge of connection between areas of knowledge, the university and the "community." Specifically, the study aimed to analyze some work to think and reflect. Methodologically, the research developed with a view to analyze and discuss effected work and its contributions to the Geography themes and related areas. Rescue professionals and socio-cultural itineraries of a person does not mean focusing on this person, but to discuss and reflect about the trajectories, achievements and productions related to geography and its interrelations. In addition, you cannot separate the person and the teacher (geographer), since the teacher is a significant content of the person. Therefore, first, I revisited projects and other work done in the last 20 years. After this first stage, I selected some productions for consideration, as follows: *Place and Urban Education*; *Popular Education: The City and the City*; *City, Urban, Public Health and Education*; *Urban Drawing Workshop: Children, Youth and the City*, *The city study and the city through music, poetry and poem: subsidies for primary and secondary education*, *Actions 14 - Right to the City: dialogue and brooding - university and popular communities in Uberlandia*, and *University and City: Convergences in Building a Participatory Urban Management (Participative Master Plan of Nova Ponte - MG)*. With the possible distance (at least the chronological distance), perform this route from my personal and professional experiences (important as a component of my continuing education as a geographer/teacher) is like writing chapters of an "autobiography" looking "perceive myself" in view of the endless improvement that can be experienced, if available for this. Thus, this research is divided into five chapters, namely: 1, *Geography, City-Urban and Education*; 2, *What we have, and What we want: "Drawing" and Educating and Building "Places"*; 3, *Planning and Municipal Management: Participation and Citizenship*; 4, *City(ies), Cities in the City: Stages, Scenarios, Narratives ...and* 5, *Knowledge Connections: interdisciplinarity*. As results, I understand that walk the paths of this research, give so many steps, review the route with different eyes and baggage from past achievements, was a journey that helped confirm the modest (but persistent) collaboration with the Education for Citizenship through the practices of Geography and socially referenced Education. An Education understood as that focused on emancipation and liberation of the historical and geographical subjects inserted in Brazilian society, which has generated for centuries an exclusive inclusion of large parts of its population. This is the reality on which I have proposed to learn and teach, thinking, reflecting and discussing ways and alternatives to overcome such situation, acting in the direction of Popular Education. This option assumed in the context of public higher education started more than 36 years, since when I searched professionally understand the social function of the university in external communities, especially the popular communities in order to connect knowledge and contribute to the prospect of rising levels of social inclusion.

Keywords: Geography, Popular Education, City, Citizenship, Participative Planning, Transdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

- 01: Grupo de apoio durante apresentação do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação - CUSCE - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC. Uberlândia, 2009 23
- 02: Grupo de Apoio apresentando depoimento em relação ao Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação - CUSCE Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC Uberlândia, 2009 24
- 03: Estagiário desenvolvendo atividade com o Grupo de Apoio do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação – CUSCE – Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC Uberlândia, 2009 28
- 04: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 34
- 05: Desenho de Patrícia Braga, 18 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 38
- 06: Desenho de Edna Ferreira, 58 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 39
- 07: Desenho de Théo Faria, 04 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no 40

Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001

- 08: Desenho de Fabiana Fernandes, 10 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 41
- 09: Desenho de Júnior, 29 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 42
- 10: Desenho de Jocélia de Souza, 15 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 43
- 11: Desenho de Thiago, 15 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 44
- 11: Desenho de Rachid Halouche, 10 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 46
- 13: Desenho de Maria Natalina, 37 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 47
- 14: Desenho de Bianca Pereira, 07 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de 48

construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001

15: Desenho de Ana Tereza Hordonis, 08 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 49

16: Plantio dos ipês rosa como marco/marca da atividade. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 50

17: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 53

18: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 54

19: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001 56

20: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Dezembro de 2001 57

21: Um dos 10 outdoors expostos em ruas e avenidas de Uberlândia. Projeto Oficina 60

de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001

- 22: Desenho do aluno Patrick – 11 anos. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns alunos resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007 75
- 23: Desenho do aluno Gabriel – 11 anos. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns alunos resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007 77
- 24: Aluno Gamaliel, com deficiência, e colegas. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns alunos resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007 78
- 25: Alunas em trabalho de campo de Geografia relativo ao Projeto EDURBANA, realizado no Parque Municipal Victório Siqueirolí sob a orientação da Professora Gleice Aparecida Xavier. Escola Estadual Messias Pedreiro. Uberlândia, 2007 80
- 26: Atividades de Matemática relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação da Professora Iraídes Reinaldo da Silva - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007 82
- 27: Resultado de atividades de Educação Artística relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação do Professor Wesley Diniz Ferreira. Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007 85
- 28: Resultado de atividades de Educação Artística relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação do Professor Wesley Diniz Ferreira. Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007 86

29: Reunião com membros do Núcleo Gestor de Nova Ponte, na Câmara Municipal de Nova Ponte – 2006	98
30: Oficina de capacitação do Núcleo Gestor, na Escola Estadual Josias Pinto – 2006	100
31: Exposição do Diagnóstico Integrado - 2006	102
32: Apresentação Cultural com alusão a Cavallhada, no lançamento do Projeto do Plano diretor Participativo de Nova Ponte - PDPNP – 2006	103
33: Conferência Municipal do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte – 2007	104
34: Pronunciamento do Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox, Pró-Reitor de Extensão, Cultura Assuntos Estudantis da UFU, quando da entrega oficial do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte –MG, à Câmara Municipal - 2007	117
35: Atividade em 2010	175
36: Atividade em 16.03.2011	178
37: Atividade realizada em 2011	180
38: Atividade realizada em 19.05.2011	181
39: Atividade realizada 2011	188

LISTA DE GRÁFICOS

01: Qual a sua opinião em relação ao tema apresentado?	29
02: Você gostaria de participar de outras atividades como esta?	30
03: Como você considera a data e o horário da realização do evento	30

LISTA DE QUADROS

01: Parceria e colaboração externa pessoas e instituições envolvidas	173
02: Discriminação das atividades desenvolvidas e número de participantes (público alvo)	182

LISTA DE SIGLAS

AGB:	Associação dos Geógrafos Brasileiros
CEPAL:	Comissão Econômica para a América Latina
CNPq:	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUSCE:	Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação
DEGEO:	Departamento de Geografia (UFU)
DICULT:	Diretoria de Culturas (UFU)
DVD:	Digital Versatile Disc
EDURBANA:	Lugar e Educação Urbana
EGAL:	Encontro de Geógrafos da América Latina
EMARC:	Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha (Uberlândia)
ENESCPOP:	Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares
ENPEG:	Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia
EP:	Educação Popular
ESEBA:	Escola de Educação Básica (UFU)
ESTES:	Escola Técnica de Saúde (UFU)
FAMED:	Faculdade de Medicina (UFU)
FECIV:	Faculdade de Engenharia Civil (UFU)
FM:	Frequency Modulation
FNDE:	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEOSAÚDE:	Simpósio Nacional de Geografia da Saúde
HC:	Hospital de Clínicas (UFU)
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG:	Instituto de Geografia (UFU)

INPE:	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEGEO:	Laboratório de Ensino de Geografia (IG/UFU)
LAGEPOP	Laboratório de Geografia e Educação Popular (IG/UFU)
MASI:	Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso (Subprojeto)
MEC:	Ministério da Educação
MPB:	Música Popular Brasileira
ODURB:	Oficina de Desenho Urbano – As Crianças os Jovens e a cidade no Cerrado
OMS:	Organização Mundial de Saúde
ONU:	Organização das Nações Unidas
PCNs:	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCS:	Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares
PDPNP:	Plano Diretor Participativo de Nova Ponte
PMU:	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PROEX:	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (UFU)
PVA:	Poliacetato de Vinila
SECAD:	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC)
SENAC:	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SUS:	Sistema Único de Saúde
UFU:	Universidade Federal de Uberlândia
UNIT:	Centro Universitário do Triângulo
WCED:	Comissão Mundial para o Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: iniciando o pensar e o refletir	01
 CAPÍTULO 01 - GEOGRAFIA, MUNICÍPIO, CIDADE-URBANO E EDUCAÇÃO	 07
1.1 Município, cidade e Educação Popular: itinerários	09
1.1.1 A Educação Popular e o contexto	14
1.1.2 Os resultados: uma avaliação	21
1.2 Interfaces: Cidade, Geografia, Saúde Coletiva e Educação	22
1.2.1 O trabalho desenvolvido: desdobramentos e algumas avaliações	27
 CAPÍTULO 02 - O QUE SE TEM, E O QUE SE DESEJA: “desenhando”, educando e construindo “lugares”	 33
2.1 Falando “desenhando” e construindo cidade(s) e campo(s)	33
2.1.1 A temática e seus desdobramentos	52
2.1.2 Discutindo resultados	58
2.2 Educação urbana: aprendendo e ensinando sobre “lugar”	62
2.2.1 Refletindo e tecendo entendimentos: “Lugar(es)”	65
2.2.2 O lugar no contexto da educação escolar	71
2.2.3 Realizações, metas, resultados e avaliações	73

2.2.3.1 Avaliação: o que e por quê?	81
2.2.4 A participação e aprendizado dos alunos e alunas	84
2.2.5 O papel das professoras e professor colaboradores	87
2.2.6 Mais algumas considerações antes de encerrar	88
 CAPÍTULO 03 – PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: planejamento e gestão municipal	 93
3.1 Participação da sociedade organizada no desenvolvimento local: planejamento e gestão municipal com sustentabilidade socioambiental	102
3.1.1 Desenvolvimento local(?)	110
3.1.2 Participação social no planejamento e na gestão municipal	114
3.1.3 Mais algumas considerações: atuação da sociedade organizada no desenvolvimento local	114
 CAPÍTULO 04 - CIDADE(S), CIDADES NA CIDADE: palcos, cenários, enredos...	 119
4.1 A ideia, o projeto e seus caminhos	120
4.2. A temática e a metodologia: uma reflexão	125
4.3 Elaboração e estruturação dos textos	130
4.4 O tecido e seus textos	132
4.4.1 Menor Abandonado: “Uma Perspectiva Caótica à Margem das Cidades”	132
4.4.2 O que é Des(ordem) no Contexto da Cidade e do Urbano?	133
4.4.3 Imagens Metropolitanas	133

4.4.4 Mobilidades Urbanas	133
4.4.5 Passando por um Filtro Chamado São Paulo: Isto é Brasil	133
4.4.6 A Responsabilidade do Engenheiro na Construção da Cidade	134
4.4.7 Cenário Urbano	134
4.4.8 Retratos da Cidade	134
4.4.9 O Homem em Função das Bolsas	134
4.4.10 Ouvindo os Sons da Cidade nas Entrelinhas	135
4.4.11 Literatura de Cordel: O Urbano em Prosa e Verso	135
4.4.12 Represando a Memória: Um Sobradinho em Nova Ponte	135
4.4.13 Cidade e Sociedade: a Com da Vida Urbana	135
4.5 Apresentando textos tecido: uma amostra	136
4.5.1 Primeiro texto: <i>Menor Abandonado: Uma perspectiva caótica à margem das cidades</i>	136
4.5.2 O segundo texto: <i>A Responsabilidade do Engenheiro na Construção da Cidade</i>	143
4.5.3 O terceiro texto: <i>O que dê(s) ordem no contexto da cidade e do urbano?</i>	149
4.5.4 O quarto texto: <i>Mobilidades Urbanas</i>	160
CAPÍTULO 05 - SABERES EM CONEXÕES: interdisciplinaridades	167
5.1 Subprojeto Ações 14 – Geografia	169

ENCERRANDO SEM FINALIZAR	185
REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO: iniciando o pensar e o refletir

A gênese de parte expressiva desta pesquisa remonta há mais de duas décadas, quando passei, com frequência, a abordar a cidade e o urbano, ultrapassando sua dimensão econômica – embora sempre reconhecendo a relevância do papel da economia no acontecer das relações sociais.

Outro aspecto importante a ser considerado é que estamos cada vez mais convencidos de que somente avançando na multidisciplinaridade é possível refinar conhecimentos sobre a realidade da cidade, que “é muitas”. Isso, em função de seu processo constitutivo, o qual – como não poderia deixar de ser – é um reflexo da sociedade. Assim, a *cidade* propriamente dita pode ser entendida como palco-cenário do que, em Geografia, costuma se conceituar *urbano*, ou seja, o conteúdo enredo – embora cidade-urbano seja indissociável, considerando a relação entre os homens e com a natureza em seu fazer e realizar.

Foi percorrendo caminhos com essas perspectivas que realizamos diversos projetos de extensão, melhoria do ensino na formação em Geografia e pesquisa, entre eles:

- *A Cidade e o Urbano em Verso e Canção; Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade;*
- *Lugar e Educação Urbana;*
- *Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação e Direito à Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia.* Esse trabalho desdobrou-se em três temáticas, a saber:
 - *Cidade, Educação e Culturas Populares;*
 - *Construindo a Casa: Edificando e Habitando a Cidade;*
 - *Idosos: Desenhando, Intervindo e Construindo a Cidade; e*
- *Educação Popular: O Município e a Cidade.*

Todos esses projetos foram realizados no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), contemplando sempre espaços de Uberlândia (MG), por vezes com envolvimento da comunidade local e com parcerias diversas, especialmente escolas das redes públicas do ensino

fundamental e médio.

As experiências e trocas de saberes gerados no desenvolvimento de tais projetos – e vários deles com produções diversas –, bem como apresentação de trabalho em eventos acadêmicos e outros (em espaços nacionais e internacionais), foi o que possibilitou a realização do presente trabalho.

Para além dos “modismos” que também acontecem na universidade – sem o devido aprofundamento das questões suscitadas envolvendo expressões como “cidade educadora”, “sustentabilidade urbana”, “cidades sustentáveis”, “meio ambiente urbano” –, existem, sem dúvida, iniciativas de estudos que ajudam no aprofundamento das contradições e realidades no processo constitutivo da cidade. Aqui destacamos o cenário brasileiro com 5.570 cidades (sedes) político-administrativamente reconhecidas como tal, em igual número de municípios. Entendemos que, sem adentrar a lógica determinante das relações socioculturais existente, não se avança na compreensão dessas mesmas realidades e no enfrentamento das questões postas.

Aceitando-se o entendimento de que a cidade constitui-se em uma das criações mais consistentes e de maior êxito da humanidade, busca-se construir o mundo no qual se vive, a partir dos desejos mais profundos. A cidade é, dessa forma, o “mundo” que o homem criou, é também – com a “era urbana” – o “mundo” no qual está condenado a viver. Dessa maneira, de forma indireta e sem consciência clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem em sociedade faz-se a si mesmo.

O direito à cidade não é simplesmente direito de acesso ao que já existe, mas também direito a mudar o existente – em força dos mesmos desejos mais profundos. Isso implica estarmos seguros de que podemos viver com aquilo que produzimos (problema para qualquer planejador, urbanista, pensador utópico). O direito, porém, de refazermos a nós mesmos, criando um urbano e seu entorno qualitativamente diferente do já existente. Isso se constitui, em nosso entender, no mais precioso de todos os direitos. Não como letra morta, mas como possibilidade de vivência efetivamente humana.

Das pistas apontadas preliminarmente, deparamo-nos, no mínimo, com fortes indícios de que, no caso do município de Uberlândia, as práticas de “educação” – incluindo de especial modo as escolares ou bancárias – têm deixado a desejar no que tange a conhecimentos sobre o fazer-se da cidade-urbano e também de suas vilas e áreas rurais¹.

¹ Destaco isso mais específica e marcadamente, no caso da cidade, nas realidades em que vivo e tenho atuado profissionalmente nos últimos 27 anos.

Em minha atuação como profissional da universidade, destaco, entre as principais áreas de estudo, pesquisa e extensão, a Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Municipal e, mais recentemente, Ensino de Geografia e Geografia e Educação Popular (EP). Assim, além de qualquer utopia, concerne-me discutir a cidade e seu fazer e refazer permanente/ininterrupto, bem como expor alternativas frente às questões suscitadas.

Nesse quadro, o importante é indagar do que se trata ao falar de “cidade” e “educação”. Da cidade de quem e para quem se está falando? Isso no sentido de colocar em discussão “a cidade que se tem e a cidade que se quer, enquanto construção socioespacial”.

Quanto à realidade brasileira, em especial o caso da cidade de Uberlândia, é importante fazer algumas menções no sentido de auxiliar na problematização da temática em questão.

A realidade brasileira tem sido permanentemente marcada pela persistência de elevados níveis de desigualdade social e de oportunidades ao longo de sua história. No que diz respeito à distribuição de renda, há várias décadas o Brasil encontra-se entre os países que apresentam piores níveis de desigualdade do mundo. A desigualdade de oportunidades manifesta-se de várias formas e estrutura parte das relações sociais em nosso país. Mesmo que haja representação de uma sociedade de iguais na cultura brasileira, o Brasil é uma sociedade extremamente hierarquizada que estabelece (por vezes, por meio de códigos sutis) papéis bem definidos, os quais determinam o limite das pessoas em termos poder e dever ser e fazer.

Retrato dessa realidade, Uberlândia, com população estimada em 619.536 habitantes (estimativa em 01/07/2012), o segundo município mais populoso do Estado de Minas Gerais, está entre os 30 municípios mais populosos do Brasil. Ocupa a 30ª posição – atrás de Ribeirão Preto (SP), com 619.746 habitantes, e à frente de Contagem (MG), com 613.815 habitantes. Fora as capitais e municípios adjacentes, Uberlândia é o quarto município, sem ser capital, mais populoso do Brasil, atrás de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Por ser a cidade de Uberlândia a segunda maior população do Estado de Minas Gerais, abriga mais de 95% da população municipal, e o município tem fama de pujança, especialmente crescente, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico. Pela atração de novos investimentos em agronegócios e serviços, vem atraindo muita gente em busca de trabalho e oportunidade. Ao mesmo tempo, abriga zonas de pobreza, locais em que os altos investimentos não chegam, zonas que expressam graves condições de privação, pauperização e sofrimento humano. Uma população carente, imersa na economia informal e ou no desemprego, refugia-se em áreas por vezes muito ou extremamente pobres.

Que caminho, que direção, de que maneira, o que fazer para contribuir na reinvenção das relações sociais, tendo como culminância o benefício dos seguimentos populares (o que, em última instância, é benéfico a toda sociedade)?

Já começamos a elaborar essa importante questão nas discussões anteriores – refletindo sobre cidade, educação, educação cidadã e educação popular –, e agora vamos explicitar um pouco mais a discussão sobre “educação popular”, já que nosso interesse maior é estabelecer diálogo entre esta e a “cidade”, e vice-versa.

Metodologicamente, a dissertação foi desenvolvida na perspectiva de analisar e discutir os trabalhos selecionados e suas contribuições para a temática da Geografia e áreas afins. Resgatar itinerários profissionais e socioculturais de uma pessoa não significa que se está falando sobre ela, mas discutindo e refletindo quanto a trajetórias, realizações e produções – relacionadas à Geografia e suas interrelações. E não é possível separar a pessoa do professor – no caso, geógrafo –, uma vez que o professor constitui significativo conteúdo da pessoa.

Nesta dissertação, revisei parte das já mencionadas atividades de pesquisa e extensão anteriormente realizadas, entre elas: *Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade, Lugar e Educação Urbana; Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação, Educação Popular: O Município e a Cidade, e Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia* (esse, desdobrado em três temáticas: Cidade, Educação e Culturas Populares; Construindo a Casa: Edificando e Habitando a Cidade; Idosos: Desenhando, Intervindo e Construindo a Cidade).

No entanto, foram selecionadas algumas atividades para serem apreciadas, sendo elas: *Lugar e Educação Urbana, Educação Popular: O Município e a Cidade, Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação, Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade, Universidade e Cidade: Convergências na Construção de uma Gestão Urbana Participativa (Plano Diretor Participativo de Nova Ponte – MG), O Estudo da Cidade e do Urbano Através da Música, da Poesia e do Poema: Subsídios Para os Ensinos Fundamental e Médio e Ações 14 – Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia*.

O Capítulo 1, *Geografia, Cidade-Urbano e Educação* aborda a cidade-urbano a partir da Geografia como reflexo da sociedade e considerando a mesma com dimensão diversa em termos de “espaço”, considerando formas, conteúdos, fragmentações e articulações, bem como e a importância e papel da educação para o desvelamento e compreensão sobre a mesma.

O Capítulo 2, *O Que se Tem, e o Que se Deseja: “Desenhando” e Construindo “Lugares”*, busca refletir sobre a inserção sociocultural das pessoas enquanto sujeitos e objetos de suas próprias geografias/histórias no contexto do “lugar” onde vivem, com ênfase na “linguagem do desenho” em termos de linha e traço, seja na cidade ou no campo².

O Capítulo 3, *Participação e cidadania: planejamento e gestão municipal* retrata e discute a parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia – UFU e o Município de Nova Ponte (MG), aborda o desenvolvimento do Projeto *Universidade e Cidade – Convergências na construção de uma gestão urbana participativa* (Plano diretor Participativo de Nova Ponte – PDNP) realizado entre 2006 e 2008, e refletindo também sobre a importância da coletividade em termos participativos no planejamento e gestão pública, assim como as questões postas pela sustentabilidade, entendida em termos socioambientais.

O Capítulo 4, *Cidade(s), Cidades na Cidade: Palcos, Cenários, Enredos...* trata de revisitar a e repensar a trajetória de realização do Projeto “*O Estudo da Cidade e do Urbano Através da Música, da Poesia e do Poema: Subsídios Para os Ensinos Fundamental e Médio*”, e discutir sobre seus resultados. O Projeto teve como objetivos incentivar estudantes e professores a fazerem uso de recursos lúdicos e artísticos, tais como: músicas, poesias e poemas na prática do ensino e refletir e escrever sobre a cidade e o urbano na perspectiva dos conteúdos da música, da poesia e do poema disponíveis em bibliotecas e no mercado editorial.

O Capítulo 5, *Saberes em conexões: interdisciplinaridades*, discute as experiências vivenciadas no desenvolvimento do Subprojeto *Ações 14 Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia (Geografia)*, e seus resulta. O Subprojeto fez parte do *Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares – UFU – 2010 / 2011*, o qual foi ancorado em duas diretrizes: a) inserção, no planejamento e na implementação da proposta, de estudantes de graduação das diferentes áreas do conhecimento, oriundos das camadas populares, para atuarem na perspectiva crítica da Extensão Universitária; b) priorização de práticas que ultrapassem a ideia da simples transmissão de informações e saberes, apontando para o aguçamento do “pensar criticamente”, buscando colaborar para que todos os envolvidos busquem o entendimento e a compreensão do “mundo em que vivem”, e se na elaboração de propostas populares e na construção de

² A propósito do Capítulo 2, e também de outros, faço um registro que considero relevante: trata-se do procedimento propositado quanto à apresentação das “figuras”, ou seja, não fazer menção às mesmas na redação/escrituração. Isso porque as figuras, aqui, constituem-se como uma linguagem na linguagem, um amálgama na construção do texto.

ferramentas para sua comprometam efetivação, contribuindo, assim, para o processo de transformação social (PCS-UFU, 2010, p. 6).

CAPÍTULO 01

GEOGRAFIA, MUNICÍPIO, CIDADE-URBANO E EDUCAÇÃO

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver
no Universo...

Por isso a minha aldeia é grande como outra
qualquer

Porque eu sou do tamanho do que vejo E não do
tamanho da minha altura...

Alberto Caeiro (Fernando Pessoa), *O Guardador
de Rebanhos*

1.1 Município, cidade e Educação Popular: itinerários

Segundo o exame de dados da pesquisa sobre Condições Socioeconômicas das Famílias de Uberlândia (apud, LEME, 2001, p. 02), este município

[...] apresenta um alto grau de heterogeneidade por todos os indicadores que se possa utilizar, Uberlândia se destaca como um polo regional importante, altamente urbanizado, ostentando um terciário moderno, que compreende ramos de ponta, a exemplo das comunicações, educação e transportes. Além disso, é reconhecidamente bem provida de infraestrutura básica, que atende à quase totalidade dos domicílios – o que a coloca acima da média brasileira.

Em contrapartida, a urbanização acelerada e as políticas concentradoras de renda acentuaram a exclusão social, a degradação ambiental, a insegurança e a violência, reduzindo a qualidade de vida da população. Uberlândia é, portanto, uma cidade com muitas contradições e contrastes socioambientais. É um centro regional consolidado, com uma economia de razoável densidade e significativo poder de irradiação e de atração migratória, convive com marcas profundas de pobreza e indigência, fruto de uma estrutura social injusta, na qual 10,7% da população sobrevivem com renda per capita abaixo da linha de indigência. No tocante ao índice de pobreza populacional este é de 43,3%, em termos de família esse percentual corresponde a 39,9% das famílias do município.

Essa situação praticamente não se alterou para melhor nos últimos 13 anos, e boa parte

da população pobre habita “áreas e locais socialmente periféricos”. O crescimento de Uberlândia tem seguido modelos de espraiamento como o de São Paulo, alargando para bairros distantes da área central e seu entorno, onde, em geral, a infraestrutura básica e serviços sociais são precários e de baixa qualidade, ou mesmo inexistentes – notoriamente, em termos de transporte, saúde e educação. Destaque-se que, mesmo em área com maior adensamento de ocupação e consolidadas, existem precariedades. Conforme Andrade (2008, p. 27):

[...] o crescimento de Uberlândia, segundo a lógica da segregação sócio espacial, resultou na formação de grandes áreas socialmente homogêneas. Os bairros das classes média e alta concentram-se num setor da cidade, a zona sul, ficando as demais áreas da periferia reservadas às populações menos privilegiadas.

Em um contexto como de Uberlândia, em que grupos populacionais vivem em situações de desigualdades econômica e de oportunidade, o quadro se agrava quando este tipo de exclusão-inclusão associa-se a outros fatores que comprometem o desenvolvimento pleno dos indivíduos, tais como a discriminação social, cultural, étnica e política.

Tratar das desigualdades de oportunidade significa dar atenção especial às relações sociais que estruturam e hierarquizam o cotidiano, impedindo a vivência cidadã. Dagnino (1996) ressalta que a cultura brasileira

[...] se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade. Essa noção de lugares sociais constitui um código estrito, que pervade a casa, a rua, a sociedade e o Estado. É visível no nosso cotidiano até fisicamente: é o elevador de serviço, a cozinha que é o lugar de mulher, cada macaco no seu galho etc. Esse autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade entre os atores nas relações sociais em todos os níveis (DAGNINO, 1996, p. 107).

As situações de privação em que se encontram alguns grupos sociais – seja em Uberlândia ou no Brasil como um todo – indicam a necessidade de pesquisas e proposições que contribuam com políticas públicas de educação para a cidadania e promovam formas de equidade, oportunizando massivamente seguimentos populares. Pobreza material associada a relações sociais discriminadoras e excludentes de oportunidades com elevada qualificação fomentam grandes tensões e vulnerabilidade social.

Nos últimos anos, desenvolvemos estudos no sentido de abordar o município e a cidade na perspectiva da “Educação Popular”, tomando como referência o município e a cidade de Uberlândia, a partir de nossa atuação no Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO (Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia – UFU). Estes, tornaram possível resultados serem socializados junto às escolas públicas e comunidades populares por meio da edição de livro-áudio (mídia impressa mais DVD do arquivo de texto e também DVD com locução e áudio descrição para uso por pessoas com deficiência visual).

Para os estudos, partimos da reflexão de que a cada dia cresce mais a importância e a necessidade de construir oportunidades para a reflexão teórica e para a valorização e divulgação de “modos de vida” que respeitem e considerem as diferenças socioculturais e étnicas, ao mesmo tempo em que promovam ações de cidadania com a inclusão social qualificada.

A cidade, em seu processo constitutivo, constrói a configuração da expressividade do urbano, entendido como processo histórico-geográfico, temporal-espacial. Uma cidade em sua concretude é muito mais que uma “paisagem urbana” aparentemente estática. Ela abarca, segundo o que afirma Sposito (2002, p. 54), “condição/manifestação/materialização do processo de urbanização”; conforma-se na “expressão deste processo num dado ponto do território, como uma somatória/combinação/sobreposição dos diferentes momentos históricos que a produziram”.

Com base nisso, inúmeros estudos buscam teorizar esse fenômeno cada vez mais consolidado e surgem, desse modo, diversificadas leituras sobre o urbano e a cidade. Além da Geografia, algumas áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Urbanismo, História, Antropologia e Arquitetura, tratam de desvendar as várias faces do urbano.

A importância do urbano é enfocada com muita propriedade na fala de Lomônaco (1995, p. 01):

ruas, praças, avenidas, túneis, pontes, galerias são as múltiplas imagens da cidade que consignam a presença de uma vigorosa ação humana e marcam o cenário cultural da rotina de seus habitantes assinalando um modo de vida e de relações sociais de natureza essencialmente urbana. Um universo infinito de signos sedimenta a diversidade cultural e se torna, ao mesmo tempo, a representação que substitui e dá concretude aos fatos econômicos e sociais que respondem pelo fenômeno urbano.

Assim, cabe à Geografia, na condição de ciência que estuda o espaço socialmente

construído/produzido, relevante papel na análise da cidade e do urbano, sendo a cidade entendida como processo que aí se desenvolve, sem perder de vista suas peculiaridades e especificidades. Questões sociais, econômicas, socioambientais, políticas, culturais e físicas compõem esta análise do urbano, cuja crescente complexidade requer cada vez mais estudos, muito particularmente transdisciplinares.

Isso posto, entendemos que um importante fulcro de estudo é apontado neste capítulo, amalgamando “cidade e educação”, na direção da formação para cidadania e consequentemente em perspectiva emancipadora e anunciadora de tempos singulares.

Assim, o caminho precisa ser delineado nas grandes linhas do verdadeiramente novo desde o presente, pois, sem ele, não se chega às relações sociais genuinamente novas e à reinvenção das sociedades, a começar pela radicalização das práticas de alteridade com reconhecimento do diverso e do diferente, especialmente em função da multiplicidade de “culturas”. Se a ação aponta para revolucionar, não se pode esquecer que nenhuma revolução é capaz de instituir ruptura total, mas pode ser capaz de dar um giro radical frente a uma dada situação política ou “ordem social”.

Destaque-se ainda que, com o avanço da Modernidade, especialmente o desenrolar da Revolução Industrial, a cidade que nunca foi um lugar harmonioso, livre de conflitos e violências. Passou cada vez mais a ser palco dos grandes embates sociais, e basta retomar a história – tanto universal, quanto do Brasil – para recordar tal situação. Na trajetória histórica da cidade, calma e civismo é uma exceção e não a regra. O que interessa realmente é se os resultados são “criativos ou destrutivos”. Comumente, são ambas as coisas; a cidade constitui-se em cenário da destruição criativa.

Frente ao exposto, constata-se que temos sido feitos e refeitos enquanto coletividade, sem saber exatamente por quem, como, a partir de quê e para que finalidade.

Aqui é importante refletir sobre o papel da “educação” em sentido amplo, aquela que se dá para além da escola, nos mais distintos espaços, com vistas a contribuir na reversão da inclusão subalterna a qual envolve expressiva parcela da população dos municípios brasileiros e, notadamente, de suas cidades.

Aqui destacamos a importância de pensar a cidade-urbano na perspectiva da efetiva consideração quanto a um amplo seguimento social e subalternizado. Dessa forma, concordamos com Freire (2011) quando afirma que a “prática educativa de opção progressista jamais deixará de ser uma aventura desveladora, uma experiência de desocultação da verdade”

(FREIRE, 2011, p.13). Esse caminho auxilia na formação e melhoria da cidadania, dos direitos à cidade em termos de oportunidades com elevada qualificação, assim como também de nossos deveres e responsabilidades em relação à cidade-urbano.

Vale lembrar que a cidade é dinâmica e vivaz e, segundo Konder (1994), é fundamental tanto o conhecimento de seu presente, quanto suas trajetórias e histórias, para melhor compreender suas virtudes e mazelas, e reconhecer na realidade da cidade os pontos em que podemos nos apoiar para começar a atuar sobre ela transformadoramente.

Aqui é importante registrar o que afirma Leroy (1997, p. 19),

[...] falar de comunidade é também falar de um território, onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta. Na Escala Humana, este é o espaço onde cidadãos podem fazer algo a seu alcance, possível de ser entendido e de produzir efeitos visíveis.

Com base no exposto e discutido até aqui, a grande indagação que formulamos é sobre que papel a “educação”, em suas mais variadas formas, tem exercido no que tange ao fazer e refazer da cidade-urbano. Lembramos que no contexto de uma sociedade “hegemonizada” por certos interesses e práticas, há resistência aos enfrentamentos das profundas contradições – como a da concepção dos direitos entre os desiguais. A partir daí, perguntamos: o que teria acontecido à vida urbana com o direito de usufruir e intervir na mesma, por exemplo, se fossem, de fato, garantidos os preceitos da ONU e da Constituição Cidadã, em 1988, relativos aos direitos derivados dos trabalhadores (remuneração justa, emprego seguro, patamar razoável de vida, auto-organização)?

Dessa forma, colocamos aqui a questão do direito à cidade, o direito de “consumir” a cidade e de viver *a* e *na* cidade, intervindo com responsabilidade no fazer a cidade-urbano de forma diferente da “cidade que se tem”, edificando-a de acordo com as nossas aspirações de reinventarmos a nós mesmos a partir de uma “imagem” diferente. Trilhar esse caminho da construção de outra(s) cidade(s) é investir em nossa condição de “humanidade”. Vivemos a “Era Urbana” e a cidade existente em que vivemos foi imaginada e constituída; podemos reconcebê-la e refazê-la para benefício de todos.

Tomando como referência Lefebvre (1969) e Santos (1996) a cidade-urbano constitui um todo indivisível, embora a “cidade” possa ser tomada como sua “forma ou aparência”, ou seja, a materialização de relações vivenciadas socialmente, enquanto o urbano entendido como “espaço”, é o resultado das relações, que se inscrevem no espaço da cidade-urbano. É

importante ressaltar que a cidade-urbano tem suas dimensões calcadas de maneira invisível na materialidade e na imaterialidade.

Faz-se necessária a colocação da “Educação” que, em sentido amplo, pode ser entendida como um processo de “criação”, de instrução e ensino, de cuidado, de nutrição, de cultivo, de formação para alguma coisa, para o convívio social e para o conhecimento como base fundamental da vida humana. A propósito, Alves (1999, p. 7) afirma que:

o conhecimento nasceu como uma extensão do corpo, para ajudá-lo a viver. O corpo sentiu dor, e a dor fê-lo usar a inteligência a fim de encontrar uma receita para pôr fim à dor. O corpo sentiu prazer, e o prazer fê-lo usar a inteligência a fim de encontrar uma receita para repetir a experiência de prazer. Esse é o início do conhecimento [...].

Aqui discutimos a educação cidadã, que se quer como uma pedagogia, um caminho “crítico” na direção do vir a ser, do devir. A educação cidadã advém da ideia de “escola cidadã”, originária no movimento de educação popular, o qual teve enorme papel nos fóruns pela participação popular na elaboração da Constituição brasileira – conhecida como Cidadã – na segunda metade dos anos 1980. Registre-se que parte das reivindicações importantes daí originárias foi incorporada à Constituição. Também vale lembrar que, no ano de 1989, Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo propondo uma “escola pública popular”, a qual veio posteriormente a se chamar “escola cidadã”, postulando uma educação para e pela cidadania. Aquela que, conforme já dissemos, de outra forma constitui-se em um caminho através do qual os métodos contemplam a adaptação do conteúdo informativo aos indivíduos que se propõe a formar de maneira crítica, apontando na direção do vir a ser, do devir. Aqui cabe mais uma observação: a educação cidadã é desafiada em todo o tempo pela tensão própria da prática democrática.

A propósito, Brandão (2012) exorta a que “voltemos a uma Educação centrada, não em manuais de como fazer, mas em livros, em reflexões e momentos de diálogo, mais centrados em como ser e como viver”³.

Destacando trabalhar uma educação apoiada no “como ser” e “como viver”, conforme insiste Brandão (2012), desenvolvemos a proposta de estudo, procurando contribuir para o

³ Cf. <http://www.paulofreire.org/undime-sp-e-ipf-realizam-ii-encontro-tematico-do-programa-municipio-que-educa#more-4268>. Acesso em: 23 out. 2012.

estabelecimento de condições necessárias voltadas à promoção do encontro, da discussão e da elaboração de práticas pedagógicas de valorização da educação popular, com apoio na ideia da transdisciplinaridade, do respeito à diversidade étnica, cultural e social, na igualdade e equidade de oportunidades entre gêneros e nos diferentes segmentos sociais.

A proposta também se preocupa primordialmente em contribuir, por meio da abordagem de diversas questões municipais e urbanas, para um melhor conhecimento e aprendizado sobre o município e a cidade, buscando apreender suas realidades.

O *Projeto Educação Popular: O Município e a Cidade*, em termos de objetivo, propuseram-se criar oportunidades para o desenvolvimento de competências, para a valorização e divulgação de saberes populares e acadêmicos, e a elaboração coletiva de novos saberes voltados para a promoção permanente da cidadania e inclusão qualificada dos setores populares nos diversos espaços sociais, políticos, econômicos e culturais em termos do município e da cidade de Uberlândia.

Mais especificamente, o projeto também visou sistematizar saberes e construir novos conhecimentos com segmentos populares para o acesso aos bens socioculturais e inserções participativas no planejamento e gestão pública no município, além de promover o diálogo e a reflexão crítica sobre diferentes leituras de mundo e implicações subjacentes, com a importância da participação ativa na elaboração de políticas públicas que contemplem inclusão social qualificada.

Os desafios propostos motivaram os participantes a se engajarem e se articularem na busca da superação às dificuldades comuns de comunicação, de modo compartilhado e cooperativo, o que se constituiu no grande elo entre a equipe do Projeto (professores e estagiários) e os participantes (público-alvo), à medida que o trabalho foi sendo desenvolvido.

Com a proposta elaborada, foram abertas inscrições a todos os interessados, especialmente a pessoas oriundas de comunidades populares, independentemente de idade, sexo e grau de escolaridade. Bastava haver interesse da pessoa para que fosse efetivada a inscrição, sendo que o número de inscritos ultrapassou a casa dos 90, embora a efetivação da participação tenha ficado bem abaixo desse número.

As 24 pessoas integrantes do público-alvo participante caracterizaram-se pela diversidade de sexo, idade, grau de instrução, condições sociais e de procedência (cidade e sede de distritos), o que possibilitou uma convivência bastante plural, diversificada e enriquecedora no desenvolvimento das atividades, nos diversos momentos vividos, coletiva e individualmente,

incluindo trabalhos em equipe.

A programação das atividades desenvolveu-se entre os meses de abril e dezembro de 2010, com um total 17 encontros e carga horária de 76 horas de atividades presenciais. Ocorreram dois encontros de oito horas e os demais tiveram duração de quatro horas.

Os primeiros encontros se configuraram em reuniões de um grupo de pessoas estranhas entre si, com objetivos e expectativas pessoais nem sempre coincidentes, expondo e discutindo questões, interesses e motivações individuais. Aos poucos, na medida em que o trabalho fluía, o acolhimento passou a ser mútuo, os interesses confluíram, a colaboração prosperou, a conexão de saberes foi acontecendo e a elaboração de novos conhecimentos passou a se constituir.

1.1.1 A Educação Popular e o contexto

A Educação Popular (EP) difere da simples transmissão de informações e saberes. Prima pela criação de um senso crítico que busca levar as pessoas a entenderem e a se comprometerem com a elaboração de propostas populares e, assim, contribuírem no processo de transformação social.

A seguir, explanamos pontos relevantes em termos do “método” ou “pedagogia” da EP, em perspectiva freiriana, ou seja, calcados nas proposições de Paulo Freire.

Quanto à *finalidade*, a EP propugna o acesso ao conhecimento condizente com o trabalho humano, o que se realiza na e pela prática de cada pessoa, humanizando a natureza; por outro lado, tem em vista a efetivação de condições para que as pessoas participem, acompanhem e integrem as avaliações de realizações coletivamente assumidas. Tem, ainda, por finalidade contribuir no sentido do avanço da conscientização das pessoas enquanto sujeitos de suas histórias.

Em termos de características, a EP atua de forma aberta e com base em princípios e experiências que formam um todo, buscando identificar ideais. Sendo um sistema aberto, há diálogo entre o ambiente de aprendizagem, a sociedade, a educação e o popular nos dois sentidos. Conta com teoria de conhecimento própria, calcada na realidade e no contexto de sua filosofia. Atua a partir de metodologias específicas em relação à elaboração de conteúdos e seu processo de avaliação utiliza procedimentos específicos, firmados em consistente base política.

No que tange a suas bases políticas, a EP atua a partir dos “direitos humanos” no sentido

da presença social ativa e “crítica” das maiorias, da formação intelectual dos trabalhadores e construção de sua própria moral. Assenta-se, também, na formação e capacitação política e na resistência e rejeição às práticas de favorecimento individual e do clientelismo. Outro aspecto da base política é o de que, pedagogicamente, o aprendizado constitui-se em processo coletivo, com a clareza em termos da possibilidade latente de risco quanto ao desenrolar da criatividade, e também em termos da existência humana apontando para mudanças.

Como estamos discutindo, a educação popular, nesse ponto, assume a posição de Lara (1996, p. 20) ao afirmar que a:

educação é produção social do humano. [...] É a história que educa. A história do grupo ao qual cada ser humano está ligado. É o grupo, sua vida, a dinâmica dos eventos que lhe permitiram constituir-se, sobreviver, caminhar: eles que nos produzem. E como também nós somos o grupo e não apenas do grupo, enquanto também nós constituímos o grupo e não apenas nele estamos, a Educação é produção social nossa, do humano que somos.

Em termos de conteúdo, destacamos que a EP tem sua atuação calcada na realidade própria de cada pessoa – viva ela na cidade ou no campo –, em condição “socialmente periférica”. Assim, são da vivência e realidade de operários, empregadas domésticas, trabalhadores e pequenos produtores rurais, que advêm o referido conteúdo. Aqui também se inclui a educação não bancária ou escolar.

Quanto à metodologia, a EP realiza-se com permanente sistematização e reorganização dos conteúdos de trabalho, bem como na reelaboração das estratégias. Outro ponto relevante da metodologia é o da permanente apresentação de novas sínteses envolvendo e articulando conhecimentos sistematizados e aqueles resultantes de práticas coletivas das classes trabalhadoras. Consideramos ainda que, quanto à metodologia, é também relevante registrar o que apresenta Melo Neto (2004, p. 158):

é preciso ter-se conhecimento da direção em que está apontando o algo que se postula popular. É preciso saber quem está sendo beneficiado com aquele tipo de ação. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com suas lutas, exigindo que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias.

A Educação Popular difere da simples transmissão de informações e saberes ou conhecimentos. Ela prima pela criação de um senso crítico, que busca levar as pessoas a

entenderem e a comprometerem-se com a elaboração de propostas populares e, assim, contribuirão no processo de transformação social.

A Educação Popular tem como ponto de partida a convicção de que as pessoas das comunidades populares possuem um saber fragmentado (por vezes, amplo e rico), que contém forte significado e grande importância sociocultural.

Assim, é importante fomentar junto às comunidades populares a importância da reflexão sobre seus saberes e a busca da incorporação do acúmulo teórico na prática social.

Como desdobramento, a Educação Popular torna-se um instrumento capaz de despertar e qualificar o potencial popular para a construção de alternativas solidárias de inclusão social. Desta forma, a Educação Popular pode constituir-se em decisivo instrumento que desperta e qualifica o potencial popular na busca pela construção de alternativas solidárias de viver nos espaços do município, seja na cidade ou no campo.

Na perspectiva da Educação Popular, as experiências formativas a partir da Geografia podem contribuir na fundamentação e no fortalecimento de convicções, princípios e valores de caráter comunitário, e para a ideia de “território” (local), entendido como espaço de ricas e intensas vivências e lugar de produção da vida coletiva, percebida em perspectiva efetivamente comunitária, popular.

Registramos ainda que a Educação, para que seja Popular, necessita fundamentar-se na radicalização da ideia dos “direitos humanos”, o que implica no perscrutar as vozes das maiorias – na formação intelectual dos segmentos populares e no aprofundamento de sua “moral”, na acuidade quanto ao preparo para a ação e direção política, na permanente e aprofundada discussão das dimensões éticas das relações sociais e em pedagogias a partir das quais o aprendizado seja um desafio enquanto criação coletiva, assumido por mulheres e homens construtores de “libertação” e dispostos a assumirem-se como sujeitos de suas histórias, contribuindo na constituição de outros mundos possíveis, prenhes de “humanidades”.

Destacamos ainda, que a utopia constitui-se em um desafio para o pensamento, entendendo que a perspectiva do avanço e fortalecimento da Educação Popular como um desejo utópico pode descortinar e abrir caminhos para o fortalecimento de vínculos de solidariedade e cooperação, caminhos capazes de criar novas realidades nas quais o direito a ter direito, a concretização de oportunidades e os interesses dos segmentos socialmente majoritários sejam efetivamente passíveis de realização.

Quanto às exigências da contemporaneidade que dizem sobremaneira respeito aos

seguimentos sociais populares, concordamos coma a posição apresentada por Abdala (2002, p. 15), o qual diz que:

para conviver humanamente inventamos a economia, a política, a cultura, a ética e a religião. Mas nos últimos séculos o fizemos sob a inspiração da competição que gera o individualismo. Esse tempo acabou. Agora temos que inaugurar a inspiração da cooperação que gera a comunidade e a participação de todos em tudo o que interessa a todos.

Para as análises teóricas constantes do presente Capítulo, em relação à Educação Popular, as mais importantes referências adotadas baseiam-se em escritos de Paulo Freire, embora tivéssemos também referencial em outros autores que desenvolvem discussões e reflexões sobre essa temática.

As atividades foram desenvolvidas por meio de encontros de estudo quinzenais com metodologia participativa, visando despertar o senso crítico e buscar um processo de construção coletiva na elaboração de novos saberes em perspectiva popular e solidária. Diligenciamos para que o caminho fosse participativo, buscando superar qualquer forma de doutrinação ou dogmatismo. O percurso percorrido teve como referência a autoestima, a formação e a capacitação na perspectiva da organização de comunidades populares com vistas a seus integrantes coletivamente se constituírem em sujeitos de suas histórias.

Nos encontros, além da parte teórica, desenvolvemos práticas pedagógicas voltadas à Educação Popular, com adoção de metodologias de incentivo à criatividade e a valorização da inserção dos participantes e de seus saberes. Fomentamos e incentivamos ações comprometidas com práticas de empoderamento dos participantes – tanto pelo conhecimento, como pela participação em fóruns públicos e conselhos locais, na perspectiva de intervenção política participativa e organizada, no processo de planejamento e gestão municipal e urbana.

Em termos de estudo e planejamento, a programação do Projeto desenvolvida nos encontros quinzenais contou com os seguintes conteúdos:

- Vivências quanto a relações humanas e apresentação da proposta de estudos, com atividades votadas para a aproximação e afinamento das relações interpessoais em termo de solidariedade, parceria, colaboração, respeito etc. Houve ainda desenvolvimento dos seguintes temas/etapas de trabalho:
- *Educação Popular, do que se trata?:* aqui discutimos entendimentos e

conceitos quanto à “Educação Popular”.

- *O município no contexto político administrativo brasileiro*: trabalhamos o significado, a importância e o papel administrativo e político do “município” em termos das esferas de governo e sua autonomia como ente federativo.
- *Cidade, Cidade(s); o que é isso?*: discutimos sobre o que é a “cidade” e seu significado no contexto municipal, regional, estadual e federal.
- *Suscitando temáticas; Definindo temáticas*: a partir desse momento começamos a definir as temáticas a serem trabalhadas por cada participante, na produção do livro-áudio.
- *Acertando a maneira de fazer os textos e ou desenhos*: aqui combinamos como cada um(a) encaminharia a elaboração de seu texto/desenho, em termos de linguagem e forma.
- *Avaliando: caminhos e trilhas*: aqui cotejamos o proposto e o realizado e se refletiu sobre os passos seguintes.
- *Ajustando itinerários*: esse foi um desdobramento do momento anterior, quando acertamos sobre conteúdos por trabalhar e adequação do calendário.
- *Trabalho de campo: a(s) cidade(s) e as vilas distritais*: desenvolvemos uma atividade de campo que durou todo um dia, nos vários setores das cidades e na sede dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuiriama, para conhecer um pouco sobre a diversidade dos lugares que constituem o município e a cidade.
- *Desdobrando tecidos-desenhos: ajustando focos*: mais um passo na construção do livro-áudio, com a discussão dos “textos” em elaboração.
- *Aperfeiçoando saberes, melhorando resultados*: mais uma vez, agora de forma mais sistemática, fizemos acompanhamento da elaboração e melhoria dos textos individuais.
- *Definindo a obra*: esse foi passo em que definimos a estrutura da obra a ser editada.
- *Revisando as produções, escolhendo títulos e definindo apresentações pessoais*: aqui os professores se dividiram para que cada um acompanhasse

mais de perto a finalização dos textos pelos participantes (público alvo).

- *Terminando os textos, abrindo o livro – plano da publicação e batismo da publicação, prefácio, sumários, orelhas, contracapa etc.:* para finalizar o “projeto” do livro-áudio, tratamos da finalização dos textos e dos demais aspectos citados.

Logo nos primeiros encontros, uma ideia – pertinente e afinada com o proposto – surgiu. Um dos participantes levantou a questão do acesso de pessoas com deficiência, nomeadamente auditivos e visuais, aos resultados do projeto, haja vista sua perspectiva. Houve uma boa reflexão com a contribuição de muitos e, ao final, ficou acertado que iríamos à luta para conseguir o necessário acréscimo de recursos para que a publicação prevista fosse feita em formato de Livro-Áudio – no sentido de voltar a publicação também para pessoas com deficiência visual, e conseguimos lograr êxito, o que permitiu a ampliação da valorização dos resultados do projeto e ampliação de seu alcance sociocultural.

Em todos os encontros programados, além dos conteúdos sobre Educação Popular, Município e Cidade, houve também vivências e dinâmicas buscando a ampliação das relações inter e intrapessoais e a autoestima dos participantes, como forma de trabalhar a “inteligência” tanto em sua dimensão cognitiva quanto emocional.

Ainda como forma de socializar o realizado no decorrer das atividades, as pessoas foram incentivadas a participar também de espaços de socialização de experiências e divulgação de conhecimentos.

O desenvolvimento de habilidades para elaboração de textos e/ou desenhos com base na percepção, leitura e representação do espaço vivido – buscando pensar o município e a cidade na perspectiva da construção do desenvolvimento socioambiental sustentável – foi outro aspecto enfocado e trabalhado durante as atividades envolvendo a equipe e o público participante.

A elaboração de textos com fotografias e desenhos, como resultados dos encontros, culminou em uma publicação com tiragem 300 exemplares do áudio-livro *Uberlândia: Tecendo Saberes Populares* (impresso encartado com dois DVDs), a qual contou com contribuições de praticamente todos participantes. O áudio-livro constitui-se em significativa contribuição para a Educação Popular, divulgando os saberes elaborados e sistematizados no decorrer do desenvolvimento dos estudos.

Em seguida ao lançamento da publicação, a mesma foi distribuída para as bibliotecas

das escolas públicas das redes estadual e municipal de Uberlândia, e também para associações de moradores e entidades comunitárias em condições de socializar a utilização da obra.

Com base nos objetivos dos estudos, que levaram em conta a importância tanto da informação quanto da formação – incluindo a articulação entre níveis de conhecimento envolvendo a comunidade – foi desenvolvida uma avaliação baseada nos aspectos qualitativos e quantitativos, sendo levada também em conta a difusão de experiências socioculturais na perspectiva de inclusão social qualificada.

O processo de avaliação e acompanhamento constituiu-se em estratégia que envolveu a elaboração, o desenvolvimento, a aplicação e a sistematização dos resultados das atividades, de maneira a identificar os significados dos métodos e dos procedimentos empregados e na formação, em sentido amplo, de todos os envolvidos.

A permanência dos participantes até o final dos encontros (em média, 20 pessoas do público-alvo presente no início dos encontros) aponta para a pertinência da proposta e adequação das metodologias adotadas.

Dessa forma, pode-se aferir que os participantes assumiram efetivamente o compromisso ativo com a programação, comparecendo com assiduidade e de forma ativa nas atividades desenvolvidas, bem como, de maneira geral, empenhando-se na elaboração dos textos e/ou desenhos com vistas à publicação.

Em nossa avaliação, o desenvolvimento das atividades em forma de construção coletiva, com clima de descontração e camaradagem, motivou e encorajou o público-alvo a eleger temas de seu interesse e, a partir deles, expressar suas ideias em textos escritos, os quais fazem parte do livro-áudio.

Dados, informações diversas, textos teóricos e também vários materiais produzidos pela própria equipe a respeito de temáticas e assuntos trabalhados no desenvolvimento do Projeto contribuíram, com certeza, para os resultados alcançados em termos de conexão e elaboração de saberes, uma vez que se passou ao encadeamento de teoria e resultados das atividades desenvolvidas.

Entendemos que também foi importante para a visibilidade das práticas realizadas com os participantes e socialização das realizações as comunicações apresentadas no IV Encontro Nacional de Educação, Saúde e Cultura Populares – ENESCPOP (Uberlândia, agosto de 2010) e no XIII Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL (São José da Costa Rica, de 25 a 29 de julho de 2011).

Destacamos que a superação dos desafios propostos no decorrer da realização das atividades constituiu-se em incentivo para outros empreendimentos na mesma linha, pois experiências como essa motivam a continuação dos caminhos percorridos, acreditando e sonhando com a ampliação da Educação Popular e valorização da construção de saberes em sintonia com desejos e sonhos individuais e, ao mesmo tempo, com a construção de uma sociedade mais solidária e participativa.

1.1.2 Os resultados: uma avaliação

Como já assinalamos, a culminância dos resultou no livro-áudio *Uberlândia: Tecendo Saberes Populares*, numa empreitada que durou inicialmente oito meses e mais dezesseis outros, até o momento da entrega da obra à sociedade, especialmente às comunidades populares, para ajudar na construção criativa, inventiva e plural de novos mundos possíveis – no campo, na cidade, no bairro, na vila, e quaisquer outros lugares – a partir da inserção ativa e cidadã de atores enquanto sujeitos de suas histórias.

A publicação, lançada em abril de 2012 e com tiragem de 300 exemplares (parte impressa mais encarte de dois CDs, um com o arquivo do texto e outro com locução contendo também áudio descrição) e ainda 100 exemplares exclusivamente digitais (dois CDs, um com o arquivo do texto e outro com locução contendo também áudio descrição) é composta de 26 textos elaborados pelos participantes, sendo um relativo à avaliação dos resultados. Registre-se, que o texto intitulado *Bairro Mafalala – Maputo/Moçambique: Saúde Socioambiental em Áreas de Risco* foi escrito por uma estudante do Curso de Gestão Ambiental, Planificação e Desenvolvimento Comunitário da Universidade Pedagógica (Maputo – Moçambique) que, em certos momentos, participou dos encontros na condição de estagiária de Iniciação Científica na UFU, sob nossa orientação, sendo decidida pelos participantes do grupo.

A viabilização da publicação, apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX / UFU, foi distribuída para as bibliotecas de todas as escolas das redes públicas de Uberlândia e, também, para entidades comunitárias do município como forma de possibilitar a apreciação e a discussão do trabalho enquanto resultado de uma experiência em Educação Popular.

Os participantes exerceram importante papel no desenvolvimento dos trabalhos, pois somente por seus desejos e disposições foi possível formar um coletivo colaborativo e

participativo, com voz ativa e decisão, constituindo os resultados alcançados e tendo como referências a filosofia, os objetivos e a metodologia inicialmente propostas.

Aceitando-se a “utopia”, entendida aqui como alternativa crítica à organização social existente e passível de indicar potencialidades realizáveis contribuindo para sua transformação, aponto-la como um desafio para o pensamento. A partir disso, e refletindo sobre o percurso empreendido pelo Projeto em tela, entendemos que a perspectiva do avanço fortalecimento da Educação Popular que, por ser um desejo utópico, pode descortinar e abrir caminhos para o fortalecimento de vínculos de solidariedade e cooperação, vínculos capazes de criar novas realidades onde os interesses dos segmentos populares sejam efetivamente contemplados.

1.2 Interfaces: Cidade, Geografia, Saúde Coletiva e Educação

As reflexões aqui expostas foram realizadas a partir do contexto do trabalho de extensão e pesquisa denominado *Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação - CUSCE*, o qual foi desenvolvido sob minha coordenação no ano de 2009.

O desenvolvimento do Projeto CUSCE se deu de acordo com os pressupostos de um conjunto de atividades de estudos, formação, informação e práticas, contemplando tanto a comunidade externa quanto a aluna e o estudante estagiário envolvidos e contribuiu para reafirmar a proposta como válida, na perspectiva de uma formação cidadã.

Tanto estudantes universitários quanto a comunidade externa tiveram oportunidade de, além da parte informativa e formativa, desenvolver exercícios práticos em relação às realidades local e do bairro Jardim Brasília (Uberlândia).

Tal experiência aconteceu em consonância com a prática da extensão universitária que entendo como indispensável na formação do estudante universitário e na qualificação do servidor – docente ou técnico-administrativo – e no intercâmbio e troca de saberes com as comunidades externas.

O trabalho foi ancorado na direção de oferecer colaboração frente às necessidades da sociedade, por meio de ações relacionadas às áreas temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho na perspectiva da inclusão social.



Figura 01: Grupo de apoio durante apresentação do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação - CUSCE - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC. Uberlândia, 2009.

Fonte: Acervo do Projeto CUSCE, 2009.

Assim, a linha filosófico-metodológica do Projeto foi de atuar desenvolvendo atividades diversas com discussão e reflexão, sobre as temáticas definidas em comum acordo com os participantes, buscando sempre a perspectiva da pesquisa e da extensão universitária.

O trabalho consistiu no desenvolvimento de um conjunto de atividades de temáticas da Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação, particularmente no ambiente físico da Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha (Bairro Jardim Brasília, Uberlândia), com a participação de moradores das comunidades do Bairro Jardim Brasília e adjacências, buscando a colaboração de órgãos públicos e organizações não governamentais existentes na região.

O objetivo do Projeto CUSCE foi de aprofundar e disseminar conhecimentos, juntamente com a comunidade, sobre as inter-relações entre urbano – saúde pública – educação na perspectiva de melhor intervir nas realidades da cidade, além de construir, juntamente com parceiros e a comunidade envolvida, instrumentos com vistas à concretização e ampliação do direito à cidade, particularmente no que tange saúde coletiva.



Figura 02: Grupo de Apoio apresentando depoimento em relação ao Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação - CUSCE Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC Uberlândia, 2009.

Fonte: Acervo do Projeto CUSCE, 2009.

Aqui é preciso desenvolver as necessárias reflexões à temática de trabalho, que diz respeito ao contexto da cidade, do urbano, da saúde coletiva e da educação. Começo assinalando que o processo acentuado de urbanização coloca a cidade e o espaço urbano em evidência, exigindo compreensões e interpretações acerca dessas temáticas. Na atualidade, segundo Silva; Costa; Dantas (1997), tornou-se preocupação constante buscar compreender a diversidade dos aspectos do espaço urbano relacionados às diversas dimensões das cidades e dos cidadãos, com participação dos sujeitos sociais.

O espaço urbano pode ser identificado como o conjunto das edificações, com suas características, sua história e memória, seus espaços, além das relações constituídas pelo

processo sociocultural, refletindo as diversidades e desigualdades de oportunidades no contexto da cidade.

A abordagem geográfica do espaço urbano possibilita a discussão e compreensão das cidades como cenário onde se configuram as relações humanas com o meio e entre si (SILVA; COSTA; DANTAS, 1997).

A realidade urbana nos remonta a problemas cada vez mais complexos, visando à análise de características da cidade e do processo de urbanização, além da sua dimensão espacial, física, procurando compreender as diversas relações sociais que lhe dão forma e sentido (CARLOS, 2004).

Em nossa perspectiva, a cidade é entendida como palco e cenário, e o urbano como espaço constituído pelo processo sociocultural que reflete as diversidades e desigualdades de oportunidades no contexto da cidade. Nesse sentido, buscamos a ampliação da compreensão das inter-relações entre o urbano, a saúde coletiva e a educação.

O enfoque na saúde coletiva pretende trazer à tona questionamentos e discussões acerca de temas e conceitos atuais relacionados com a vida no espaço urbano. A saúde coletiva é um campo ainda em constituição no Brasil e assume diversas formas e abordagens, que visam intervir no processo saúde-doença, quebrando sua cadeia causal mediante o tratamento e a reabilitação do indivíduo doente ou evitando seus riscos e danos por intermédio da prevenção e promoção da saúde, além do controle dos indivíduos sadios (MATUMOTO; MISHIMA; CARVALHO PINTO, 2001).

Assinalo ainda que em termos da “saúde”, o advento do Século XX trouxe consigo a ideia de saúde tomando como referência a condição humana como bio-psico-social. Temos um importante conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS, 1948), o qual define a saúde como sendo “estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença”. Este conceito traz a ideia de saúde como direito, cabendo ao Estado a obrigação de promover a saúde. Em 1974, outro conceito cria a expressão “campo da saúde” (Marc Lalonde - Canadá) que é dividido em: a biologia humana, o meio ambiente, o estilo de vida e a organização da assistência à saúde. Em 1977, surge mais um conceito: saúde é ausência de doença (Christopher Boorsé), que está relacionado apenas com a eficiência das funções biológicas.

Sendo a saúde subjetiva, a sociedade reconstrói seu conceito de acordo com momentos históricos e culturas, que são referenciais para sua definição. Não se tem saúde só porque não

se padece de algumas doenças. A saúde é alcançada através de um processo de construção individual e coletiva, e em certo sentido está ao alcance de todos porque há oferta de serviços em organização permanente. No processo da promoção da saúde, não pode ser delegado ao cidadão e a sociedade o papel tanto de objeto da intervenção da natureza quanto do Poder Público ou dos Profissionais de Saúde, e eventualmente vítima do resultado de suas ações em relação saúde e doença. O indivíduo e a sociedade precisam lutar pela ampliação das potencialidades em defesa da vida. A saúde é um processo permanente de mudança e evolução. Portanto promoção e manutenção da saúde é uma tarefa de todo indivíduo, do coletivo e do Poder Público.

É importante, ainda, assinalar que, no Brasil, a ideia de Saúde Pública Coletiva surgiu em 1916 com a criação de postos de profilaxia rural no Rio de Janeiro. A partir de 1918, a estrutura de serviço se estendeu pelo nosso país com a formação de Médicos Sanitaristas e Enfermeiras Visitadoras. Então, pode-se observar que, mesmo com o “foco no indivíduo”, já se praticava o conhecimento do contexto familiar e a estrutura da moradia e o bairro onde este residia. Este movimento sanitarista, do qual faziam parte profissionais de saúde, usuários, políticos e lideranças populares, cresceu durante várias décadas, provocando mudanças na assistência à saúde da população, na medida em que as Políticas Públicas para a Saúde eram revistas a cada governo devido a existência desta movimentação. No primeiro governo não militar desde 1964, o movimento sanitarista exigiu a reestruturação do sistema de saúde brasileiro.

Na década de 1980, foi dado um passo à frente em termos da Saúde Pública Coletiva, com a municipalização da prestação de serviços de saúde. A VIII Conferência Nacional de Saúde em Brasília (1986) foi o evento que definiu as propostas, que defendidas na Assembleia Constituinte (1987) garantiu o direito à saúde para todo cidadão, sendo uma obrigação do Estado (Constituição Brasileira de 1988). O processo de reforma sanitária persistiu na tentativa de melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS), alcançando a criação dos Programas de Saúde da Família (PSF-1994), que percebe a família como unidade da ação de vigilância e promoção da saúde.

Nesse sentido, pode-se identificar três tipos de abordagem praticados nos serviços de saúde: Abordagem Biomédica/Clínica, Abordagem Epidemiológica e Abordagem Socioambiental.

Embora as outras tenham importância também, salvo melhor juízo, a abordagem socioambiental é mais abrangente, uma vez que considera as relações entre saúde e condições

de vida, busca compreender os contextos onde o indivíduo interage, avalia história social – valores e costumes e incorpora a visão dos usuários dos serviços de saúde.

A abordagem socioambiental propõe promoção da saúde ambiental para promover a saúde física, considerando onde o indivíduo estuda, trabalha, seu lazer, sua residência, com participação da população local, com foco no “onde eu moro”, “como e porque eu moro”, identificando e achando solução para os problemas ambientais locais que prejudicam a saúde, pioram a qualidade de vida e a sustentabilidade. Preconiza ajuda mútua e relações solidárias para que o indivíduo tenha o entendimento da sua corresponsabilidade na proteção, conservação e recuperação ambiental e da saúde. Ainda propõe, a longo prazo, mudanças na grade curricular dos cursos voltados para área de saúde, ciências sociais, engenharia e outros para formação de profissionais que vão gerar um debate multiprofissional a respeito de promoção da saúde.

1.2.1 O trabalho desenvolvido: desdobramentos e algumas avaliações

Em termos de detalhamento, atividades do Projeto em tela visaram ampliar conhecimentos e reflexões críticas quanto às concepções do Sistema Único de Saúde – SUS e seu funcionamento no âmbito do Município de Uberlândia; disseminar conhecimentos quanto às questões relacionadas Socioambientais versus Saúde Pública na região em que se realizou o projeto; trabalhar junto a professores, pessoal de apoio e estudantes dos ensinos fundamental e médio, jovens e adultos em geral, particularmente do Bairro Jardim Brasília e adjacências, na perspectiva da atuação como multiplicadores em questões relacionadas às temáticas do Projeto.

O desenvolvimento das atividades compreendeu ações educativas na forma de palestras, oficinas, vivências, visitas e trabalhos de campo, buscando a participação ativa dos envolvidos tendo como base uma instituição de ensino da cidade de Uberlândia, a Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC (Ensino Fundamental).



Figura 03: Estagiário desenvolvendo atividade com o Grupo de Apoio do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação – CUSCE – Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC Uberlândia, 2009.

Fonte: Acervo do Projeto CUSCE, 2009.

Como forma de ilustração, apresentamos abaixo a avaliação da atividade *Saúde Mental e a Comunidade: Discutindo Transtornos de Ansiedade, Pânico, Depressão e Déficit de Atenção e Hiperatividade*, que contou com a participação de 149 pessoas – dentre estas, estudantes da EMARC, professores, demais funcionários e moradores do bairro Jardim Brasília.

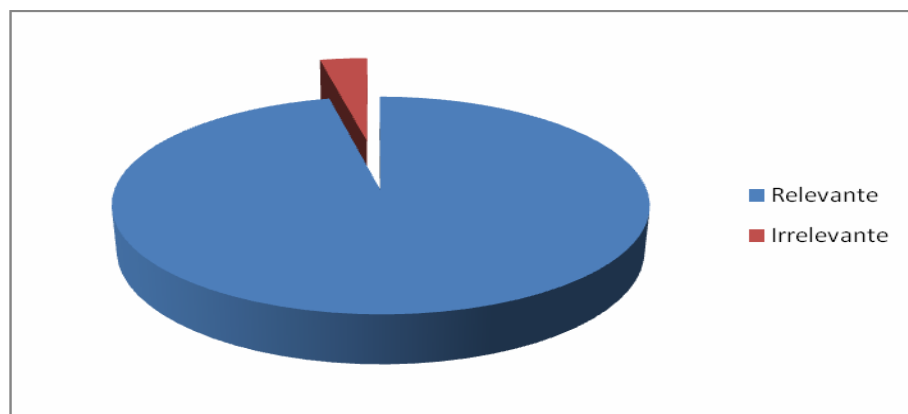
A atividade foi avaliada com um questionário objetivo distribuído aos participantes como forma de conhecer suas opiniões em relação à qualidade da atividade, ao tema apresentado, metodologia utilizada, forma de divulgação, dentre outros aspectos. Dessa forma, nos foi permitido verificar a opinião do público-alvo em relação a essas atividades desenvolvidas pelo Projeto.

Seguem adiante gráficos referentes à análise do questionário aplicado após a atividade “Saúde Mental e a Comunidade: Discutindo Transtornos de Ansiedade, Pânico, Depressão e Déficit de Atenção e Hiperatividade” (Gráficos 1, 2 e 3).

Com o intuito de maximizar a repercussão comunitária do Projeto, fomos à busca da colaboração de órgãos públicos e organizações não governamentais existentes na região, inclusive instituições públicas de saúde. Porém essa colaboração, especialmente com órgãos públicos, não se concretizou, e entendemos que isso se deu pela pouca sensibilidade, falta de autonomia e, também porque essa não é uma prática considerando esse tipo de empreendimento.

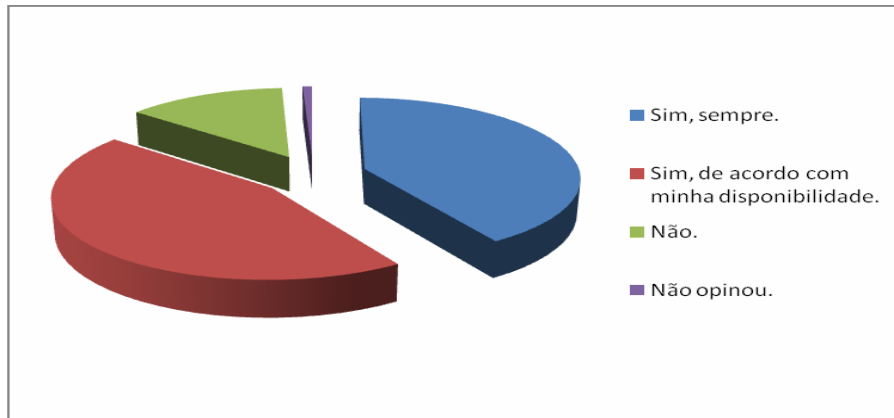
Semanalmente, ocorreram reuniões com os membros da equipe, os estagiários e os professores colaboradores da escola. Nestas, além de realizar colóquios sobre a temática do Projeto era feito o planejamento e traçadas as diretrizes das atividades previstas com o público-alvo. Nessas reuniões, num total de 18, foram analisados e avaliados os métodos que puderam ser adotados durante a realização das atividades propostas.

Gráfico 01: Qual a sua opinião em relação ao tema apresentado?



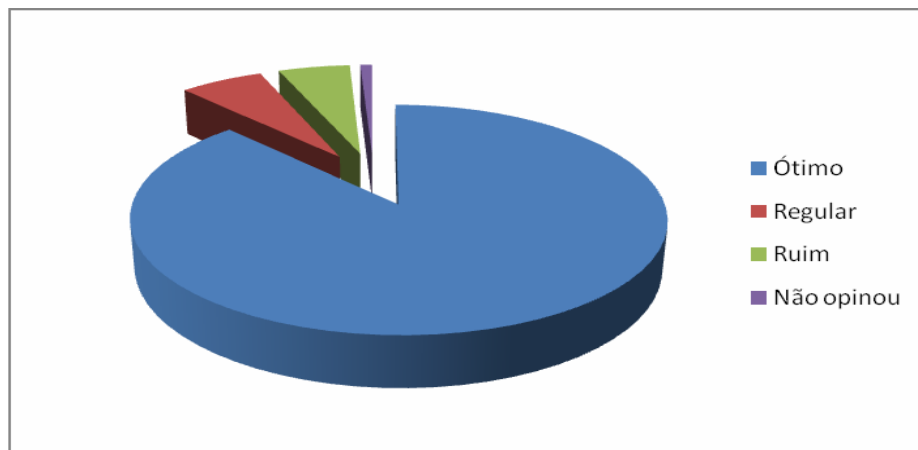
Fonte: Acervo do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação – CUSCE - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC. Uberlândia, 2009.

Gráfico 02: Você gostaria de participar de outras atividades como esta?



Fonte: Acervo do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação – CUSCE - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC. Uberlândia, 2009.

Gráfico 03: Como você considera a data e o horário da realização do evento



Fonte: Acervo do Projeto Cidade, Urbano, Saúde Coletiva e Educação – CUSCE - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha – EMARC. Uberlândia, 2009.

Quanto ao embasamento teórico das atividades, foram realizadas reuniões quinzenais envolvendo o professor, os dois estagiários e as professoras colaboradoras da Escola, nas quais eram discutidos temas, artigos, capítulos de livros etc., os quais puderam contribuir para o embasamento científico e produção de conhecimento, e que subsidiaram as atividades com o público-alvo. Dessa forma, buscamos aprofundar reflexões quanto à importância da multidisciplinaridade e a relevância da mesma para a formação do Geógrafo professor e para o ensino da Geografia.

As atividades com o público-alvo, moradores das comunidades no entorno da escola no Bairro Jardim Brasília e adjacências foram realizadas com periodicidade variável, de acordo com as demandas levantadas com auxílio das professoras colaboradoras da Escola e do grupo de apoio.

A equipe promotora do projeto elencou temáticas que poderiam ser desenvolvidas durante o período de trabalho. Em geral, foram temas atuais, bastante abordados na mídia e na sociedade, tais como: saúde mental (transtornos de depressão, ansiedade, déficit de atenção e hiperatividade), saúde reprodutiva e sexualidade para adolescentes, uso de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas, papel e atuação do Conselho Municipal de Saúde de Uberlândia, questões ambientais no bairro e na cidade, situação/condição da saúde no bairro, papel e funcionamento do SUS e, ainda, questões gerais sobre a cidade e o urbano e interdisciplinaridade Saúde/Geografia.

Com o desdobramento dos estudos, participamos com apresentação de trabalho em termos de eventos acadêmico-científicos da V Semana Acadêmica da Universidade Federal de Uberlândia, do X Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, ENPEG, em Porto Alegre; do IV Workshop do Laboratório de Ensino de Geografia – LEGEO, em Uberlândia, e do II International Congress of Geography Health e IV Simpósio Nacional de Geografia da Saúde – GEOSAÚDE, em Uberlândia.

Foi muito valiosa a realização de atividade nas quais se analisou a *Interdisciplinaridade Saúde e Geografia*, buscando correlacionar as duas áreas, e a contribuição das mesmas quanto à percepção do indivíduo em termos de sua identificação e relação com o meio onde vive, bem como isso pode interferir no processo saúde-doença. Considerando os resultados, os participantes tiveram melhor entendimento quanto a suas condições de vida e a relevância da promoção da saúde frente ao enfrentamento das doenças.

Como desdobramento da atividade, os participantes foram motivados a realizarem um exercício que consistiu em encaminhar para o espaço das atividades as fotos de sua casa, sua rua, seu bairro, retratando a forma como cada indivíduo percebe o espaço urbano e como ele se identifica com o mesmo.

Observou-se que o trabalho com a comunidade envolvida foi muito gratificante no sentido de que se pôde contribuir para com a construção de saberes. Além disso, houve oportunidade de levar a equipe promotora do projeto ao contato direto com o meio para o qual por vezes se constrói teorias sobre Educação Popular e observar, na prática, como essa construção acadêmica pode ser testada.

É possível considerar que as práticas junto à comunidade urbana e acadêmica foram de extremo aproveitamento, tendo em vista que se conseguiu coadunar os objetivos do Ensino Superior, de produção de conhecimento, às atividades de articulação da universidade com a

sociedade na perspectiva da conexão e troca de saberes, especialmente junto às comunidades populares.

Entretanto, podem ser pensadas outras formas de atividade para serem realizadas junto a essas comunidades com o objetivo de fomentar debates, colher sugestões e partir para o diálogo com as formas teóricas, com que nos defrontamos cotidianamente no ambiente universitário.

CAPÍTULO 02

O QUE SE TEM, E O QUE SE DESEJA: “desenhando”, educando e construindo “lugares”

As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas sejam enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa

Ítalo Calvino (1990)

A cidade é, por si, ao se fazer democrática. Ela não tem desenho a não ser sendo democrática. Ela é de todos, inclusive, numa desgraça sem dúvida nenhuma, você vê que se pode dormir no meio da rua.

Paulo Mendes da Rocha (2002)

O presente capítulo se propõe a pensar e refletir sobre “lugares” e “cidade(s) – urbano” a partir do processo de revisitar a realização de dois projetos, o primeiro originariamente denominado os projetos *Oficina de Desenho Urbano – As Crianças os Jovens e a cidade no Cerrado - ODURB* o qual foi desenvolvido em várias etapas cujas realizações se estenderam por aproximadamente oito anos, o segundo intitulado *Lugar e Educação Urbana – EDURBANA*, este realizado no ano de 2007.

2.1 Falando “desenhando” e construindo cidade(s) e campo(s)

Conceber, formular e executar o Projeto de pesquisa e extensão de caráter interinstitucional, a *Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado*, em seus dois primeiros anos de realização – em conjunto com a Artista Plástica e Professora da UFU, Lucimar Bello Pereira Frange – foi uma das mais desafiantes, expressivas, profícuas e satisfatórias experiências em minha carreira profissional. Meu encontro com Lucimar propiciou que ideias florescessem, a partir de diálogos e reflexões envolvendo

experiências advindas do âmbito das Artes Plásticas, da Geografia Urbana e do Urbanismo e da Educação em Geografia.



Figura 04: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Criar

Traduzir espaços

Olhar

Escolher

Esse é meu

retrato

Verônica de Moraes Sampaio

A primeira etapa do Projeto *Oficina de Desenho Urbano: as Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB* teve início em 2001, quando reunimos uma equipe profissionalmente diversificada constituída por pessoas ligadas à Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU) e à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Planejamos ações de “desenhos” a serem realizadas especialmente com crianças, jovens, acolhendo também outros interessados.

Iniciando a discussão, entendendo-se a cidade e sua dinâmica como resultante da ação de múltiplos agentes sociais, em sua Primeira Etapa (2001/2002), o intuito do Projeto ODURB foi combinar mesclar e amalgamar a pesquisa e a extensão através de uma consistente cooperação interinstitucional com os objetivos de:

1. Pensar a cidade e o município por meio dos desenhos de crianças e jovens realizados em praças assumidas como espaços de encontros, diálogos, trocas e criação.
2. Incentivar as percepções da cidade como espaço habitacional e de trocas culturais e sociopolíticas.
3. Conhecer o município, os distritos e a cidade como resultantes de processos socioculturais, considerando “os bens naturais e os bens simbólicos” incorporados como valores existenciais.
4. Propor que as crianças e jovens fizessem desenhos do “lugar” onde vivem e do lugar que gostariam de construir.
5. Encaminhar as proposições feitas pelas crianças e jovens, entendidas como práticas cidadãs, aos órgãos dos poderes públicos e instituições da sociedade civil.

Foi necessário que pensássemos e definíssemos o material, e optamos por:

- uma folha branca (tamanho ofício), material de uso diário de crianças, jovens e adultos conviventes do cotidiano estudantil e profissional – o que não causaria, por sua familiaridade, estranheza ou impacto negativo;
- uma caneta preta, não tão familiar, mas objeto de desejo de crianças pequenas que nela veem a afirmação de seus saberes, companheira dos adolescentes e jovens na construção de seus conhecimentos, escolhida e debatida pela equipe gestora, por suas possibilidades gráficas de registro que

não se apaga, pela facilidade e fidedignidade da reprodução, em função de uma linha que, pelo material, já instala uma necessidade de pensamento, linha-pessoa-vida-cidade a ser construída, linhas primevas, linhas-gestos-proposições, que possibilita riquezas de sensibilidades, de percepções, de expressões cidadianas e cerradianas (dos Cerrados de Minas);

- um papelão A4 como base rígida, para conforto do desenhador e qualidade do desenho;
- um varal, com cordão e prendedor de roupas foi montado em todas as praças para tornar visível as diversas propostas individuais dos desenhadores, coletivizando as ideias e os ideais de uma cidade e de muitas cidades.

Com essa perspectiva, aos poucos a ideia foi agregando novas nuances à medida que aumentavam os profissionais e estudantes que atraídos pela proposta se envolveram nos trabalhos. Aos poucos um bom número de pessoas estavam envolvidas nas atividades, incluindo “oficineiros”, o que evidenciou a vontade, o compromisso e o encantamento pela proposta.

A base metodológica foi ancorada na pesquisa-ação. Envolveu 10 Secretarias do governo Municipal de Uberlândia, e a Diretoria de Culturas da UFU (DICULT). O grupo mais permanente era bastante diversificado do ponto de vista da formação, o que contribuiu para a elaboração de um trabalho transdisciplinar. Em uma equipe multidisciplinar, cada membro falava de sua especificidade, dando embasamento para a construção coletiva de um projeto transdisciplinar⁴.

Os encontros de estudo e planejamento, inicialmente, tiveram periodicidade quinzenal, acontecendo em locais diferentes, para que habitássemos os espaços pessoais e coletivos de cada participante. Eram momentos de discussões conceituais e de proposições para novas pesquisas, mais aprofundamentos e mais ações.

Filosoficamente, o Projeto apontou para a concepção de uma cidade humana a ser humanizável – uma cidade com qualidade de vida para todos os seus segmentos, uma cidade na qual convivam a cidade e o urbano enquanto produções sociais de cidadãos/cidadãos, independentes de suas idades, seus gêneros, seus grupos sociais, suas etnias.

Segundo Brenson (1998, s.p.), “o crescente envolvimento artístico com crianças sugere uma necessidade, entre artistas, de imaginar um futuro com poder em novas mãos”. No caso

⁴ A transdisciplinaridade está entendida como a quebra das barreiras entre as áreas de conhecimento e um trabalho de conjunto entre elas.

do Projeto, o envolvimento se dá tanto por artistas, quanto por uma diversidade de profissionais que vê, no desenho da criança, possibilidades estéticas, culturais, políticas e sociais. Os desenhadores, ao desenharem “a cidade em que você vive e a cidade que gostaria de construir”, têm, em seus desenhos, projetos/propostas de cidades sobre as quais são pensadas múltiplas possibilidades.

O objetivo da pesquisa cultural e social é motivar e instrumentar diversificados grupos de trabalho como fonte de conhecimento e de uma ação educativa de transformação em perspectiva criadora/libertadora.

O lugar em que se mora é onde a grande maioria das pessoas passa a maior parte de suas vidas, um tempo enorme de seu viver. Assim, cunham-se as expressões “minha terra”, “minha cidade”, “o lugar onde vivo”, “meu torrão”, “meu bairro”, “minha cidade é uma vila pequenininha”, “meu lugar”, entre tantas outras carregadas de significado histórico- geográfico e de dimensão sociocultural ímpar.

As crianças e os jovens e todos mais vivenciam a cidade, o lugar em que moram, a partir de suas inserções culturais e sociais no âmbito da mesma – e do “lugar” que ocupam na sociedade. Têm em, consequência, seus sonhos, suas bondades e suas malícias vivenciando a “cidade real” com gostosuras e belezas, amarguras e feiuras, elaborando expectativas, propostas e planos para o fazer-se e refazer-se da cidade, assim como são desejosas de oportunidades para o diálogo e a exposição de suas ideias para “novas construções da cidade, do lugar”.

Desenhar e construir a cidade ou outro lugar que contém em sua essência e fundamento o binômio natureza-sociedade passa no caso de Uberlândia (município com cinco distritos e a cidade) pelo Cerrado, pelo planalto, por seus rios e córregos, por sua fauna, por seu clima, por sua geologia e por sua vegetação, onde atores sociais constroem seus viveres fazendo e refazendo, dia a dia, suas histórias, suas geografias.



Figura 05: Desenho de Patrícia Braga, 18 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

O “Cerrado Uberlandense” pode ser entendido como tendo uma forte marca; a sociedade-natureza forja sua antropogeografia⁵ e constitui um espaço-tempo com característica e identidade próprias. Essa marca “registrada” aponta para personalidades, individualidades e pluralidades muito peculiares nos contextos em que cada um se insere, seja de que forma for.

Se há possibilidades para a expressão da multiplicidade que é a cidade, local e lugar onde brota e pode florescer de dentro para fora, de fora para dentro, a diversidade cultural fruto das histórias dos cidadãos (cidadãos?), é possível edificar a “cidade” do direito ao direito, do direito à diferença, do direito às oportunidades e realizações, a cidade da cidadania e das culturas.

⁵ A Antropogeografia é aqui entendida como o mesmo que “Geografia Humana”, elaborando o conhecimento do ambiente construído (físico/cultural), a partir de um processo social. Tal conhecimento contém uma reflexão crítica na perspectiva da produção do saber geográfico.

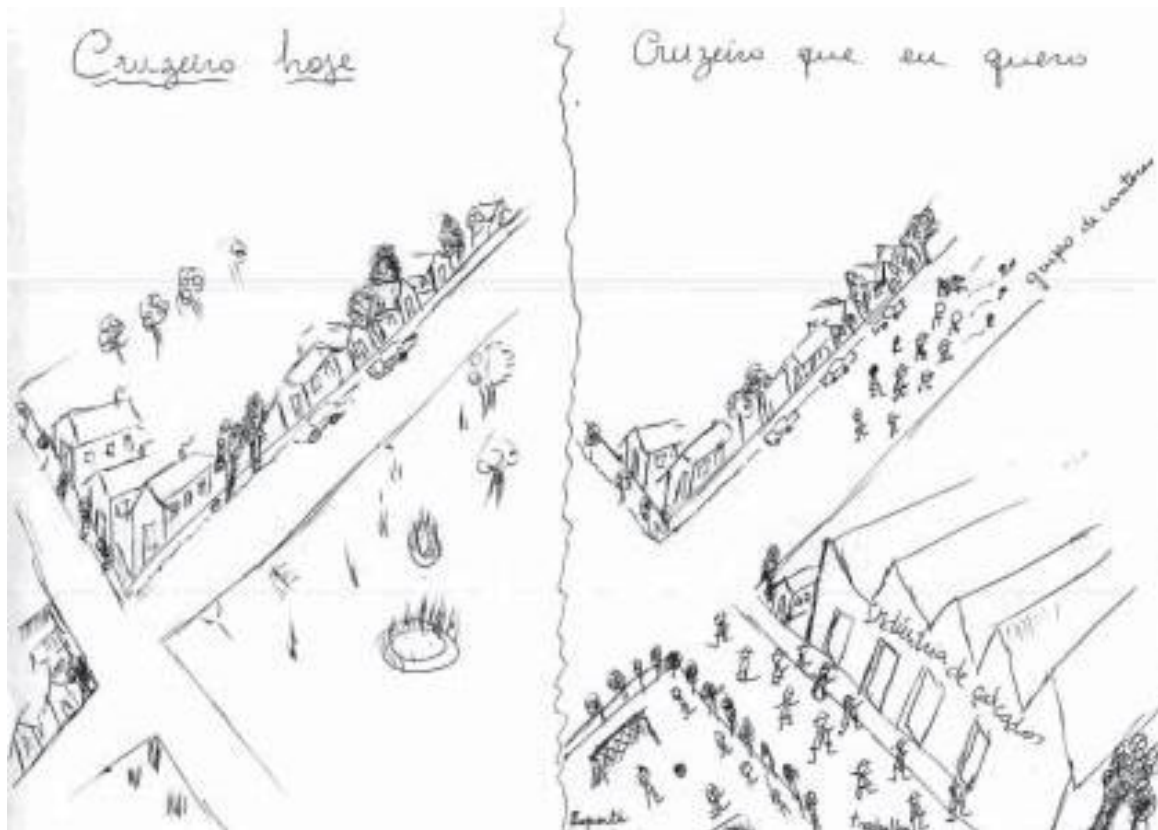


Figura 06: Desenho de Edna Ferreira, 58 anos. Ação nas praças, *Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado*: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Assim, no contexto do Projeto, a partir dessas e de tantas outras reflexões e tendo sua base metodológica ancorada na pesquisa-ação, aconteceu a ação *Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado*, em Uberlândia. O tema central da atividade foi *A cidade que você vive e a que gostaria de construir* (entendido, simbolicamente, como o lugar onde se vive, pois contemplou também moradores da zona rural e das sedes distritais). Esse tema foi adotado após muitas reflexões, passando, desta forma, a constituir-se na grande consigna norteadora para o desenvolvimento das atividades.



Figura 07: Desenho de Théo Faria, 04 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

O tema proposto teve o mérito de fomentar a criatividade propositiva, oferecendo às crianças, aos jovens e a quem mais chegasse, a oportunidade de desenhar a partir de suas vivências e anseios. Se, para alguns, a frase propunha situações distintas, separando presente e futuro, para outros ela combinava essas dimensões temporais, o que levou a uma diversidade riquíssima de desenhos, nos quais a compreensão da temática é retratada com razão, emoção, sonhos e utopias.

A aparente dualidade quanto à temática não causou problema metodológico. Pelo contrário, enriqueceu a proposta inicial, abrindo caminhos para o fluir da criatividade e subjetividade. Esse encaminhamento acabou por levar a abordagem da temática de diversas formas, mostrando que o imaginário social aponta a imensa e diversificada multiplicidade quanto à cidade e o urbano serem entendidos como produção sociocultural. Tal diversidade veio ao encontro das concepções do Projeto, uma vez que o mesmo se apresentava aberto à

multiplicidade teórico-conceitual relativa à cidade e ao urbano.

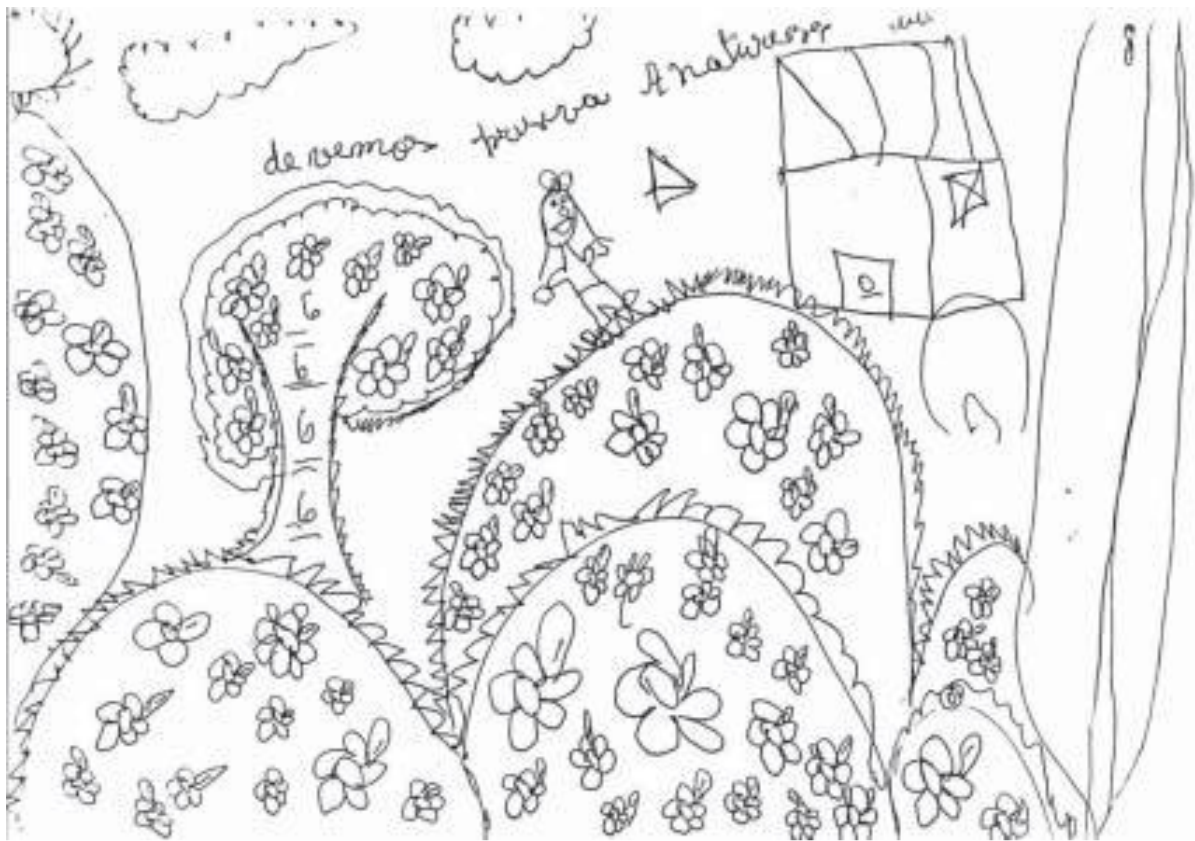


Figura 08: Desenho de Fabiana Fernandes, 10 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

A trajetória teórica trilhada acabou por apontar múltiplas direções quanto à conceituação da “cidade-urbano”. Todavia, tal diversificação vai apresentar um aspecto comum: ela se contrapõe à homogeneização e ao autoritarismo permeado na ideia da cidade produtivista. Para ilustrar esse contraponto, tomamos emprestada a palavra do poeta amazonense Aldísio Filgueiras (1994, p. 58) quando fala que “a cidade que existe em nós tem saudades do futuro. Não tem água que se acabe. Mais isto é para quem viverá. Não existem águas paradas”.

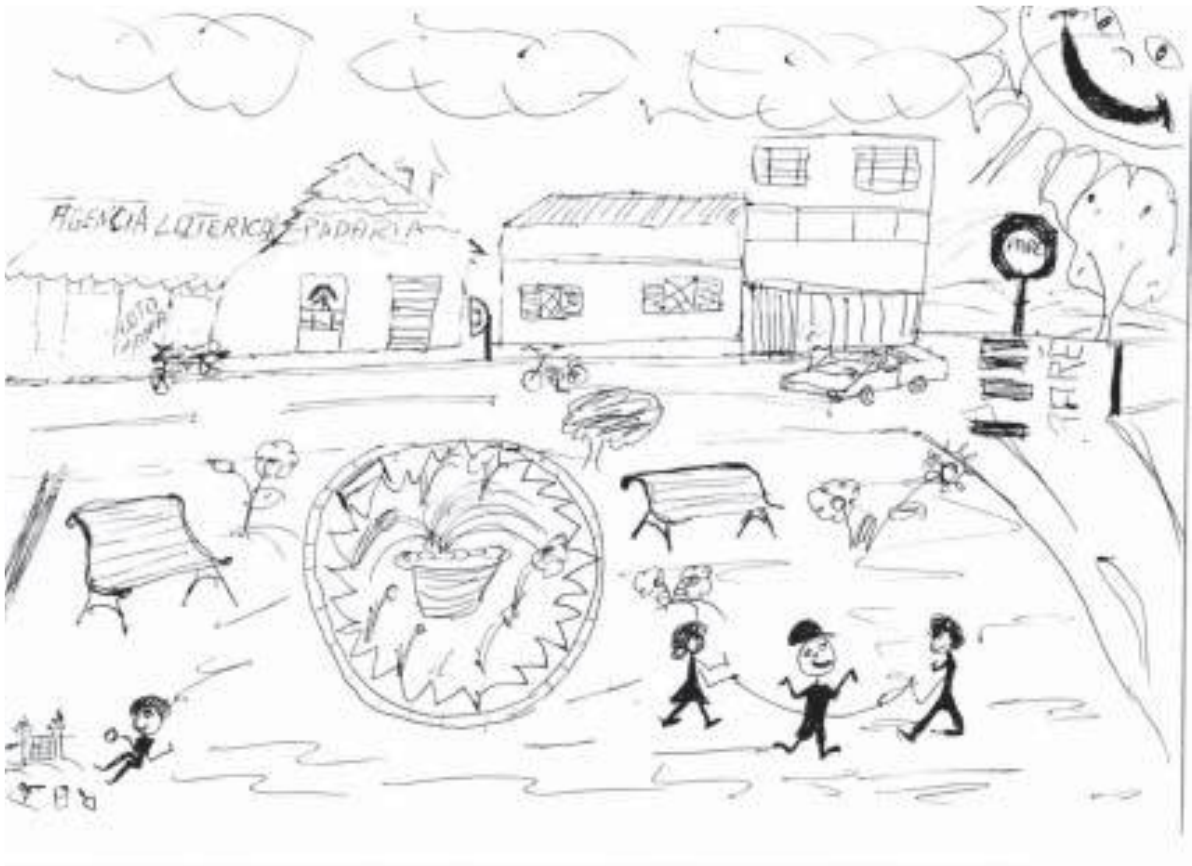


Figura 09: Desenho de Júnior, 29 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

A cidade da produção, a exemplo da fábrica, deve ser bem gerenciada, ter funcionalidades, ser “racional” e lucrativa. Suas formas, conteúdos e atributos precisam atender aos objetivos da produção econômica, tornando-se competitiva, pragmática e planejada nesse intuito. Sua lógica, fundada nos paradigmas do processo de globalização da economia, indica a importância de sua articulação no concerto internacional de cidades, com preocupação voltada para a racionalidade exigida por tal concepção. Esse “ideal” de cidade é o do pensamento único, sem tensionamentos, utopias, sonhos e ideologias, ou seja, uma cidade sobre a qual só se conhece parte de sua história, de seu passado e de suas vitórias e derrotas.

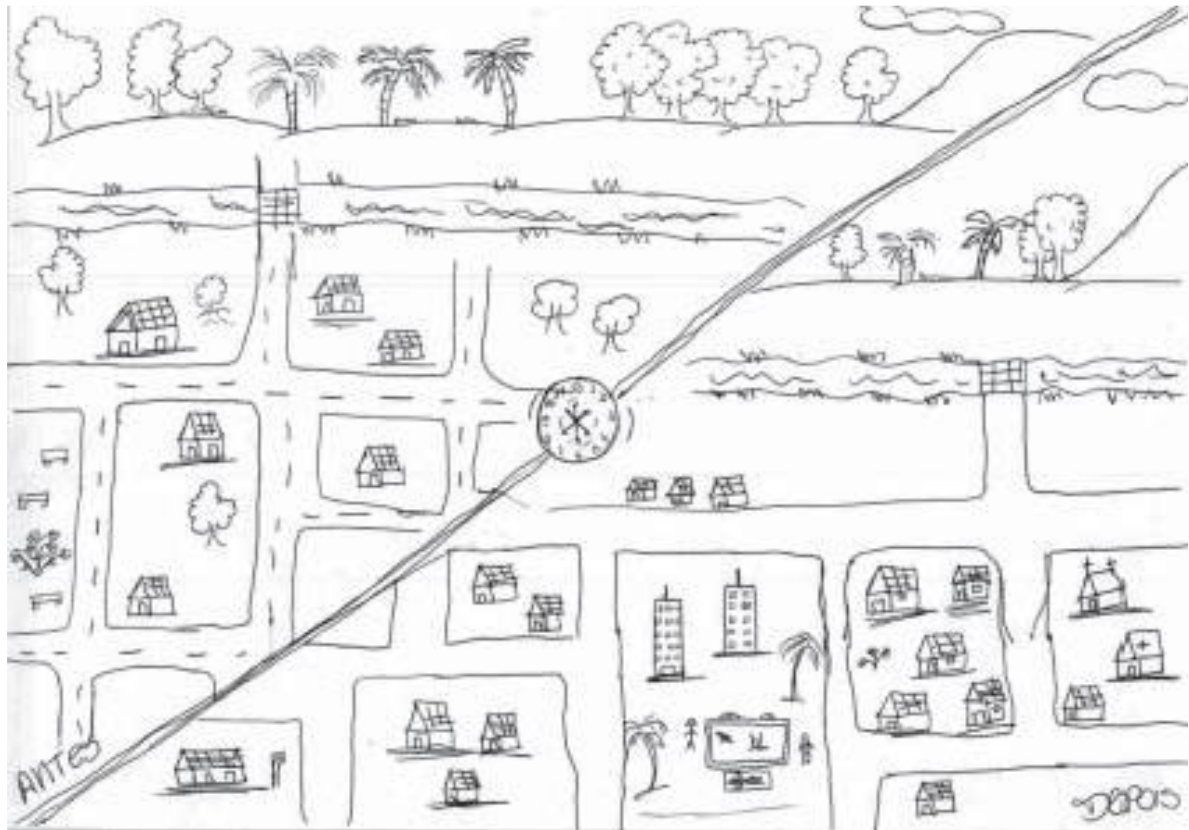


Figura 10: Desenho de Jocélia de Souza, 15 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Em contraponto a esse conceito, elabora-se sobre a cidade pensada como materialização de tempos históricos, produto das relações humanas, natureza apropriada e transformada. Suas formas, sempre datadas, são fruto dos saberes das técnicas e das dimensões artísticas e culturais das sociedades em cada época. Seus atributos atendem – ou buscam atender – a demandas e interesses dos segmentos sociais de cada sociedade. Seus conteúdos expressam ideologias, crenças, sentimentos, culturas e filosofias de vida. A cidade torna-se, portanto, causa e efeito da ação coletiva, lugar privilegiado das ideias, condição necessária ao exercício da cidadania.

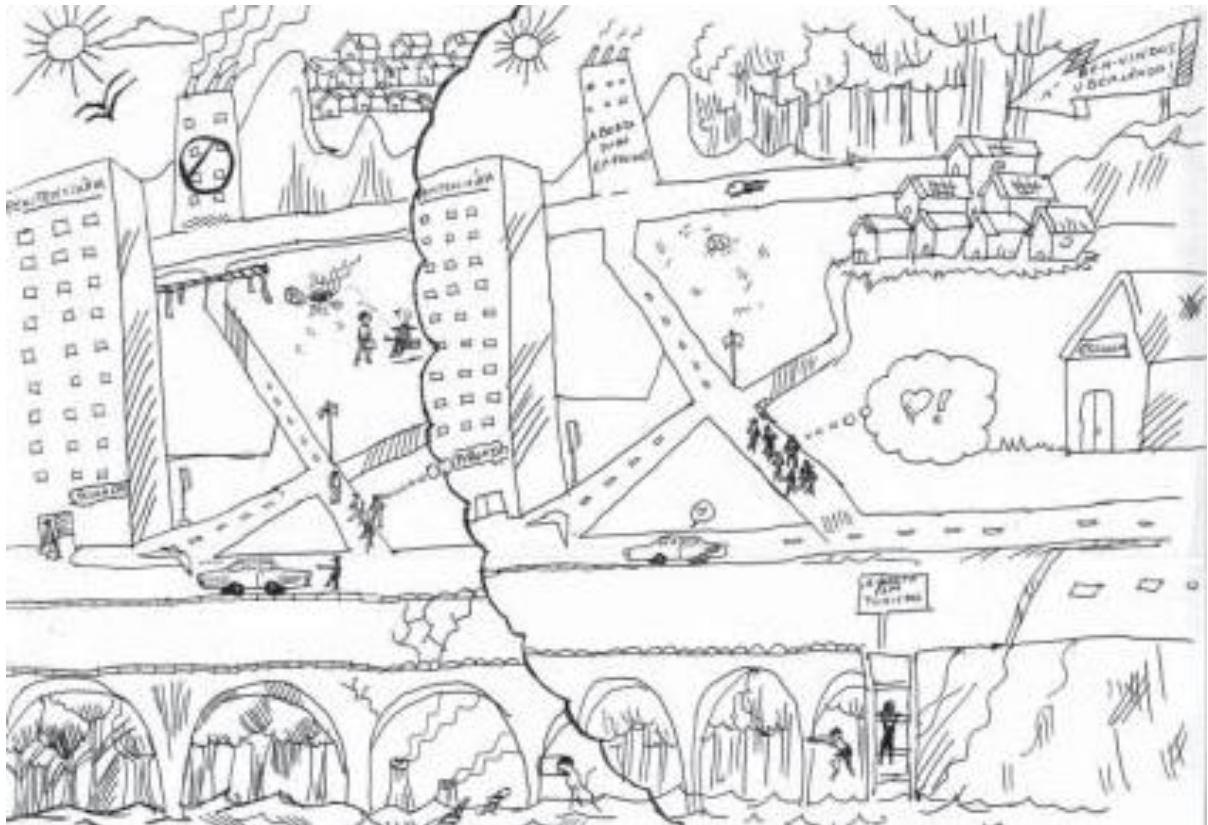


Figura 11: Desenho de Thiago, 15 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Em desdobramento ao entendimento da cidade e da sua dinâmica como resultante da ação de múltiplos agentes sociais, a proposta foi pensada com o intuito de combinar, mesclar e amalgamar a pesquisa e a extensão universitária por meio de uma ousada cooperação interinstitucional envolvendo uma instituição de ensino superior e a esfera municipal de governo, a Prefeitura.

Com o desenvolvimento das atividades, verificou-se a percepção da população, sobretudo de crianças e jovens referente à cidade e que mudanças eles gostariam de propor para a mesma. Com a sistematização e apresentação de tais propostas, o intuito foi evidenciar as aspirações das crianças e jovens, bem como destacá-las como necessidades, demandas e desejos a serem considerados na formulação de diretrizes e projetos para o planejamento participativo e desenvolvimento local e urbano de Uberlândia. Desta forma, apontou-se para a abertura de caminhos para esses atores sociais, propiciando-lhes oportunidade para expressarem seus desejos, sentimentos, necessidades e frustrações com relação à cidade e ao lugar em que vivem

e a que gostariam de construir.

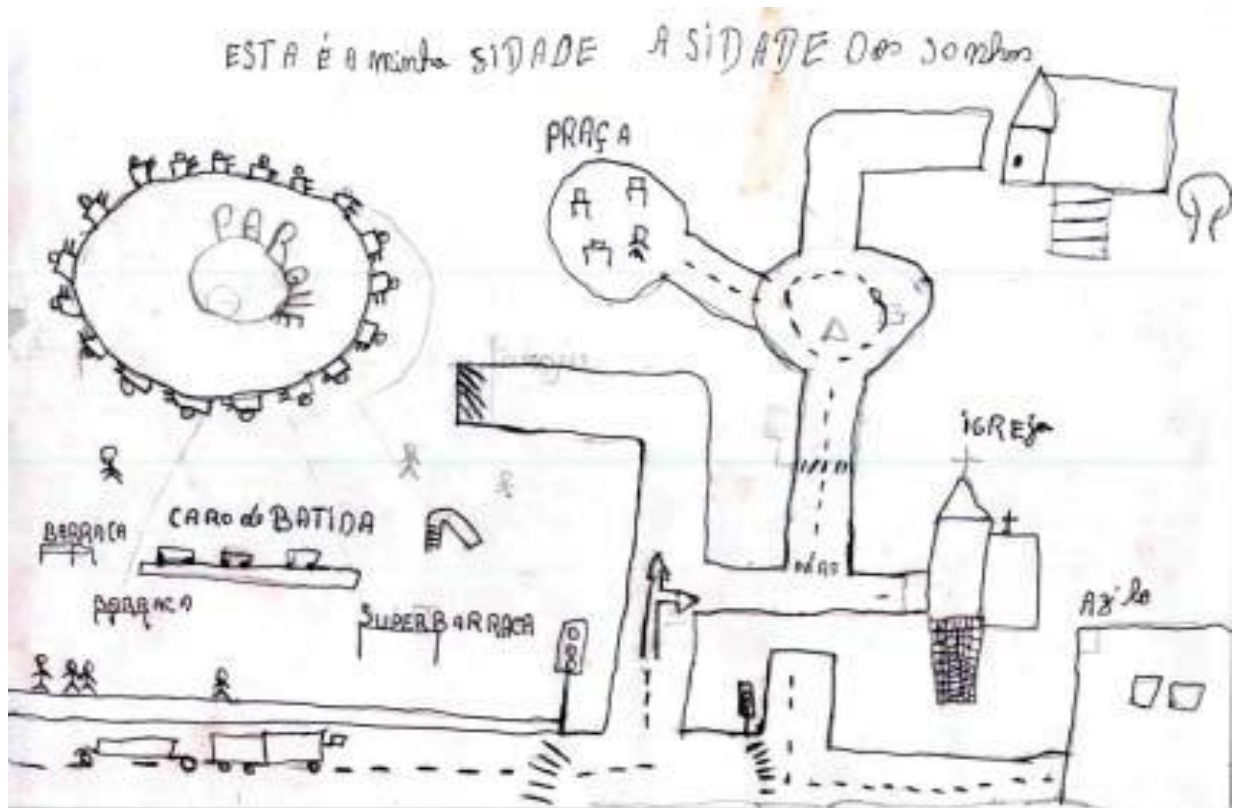


Figura 11: Desenho de Rachid Halouche, 10 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Aqui é importante ressaltar que uma “oficina” pode ser entendida, imaginada, pensada e concebida como local de construção de muitas possibilidades. Desenhar na oficina o desenho urbano e do lugar, em nosso entender, foi dar curso às percepções, aos sentimentos e emoções, aos experimentos, sonhos e vivências no fazer e fazer-se do lugar onde se vive, que se constitui no acontecer – seja da cidade, ou qualquer outro onde vivemos, sejam quais forem suas condições.

Em um primeiro momento, a vontade era de ter crianças e jovens desenhando ao mesmo tempo em todas as praças da cidade de Uberlândia e das sedes dos distritos, as vilas. De posse de um mapa da cidade, vendo as praças e as áreas institucionais – ou melhor, locais que ainda seriam transformados em praças – percebeu-se ser impossível utilizá-las para o momento de desenho com crianças e jovens. Por isso, foi decidida a escolha de praças nas diversas regiões

da cidade, considerando-se a setorização do Plano Diretor e a regionalização do Orçamento Participativo. Estas foram visitadas por duplas de pessoas, as quais relataram para o grande grupo as condições das mesmas. Foram criadas equipes de trabalho destinadas ao estudo desses espaços, levando em consideração aspectos como o tamanho, o conforto, o tráfego de veículos nas proximidades de cada praça e escolas em suas proximidades.

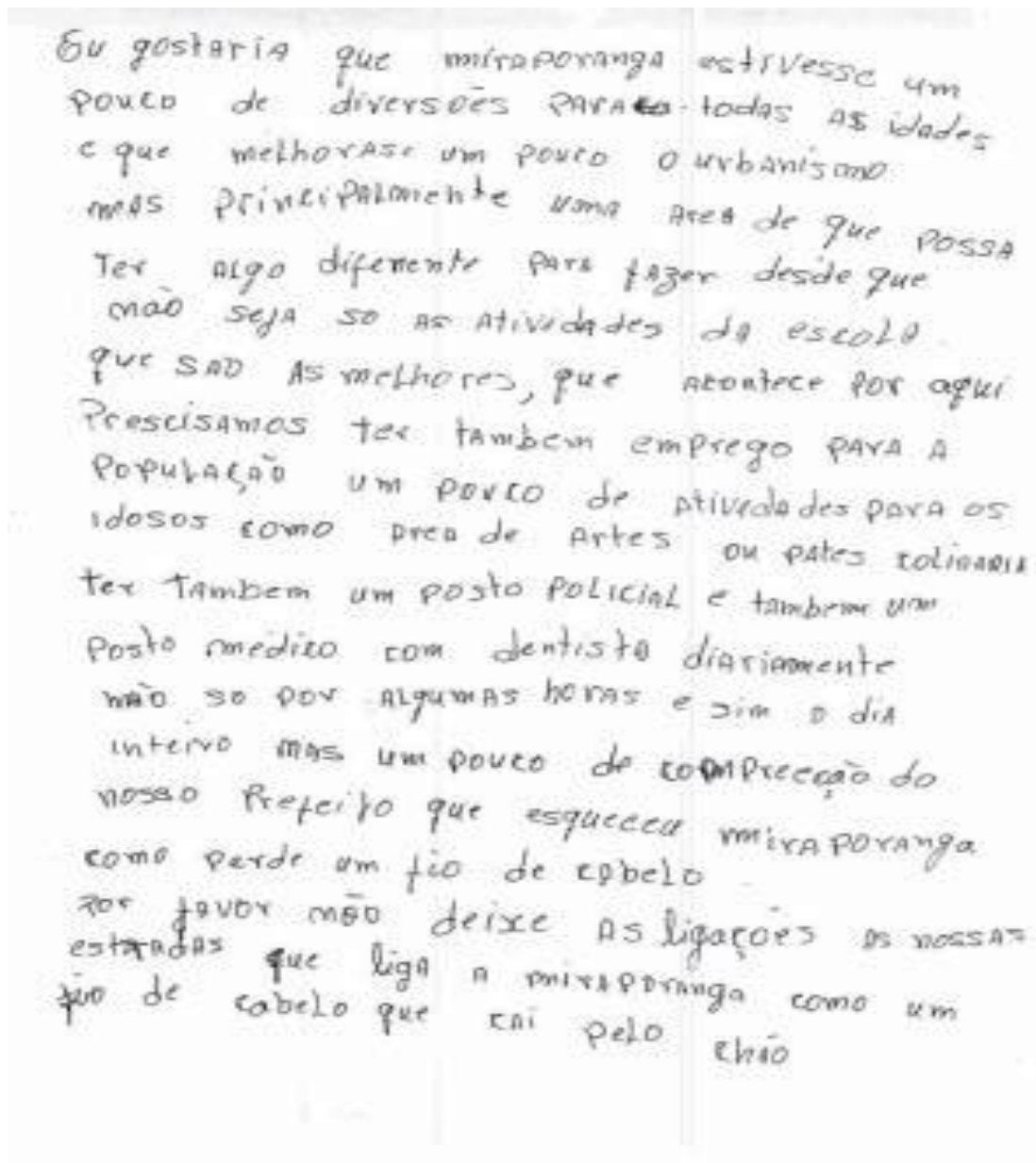


Figura 13: Desenho de Maria Natalina, 37 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

A estrutura física das praças deveria acolher os “desenhadores”, proporcionando-lhes o abrigo em relação ao sol forte e, também, protegê-los de problemas como o trânsito de automóveis. Além disso, um mínimo de infraestrutura correspondente aos bancos e aos canteiros gramados foram considerados por estas “equipes de andarilhos” que percorreram os cinco setores da cidade e os quatro distritos de Uberlândia, levantando os locais possíveis para a realização da ação de desenho.

As visitas em duplas a cada uma das praças eram momentos de trocas entre as equipes e os frequentadores do local, um momento de maior entrosamento entre as pessoas.

Com os números de praças e locais estabelecidos, a equipe definiu os Coordenadores responsáveis por cada setor e distritos da cidade. Estas pessoas assumiram não só as tarefas de distribuir e recolher as fichas de inscrições, calculando o número de colaboradores por praça, como também foram responsáveis pelo planejamento das ações com os grupos de trabalhos, assumindo a divulgação do projeto e de sua concepção junto aosicineiros-colaboradores e junto às escolas.

Os oficineiros-colaboradores surgiram de diversas comunidades. Muitos estavam ligados às escolas Estaduais e Municipais, outros eram professores e estudantes de vários cursos da UFU e do Centro Universitário do Triângulo – UNIT (atual UNITRI). Houve participação de diversos profissionais liberais e funcionários públicos desejando trabalhar no dia 30 de setembro de 2001, quando aconteceu uma grande e dinâmica Ação denominada *Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado* em 30 praças do município, sendo 26 na cidade (distrito sede) e quatro nos distritos de Tapuirama, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga.

Esse grupo de oficineiros foi constituído por: 180 estudantes e 166 profissionais, totalizando 346 pessoas assim subdivididas em 64 estudantes de Artes Plásticas, 35 de Arquitetura, 32 de Geografia, 12 de Ensino Médio, quatro de Pré-Vestibular, três de Psicologia, três de Biologia e Educação Física, Ciências Sociais, Computação, Comunicação Social, Direito, Economia, História e Engenharia Mecânica. Dentre os profissionais, 59 eram Professores, 12 eram Arquitetos, sete Funcionários Públicos, seis Artistas Plásticos, seis Geógrafos, cinco donas de casa, Agricultor, Artesão, Arte Terapeuta, Assistente Social, Auxiliar de Laboratório, Bailarina, Bancário, Bordadeira, Cabeleireiro, Comerciário, Corretor de Imóveis, Costureira, Designer Gráfico, Economista, Eletricista, Engenheiro Civil, Engenheiro Mecânico, Fisioterapeuta, Jornalista, Manicure, Merendeira, Odontólogo, Orientador Escolar, Pedagoga, Pintor, Recepcionista, Supervisor Escolar e Vendedor.



Figura 14: Desenho de Bianca Pereira, 07 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Essa diversidade de pessoas proporcionou uma série de troca de experiências culturais e sócio-políticas que fortaleceram os encaminhamentos para o dia *Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado*.

Desde o início, a escola foi percebida como comunidade essencial para a viabilização da Ação. Evidentemente, a proposta não estava restrita somente às escolas; portanto, entendemos a sua importância na mobilização dos jovens, das crianças e dos adultos das comunidades locais. A partir de seu envolvimento, poderíamos ainda convidar os diversos profissionais ligados aos ensinos médio e fundamental.

Em um projeto que vai se construindo a todo o momento são incorporadas, sempre no coletivo, novas ideias. Foi assim que, em um momento das discussões, pensamos a necessidade de se deixar na praça um marco/marca do projeto. Pensamos, primeiramente, em uma construção de placas de cerâmicas, mas definimos por plantar uma árvore típica do Cerrado, no horário da finalização dos trabalhos, com as crianças e pessoas que estivessem na praça. Assim,

em cada comunidade criar-se-ia um vínculo maior entre as crianças e a praça já que as mesmas seriam incentivadas pelos oficineiros a cuidarem da árvore que plantaram.

Outra ideia que emergiu foi a realização de seminários com o objetivo de socializar com os oficineiros os estudos e as etapas do Projeto, discutir metodologias de ações, estabelecer o cronograma de trabalho e os materiais utilizados.

Uma das formas de divulgação do empreendimento deu-se pela distribuição de um cartaz/folder com todas as informações, entregue nas escolas – tanto públicas quanto particulares – com uma semana de antecedência, bem como nos estabelecimentos comerciais no entorno das praças.

A divulgação, nos primeiros momentos, baseou-se em contatos mais próximos entre as pessoas, proporcionando uma religação entre os sujeitos, na qual a revitalização de “prosas” e diálogos interpessoais se sobrepuseram aos métodos “frios” de propaganda e de comunicação. Com isso, não foi oportuna e não queríamos a presença de carros de som ou outros meios que levassem as crianças e jovens a desenharem em troca de algo.

O prazer em ir à praça estaria arraigado ao *ato de desenhar e pensar a Cidade no Cerrado*, não sendo necessária e nem aceita a presença de *shows* ou mesmo de “balinhas ou prêmios”, pois o único incentivo para que as crianças e os jovens lá estivessem seria o desenho e a cidade, entendida como tempo/espço/possibilidade das vozes de um segmento da população que normalmente não manifesta, nos órgãos oficiais, seus desejos e vontades com relação à cidade.

As crianças e os jovens vivenciam suas cidades a partir de suas inserções culturais e sociais no âmbito da cidade e, por conseguinte, do “lugar” em que ocupam na sociedade em que vivem.

Em uma proposta cuja ação básica era *desenho da cidade, do lugar*, tínhamos a noção de que cada criança, jovem ou outra pessoa chegaria, desenharia e iria embora – ou ficaria habitando a praça por mais algum tempo, por sedução ou hábito de estar ali. Em algumas praças, as pessoas foram chegando para desenhar, pois já sabiam do sobre a Ação. Em outras praças, os oficineiros-colaboradores precisaram se movimentar e convidar crianças, jovens e adultos que estavam na praça ou em seu entorno. Houve caso de oficineiros convidarem um grupo de crianças que parassem com o futebol para poder desenhar. As crianças poderiam chegar a qualquer momento e ir embora quando sentissem vontade.



Figura 15: Desenho de Ana Tereza Hordonis, 08 anos. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Dessa forma, assumimos um distanciamento das fórmulas “eventistas” tradicionais, buscando a efetiva participação das crianças e dos jovens. Osicineiros iniciaram o dia com a apresentação do tema *Desenhe a cidade em que você vive e a cidade que gostaria de construir* e encerraram a ação com o plantio dos ipês rosa como marco/marca da atividade.



Figura 16: Plantio dos ipês rosa como marco/marca da atividade. Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Muda o mundo

Muda que fala

Verônica de Moraes Sampaio

2.1.1 A temática e seus desdobramentos

A consigna *Desenhe a cidade em que você vive e a cidade que gostaria de construir* foi pensada e definida no conjunto dos estudos e desdobramentos após muitas rodadas de conversas durante os meses que antecederam a realização da Ação e tem em sua proposição algumas possíveis entradas.

Inicialmente, houve uma provocação e um chamamento para um ato – desenhe. “Desenhar é desenhar-se” e o Projeto pediu atos de “desenhamentos” de uma Cidade no Cerrado; pede pela imagem, as condições de vidas-em-vivência, quer dizer, uma vida que se percebe, para a qual se olha sobre a qual se pensa e que se faz desenhar e, pelo desenho se faz ver, vida sentida significativamente. Ainda, para instituições e entidades, encaminham-se as solicitações dos desenhos-desenhados, que são algumas possibilidades de melhorias de vida. “Desenhamento” é uma condição de uma pessoa que se desenha e, ao se desenhar, desenha as inter-relações com outras pessoas e com o mundo percebido, vivido e “julgado” crítica e propositadamente.

O tema *A cidade em que você vive* propôs uma ação “determinada” por nós, chamando um desenhador para um ato de desenhar a cidade atual, na qual se está imerso enquanto “pessoalidade” e “pessoalidades” e, concomitantemente, uma cidade do imaginário coletivo sociocultural. “Desenhador”, quer dizer, no projeto, aquele que desenha por vontade, por se sentir seduzido pela proposta do tema, podendo ser qualquer pessoa de qualquer idade, uma vez que a praça é espaço público. “Pessoalidade” é a maneira de uma pessoa se constituir, com sua personalidade, suas maneiras, seus sonhos, suas raivas, suas ancestralidades, suas perspectivas e suas ousadias.

Na sequência do tema, existia outra proposição – *a cidade que se gostaria de construir* – convocando-se para um ato de desenhar proposições, tendo-se a vontade e o desejo já instalados anteriormente.



Figura 17: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Do meu jeito eu ando
Do meu jeito observo as coisas
Do meu jeito eu sinto
Do meu jeito desenho
 o caminho que percorro todos os dias
 o céu , o concreto e as pessoas
 o calor , a alegria , o cheiro , a melancolia
desse lugar ...

Verônica de Moraes Sampaio



Figura 18: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Não só eu moro aqui

A igreja da praça

A praça do bairro

O bairro da cidade

Também moram dentro de mim

Verônica de Moraes Sampaio

Desenhe a cidade em que você vive e a cidade que gostaria de construir é uma temática de muitos possíveis – marcas-desenhantes, registros e pegadas de uma pessoa, de espaços coletivos e de ideias culturais, de contextos e de situações. Nesse sentido, algumas pessoas – tanto oficinairos quanto desenhadores –, entenderam como sendo “chamados” dois desenhos; outras, privilegiaram uma das partes do tema ou fundiram os dois em um; e outras, ainda, fizeram seus desenhos “guardados” enquanto vontades, desvinculados – pelo menos à primeira vista – do tema proposto. A ambiguidade do tema foi objeto de ampla discussão. Entendendo que as pessoas encontrariam maneiras de, com a linha-desenhante, falar de suas percepções e proposições para a Cidade no Cerrado – Uberlândia e seus distritos, mantivemos propositadamente a condição do ambíguo, inclusive como um mote duplo, de provocação: irritação ou sedução.

O tema proposto convidou a uma criação propositiva, criando, para as crianças e para os jovens, a oportunidade de desenhar a partir de suas vivências e anseios. Se, para alguns, a frase propunha situações distintas, separando presente e futuro, para outros ela combinava essas dimensões temporais, o que levou a uma diversidade riquíssima de desenhos nos quais a compreensão da temática é retratada com razão, emoção, sonhos e utopias.

A aparente dualidade quanto à temática não causou problema metodológico. Pelo contrário, enriqueceu a proposta inicial, abrindo caminhos para a criatividade e subjetividade. Tal diversidade veio ao encontro das concepções do Projeto, uma vez que o mesmo se apresentou aberto à multiplicidade teórico-conceitual relativa à cidade e ao urbano.

Todos os desenhos entregues foram aceitos, independentemente de idade. Todas as pessoas que quiseram os materiais para desenhar vieram às praças, os tiveram. Sabíamos que, ao chamar as crianças e os jovens, estávamos chamando as famílias, os “tomadores de conta”, as turmas, as comunidades circunvizinhas das praças.

Os desenhos-desenhados (2.833 desenhos, no total) mostram “muitas cidades” no Cerrado de Minas, com inúmeras solicitações, muitas delas reafirmando as vontades faladas e verbalizadas em diversas situações. No entanto, a condição humana é aspecto que aparece somente nos desenhos-desenhados.



Figura 19: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

*Sinto uma brisa no meu rosto
Ouço as folhas das árvores
Olho a rua e as pessoas ao redor
E tudo se mistura na minha imaginação*

Verônica de Moraes Sampaio

Conforme Forin (1977), os desenhadores mostram, pelas imagens, seus gostos, suas maneiras de ser e seus sonhos, gostos de um sujeito do “gosto” que possui a paixão pela diferença. Os sujeitos-pessoas-desenhadoras possuem e nos mostram as suas paixões cidadinas.



Figura 20: Ação nas praças, Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado: “Desenhe a cidade que você vive e a cidade que gostaria de construir”. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Dezembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

O que tenho nas mãos?

Sonhos

Vontade

Papel e caneta

E um monte de ideias

na caixinha encantada da memória...

Verônica de Moraes Sampaio

Após o evento na praça, cuidamos da realização dos seminários. Foram quatro dias, sendo dois deles realizados pelos coordenadores do projeto e dois com as palestrantes convidadas, professoras ligadas à arte pública⁶: Lilian Amaral e Ana Mae Barbosa.

A artista plástica Lilian Amaral sugeriu que, no seminário, se fizessem vários *outdoors* criados pelos oficinairos do projeto. No dia 09.11.2001, após o seminário sobre Arte Pública, os oficinairos desenharam o tema “a cidade em que se vive e a cidade que gostaria de construir” em papel branco no tamanho de *outdoors* convencionais e tinta preta PVA.

Neste seminário, foram abordados os possíveis diálogos entre Arte, Publicidade e Cidade. Os participantes entraram em contato com os percursos da Arte Pública ao longo da história e tiveram oportunidade de ampliar as suas relações e o seu imaginário dentro do contexto urbano. A cidade foi enfatizada como local de informações, espaço “comunicante”, onde a sua dinâmica envolve uma diversidade de imagens e de símbolos que se movem, se modificam e que também nos transformam num ritmo acelerado.

2.1.2 Discutindo resultados

O Projeto resultou na produção de livro e vídeo artístico-documental (duração entre oito a 12 minutos), postais com amostra de desenhos e encarte em jornal regional contendo, além de amostra de desenhos, demandas, necessidades e desejos advindos dos mesmos com base na temática proposta às crianças e jovens: “a cidade que você tem e a que gostaria de construir”.

O vídeo *DesenhosCidadesDesejos* (Uberlândia, Primavera de 2004), com duração de 19 minutos e de caráter cultural-educacional, foi parte das produções da Segunda Etapa do Projeto. Sua realização foi estruturada em cinco blocos:

- 1) Diário da Cidade – eu sou a manhã, eu sou a tarde, eu sou a noite – eu sou a cidade a desenhar novos roteiros e construir novos personagens;
- 2) Observações sobre a cidade;
- 3) O som da cidade pelo corpo de quem a habita;
- 4) *DesenhosCidadesCidadesDesenhos*;
- 5) Caminhando pelas muitas cidades.

⁶ Arte Pública é entendida aqui em um conceito mais amplo, como arte que é produzida em contato mais próximo com a comunidade, podendo ser permanente ou efêmera.

Outra produção dessa Segunda Etapa foi a reedição em formato digital (CD) do livro “Oficina de Desenho Urbano: Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado”.

Olhar e perceber a cidade-cidades, e propor cidade-cidades, é um olhar-proposição humano, tecido e construído pelas culturas nas quais se vive, em constante interação com seus “meios”, “nadando, mergulhando, voltando a tona e tornando a mergulhar”, em contínuo movimento-processo, adensados pelas inumeráveis histórias pessoais e coletivas.

Desejos e estranhamentos, esperança e indignação, tudo inscrito em grandes suportes na paisagem urbana. Sem menção a autoria, estes “desenhospinturaspúblicas” firmam o caráter de coletividade e interatividade presentes desde o início do Projeto, apresentando à Cidade uma experiência em arte, atravessada pelo diálogo e pela colaboração entre sujeitos com saberes diversificados.

A elaboração de 10 *outdoors* se constituiu como efetiva intervenção coletiva dentro do espaço urbano, onde grupos deicineiros disseminaram os seus olhares sobre a cidade em diversos pontos das avenidas João Naves de Ávila e Rondon Pacheco.

Essas imagens ficaram expostas de 16 a 31 de dezembro de 2001 e, dentro deste período, foram organizados dois momentos de visitaão, nos quais grande parte dos icineiros envolvidos se deslocou ao longo das avenidas para comentarem e analisarem uma linguagem fugaz, feita para ser vista de longe, devendo ser captada em poucos segundos pelo espectador que transita rapidamente com seus automóveis.

No processo de entender e “contabilizar” os pedidos/demandas/desejos colocados nos desenhos, aproximadamente cinquenta pessoas conversaram com os desenhos, numa tentativa de exercício a ser socializado com os participantes por meio das produções de vídeo, livro, encarte de jornal, cartões telefônicos, cartões postais, contenedores de imagens-falantes, de proposições assinadas e autorais, estudadas e retornadas aos desenhadores e aos participantes.

O que permite e torna essas pessoas cúmplices e seduzidas de contínuos trabalhos enquanto numa cidade na qual se vive e que se quer construir?



Figura 21: Um dos 10 outdoors expostos em ruas e avenidas de Uberlândia. Projeto Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade no Cerrado – ODURB. Uberlândia, 30 de Setembro de 2001.

Fonte: Acervo do Projeto ODURB, 2001.

Reproduzir ideias e conhecimento

é compartilhar com a natureza

um mesmo sentido: o da vida

Verônica de Moraes Sampaio

O desejo foi um forte aliado das proposições – entrava quem queria gestar e compor a equipe e os passos sempre partiram dos desejos para as “necessidades” e não o contrário, como muitas vezes vêm se dando as políticas culturais.

Assim, inscreveram-se para oficinairo-colaborador as pessoas que simpatizavam com as ideias da proposta, uma vez que as inscrições foram abertas até o limite das três centenas de pessoas com vontades políticas, educacionais, socioculturais e emancipatórias.

Desenharam, nas praças, as pessoas que tiveram vontade de fazê-lo; fizeram *outdoors* e os visitaram quando afixados nas avenidas as pessoas da equipe que assim desejaram; conversam com as imagens as pessoas que se agregam às equipes e delas participaram;

escreveram o livro coordenadores e outros interessados: os vedores-leitores de imagens (desenhos e fotos); produziram o vídeo as pessoas que o desejaram e estiveram envolvidas nas diversas etapas das atividades, profissionais da Universidade e da Prefeitura, artistas e professores.

Os vedores-leitores-desejantes de conversas com as imagens constituíram-se em seis equipes de cores: vermelha (setor oeste), amarela (setor distritos), laranja (setor sul), verde (setor norte), azul (setor leste) e lilás (setor central) diferenciando-se dos momentos anteriores, que eram sempre em branco e preto. Uma equipe se responsabilizou por ver, sistematizar, catalogar e conversar com as fotos. “Vedor-leitor-desejante” é aquela pessoa que discutiu no coletivo as imagens de um setor, ou dos distritos, e escreveu um texto a partir das conversas com as imagens-desenhadas.

Para essas conversas, fizemos alguns recortes desse vasto *corpus* de fotos e de desenhos-desenhados, mas todos os desenhos estavam disponíveis para qualquer pessoa que quisesse ou ainda queira pesquisá-los, pois permitem muitas entradas e inúmeras abordagens.

Com o desenvolvimento do Projeto, chamamos os sujeitos de estado⁷ e sujeitos do fazer, os sujeitos-pessoas que sentem a cidade, registram-na e a propõem e os sujeitos- desenhadores que, pelos gestos-desenhantes, fazem e nos mostram outras cidades possíveis. Estão instaladas nos desenhos as dimensões de um querer-fazer que procede a um querer-ser, uma cidade a ser construída com dimensões humanizáveis de condições de Ser e sermos, coletivamente, atores políticos e socioculturais em uma Cidade no Cerrado.

No decorrer das atividades convocamos uma estética do cotidiano, um paradigma *protoestético*, segundo Felix Guattari, uma dimensão de criação em estado nascente e não estamos nos referindo à arte “institucionalizada”. Os desenhos-desenhados são territórios existenciais, terra natal e de outros “natais”, terras de pertencimentos, espaços particulares, tempos pessoais e sociais.

Consideraram-se as imagens como “objetos”, eles são espaços vibratórios, posições transversais, devir de ancestralidades e de ousadias cósmicas. Objetividades e subjetividades imbricam-se umas com as outras, invadem-se para constituir entidades coletivas: meio-coisa, meio-alma, meio-homem, meio-animal, máquina e fluxo, matérias e signos, cidade e cidades

⁷ Sujeito do fazer é um sujeito que faz da percepção um ato. No caso, os desenhos-desenhados são atos de sujeitos que se fazem e que, ao se fazerem, nos mostram suas maneiras de Ser. Sujeito de estado é um sujeito de estados de coisas e estados “da alma”, um sujeito e suas maneiras de sentir e perceber sentimentos e sensações.

visíveis e legíveis em muitos desenhos... Valores de desejos, valores de trocas e valores de usos... campos de perceptos e campos de afetos.

O limiar de um novo paradigma estético reside no investimento desses processos de criação para se auto afirmar como fonte existencial e autopoietica⁸. A criação é processual, tem implicações ético-políticas porque quem fala em criação, fala em responsabilidade da instância criadora em relação à coisa criada, em inflexão de estado de coisas e de estados de sujeitos. Os paradigmas estéticos estão fundados, portanto, em paradigmas científicos e éticos.

A ênfase não é mais sobre o ser, mas sobre a maneira de Ser e, neste Projeto, a maneira de Ser-Cidades e Ser-Cidadãos, pessoas em inter-relações e em dimensões plurais, quer dizer, pessoas pluri-dimensionais.

Com o desenvolvimento do Projeto verificamos as maneiras como as pessoas, sobretudo crianças e jovens, percebem a cidade, e quais as mudanças gostariam de propor. A sistematização e apresentação de tais propostas têm o intuito de evidenciar as aspirações das crianças, jovens e outros desenhadores, bem como disponibilizá-las como necessidades, demandas e desejos a serem considerados na formulação de diretrizes e projetos para o planejamento e desenvolvimento local e urbano de Uberlândia. Dessa forma, buscamos colaborar na abertura de caminhos para esse grupo de atores sociais, dando-lhes oportunidade para expressarem seus desejos, sentimentos e frustrações com relação à cidade que vivem e a cidade que gostariam de construir.

2.2 Educação urbana: aprendendo e ensinando sobre “lugar”

Partindo da Geografia e entendendo que não se pode falar em lugar dissociado de espaço, e vice-versa, entendidos como construções socioculturais, e aceitando que os lugares, conforme Valcárcel (2000. p. 302), “[...] son espacios vinculados a la existência de cada individuo, a sus experiencias particulares, a su realacioón personal con el entorno, a la percepcición que del mismo tiene de acuerdo com las condiciones culturales y personales [...]”, desenvolvemos coletivamente nas escolas, na universidade e em espaços públicos da cidade, em curto espaço de tempo, desafiadoras e instigantes experiências, na perspectiva do encontro e intercâmbio de saberes, práticas e reinvenção do fazer educacional.

⁸ Poiética vem da palavra grega “poiésis”, ou seja, um sujeito e suas paixões.

Por outro lado, no desenvolvimento das atividades e experiências, apoiamo-nos nas reflexões apontadas por Nóvoa (2009) quanto à importância das experiências pessoais dos profissionais da educação como componente de formação do professor, considerando também como os profissionais se enxergam no decorrer de seu ciclo profissional, incluindo a ideia da autobiografia como relevante enfoque, como meio de aperfeiçoamento do trabalho docente.

Depois dessas duas reflexões iniciais, assinalamos que os estudos desenvolvidos sob no âmbito do Projeto “*Lugar e Educação Urbana – EDURBANA*” tiveram como propósito apresentar e discutir um conjunto de ideias, informações e concepções geográficas e outras, sobre *lugar*, refletindo, estudando e tecendo conhecimentos quanto ao *lugar* no contexto da existência humana, em termos de tempo e espaço.

Partindo da ideia de *lugar*, a proposta foi a de estudar questões relativas ao *lugar* na/da cidade, o *lugar* de cada pessoa no urbano, o *lugar* em que se vive na/a cidade, no contexto da educação urbana.

O desenvolvimento das atividades e dos estudos aconteceu em 2007, com a colaboração de duas estagiárias bolsistas alunas de graduação dos cursos de Filosofia e Artes Visuais da UFU. Participaram também estudantes e professores de escolas da rede pública em Uberlândia, uma do ensino fundamental (Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha), e outra do ensino médio (Escola Estadual Messias Pedreiro). Contou-se com nove docentes colaboradores das seguintes áreas: Geografia, Inglês, Português, Matemática, Arte Educação, Química e Educação Especial. Houve envolvimento de aproximadamente mil estudantes.

Em termos gerais, a proposta teve como objetivo refletir e estudar, a partir do conceito de “lugar”, o papel da “educação urbana” no contexto da educação básica, bem como desenvolver, em conjunto com profissionais e estudantes da educação básica, atividades com vistas ao aprendizado comum em relação à temática indicada.

A concretização da edição do livro como meta, visando à socialização das experiências desenvolvidas também estava entre objetivos, assim como a realização do Seminário de Comunicações, Relatos de Experiências e Avaliação. No desenrolar das atividades, houve apresentação de duas comunicações, uma na IV Semana Acadêmica da UFU e outra no VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor (Uberlândia, 23 a 27/julho/2007), tendo também neste último evento sido organizado o trabalho de campo *À deriva na cidade*.

Desde a proposta inicial, houve preocupação em se trabalhar com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino público, da elaboração de práticas didáticas

alternativas e da produção de materiais de suporte para o trabalho pedagógico, estimulando a formação de uma postura crítica e consciente na perspectiva sociocultural, com repercussão nos processos de ensino/aprendizagem.

Teoricamente, apoiamo-nos no trabalho de Nóvoa (2009) quanto à importância das experiências pessoais dos profissionais da educação como componente de formação do professor, bem como considerando como os profissionais se enxergam no decorrer de seu ciclo profissional. Outro aspecto relevante é o enfoque de Nóvoa na autobiografia como meio de aperfeiçoamento do trabalho docente.

A interdisciplinaridade foi uma questão que perpassou a programação desenvolvida a partir das situações concretas das áreas do conhecimento e das escolas participantes, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Tal situação contribuiu tanto na formação das discentes universitárias envolvidas quanto na qualificação continuada dos(as) professores da educação básica. Registre-se que, na prática docente, é de grande importância e significado o reconhecimento do ser humano como produtor de culturas.

No decorrer das atividades desenvolvidas, adotamos a utilização de procedimentos metodológicos resultantes da adoção dos princípios da interdisciplinaridade e do reconhecimento do ser humano como produtor de culturas, entendidos como de grande significado na prática docente.

Os encontros de estudo nas escolas contribuíram para destacar a importância dos múltiplos conhecimentos e “linguagens” das diversas disciplinas, tendo como base a realidade conflitante em que atuam os sujeitos da ação educativa.

A proposta, mais do que promover o intercuro de conhecimentos acadêmicos, visou viabilizar também um processo de troca entre a Universidade, as escolas envolvidas e professores colaboradores. Dessa forma, tornou possível o enriquecimento mútuo dos espaços pedagógicos do sistema educacional nos níveis fundamental, médio e superior, partindo do pressuposto de que, conforme afirma Brinhosa (2000, p. 172), “o resgate da qualidade do ensino público passa pela busca constante da totalidade do conhecimento e pela negação das formas fragmentadas [...]”.

No decorrer das atividades desenvolvidas, adotamos a utilização de procedimentos metodológicos decorrentes da adoção dos princípios da interdisciplinaridade e do reconhecimento do ser humano como produtor de culturas, entendidos como de grande significado na prática docente.

As práticas metodológicas buscaram contribuir na constituição de uma cultura capaz de estimular a formação da criatividade, da responsabilidade social, do interesse pela participação na discussão política dos problemas sociais, na constituição da solidariedade, da valorização das diferenças, dentre outras atitudes fundamentais à vida em coletividade.

2.2.1 Refletindo e tecendo entendimentos: “Lugar(es)”

O conceito de *lugar* tem sido alvo de muitas interpretações ao longo do tempo dos variados campos do conhecimento.

Para a Filosofia, o *lugar* é o limite que circunda o corpo, ou seja, é todo o espaço que rodeia o ser humano. Com essa abordagem em relação a *lugar*, vislumbra-se, mesmo que sutilmente, uma ligação da filosofia com a cidade, *lugar* do urbano. Uma das mais antigas definições de *lugar* é abordada pelo filósofo Aristóteles em sua obra “Física”, na qual define *lugar* como o limite que circunda o corpo. Em seus estudos sobre *lugar*, o filósofo propõe a seguinte questão: de que maneira as partes unidas entre si formam um *contínuo*? Ele afirma que o contínuo é a extensão divisível ao infinito. O contínuo é o que designa a unidade das partes comuns com relação a um término. A extensão quantitativa dividida é individual e constitui uma parte individual com relação à extensão original contínua. É a partir desta perspectiva da continuidade e da divisibilidade da dimensão quantitativa da matéria de uma substância, ou seja, da extensão quantitativa ou de sua determinação, que algo resulta como efeito de uma substância em movimento, ou seja, o espaço e o que possa ocupar certa posição nele, o *lugar*.

Descartes, na obra *Princípios Filosóficos*, buscou um aprimoramento do conceito introduzido por Aristóteles, afirmando que além de delimitar o corpo, o *lugar* deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos.

Em certo sentido, espaço e lugar são efeitos da extensão do movimento da substância natural, sendo o espaço o limite continente do repouso desse movimento e o lugar a posição que um corpo ocupa no espaço. Ora, se o espaço é extensão de um mundo material e aceitando-se que ele surgiu em um dado momento, o espaço não existiu antes do mundo e depende dele como substância material.

A partir da Geografia o lugar pode ser o espaço de toda e qualquer realização humana objetiva ou subjetiva, seja em que escala ou perspectiva for. Em termos territoriais ou político-administrativos, pode-se pensar lugar desde o local, o distrital, o condado, passando pelo

regional, estadual, provincial, nacional, continental até chegar-se ao global. Ressalte-se que ninguém se situa como cidadão no mundo, de forma mais ou menos ampla, sem se inserir num dado lugar. Aqui, lugar se reporta à morada onde se vive (cidade, vila, comuna, colônia, bairro, terra natal, comunidade, conjunto, prédio, apartamento, casa etc.). A casa ou habitação, em princípio, constitui-se basicamente no lugar privado do individual e do grupo familiar ou de vivência coletiva (prédio de apartamentos etc.).

O geógrafo Tuan (1983) destaca que a experiência do *lugar* depende do sentido – diferente – de cada um, da visão e do tato. Para outros, o valor do *lugar* depende da intimidade e das relações tecidas em seu contexto. Milton Santos (2005, p. 56) afirma que “quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”.

Ao se desenvolver estudos sobre espaço, necessariamente se reporta a *lugar*. Deste modo, o estudo do lugar também pertence ao campo da Física e para esta o lugar não é forma, nem espaço e nem a matéria. É o que todo corpo sensível ocupa naturalmente. Mas o que é o *lugar*? É algo que pode ser definido nesses termos.

Se a percepção da extensão do movimento gera a abstração do espaço e do *lugar*, é muito provável que a percepção da duração do movimento gere a abstração da duração do movimento, o tempo e o instante.

Na Geografia, *lugar* tem sido trabalhado como conceito fundamental. Assim, constitui a dimensão da existência que, conforme Santos, se manifesta por meio “[...] de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições –cooperação e conflito são à base da vida em comum” (SANTOS, 2005, p. 166).

Isso remete à reflexão da relação do homem com o mundo. Para Santos (2005, p. 142), o conceito de lugar induz a análise geográfica a outra dimensão da existência, “[...], pois se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido”.

De um lado, o *lugar* é singularizado a partir de visões subjetivas vinculadas a percepções emotivas. De outro, o *lugar* pode ser lido mediante o conceito de *geografia da cidade*, termo que pode indicar uma ampla gama de respostas frente às experiências que se tem de ambientes em que se vive, precedendo a análise e formulação de conceitos para essas mesmas experiências (RELPH, 1979). Isto implica em compreender o *lugar* a partir de necessidades existenciais, quais sejam: localização, posição, mobilidade e interação com os objetos e com as pessoas.

Tal perspectiva é identificada com a corporeidade e, a partir dela, o estar no mundo – a partir do *lugar* como espaço de existência e coexistência – é uma consequência.

Não se pode resumir *Lugar* a uma síntese exclusivamente de ordem física, estando concomitantemente relacionado a ideias e concepções. As relações sociais ultrapassam e se constituem para muito além do espaço material, ocupando “extensões” bem maiores que ele. Essa concepção é dada numa referência percebida e definida pelo homem por meio de seus sentidos, sendo objeto de estudo no âmbito das mais diversas ciências.

É interessante ressaltar que, cada vez mais, inúmeros fatores vêm contribuindo para que as pessoas se prendam ao *lugar* da casa e também ao *lugar* público e privado. O entretenimento na televisão e outras mídias, a Internet, o medo da rua e de outros espaços, bem como a desvalorização e desqualificação do *lugar* público têm contribuído para o crescente deslocamento do palco da vida coletiva, do espaço público para o privado, mesmo que esse seja de uso coletivo.

A cidade na sociedade contemporânea é o *lugar* das aglomerações e dos assentamentos humanos, com maiores ou menores volumes de equipamentos, mais ou menos sofisticados, os quais podem propiciar mais conforto e qualidade de vida, embora, em termos gerais, parte reduzida de seus habitantes tenha oportunidade de desfrutar dos mesmos. Pelo mundo afora, isso ocorre em função do *lugar* que as pessoas ocupam nas sociedades em que vivem.

Cada vez mais, a era urbana vem produzindo na cidade o espaço e o *lugar* do isolamento, subtraindo dela as possibilidades de *encontro*, a diversidade do percurso, o *lugar* da pluralidade. O *lugar* pode constituir-se em um arranjo que produza o singular, mas de modo algum poderá entendê-lo sem considerar sua extensão e seus processos. Daí, a importância de se estudar em profundidade a constituição do mesmo.

Ao observar atentamente a vida cotidiana, percebe-se a necessidade de repensar o conceito de *lugar*, ampliando-o em vista da diversidade e multiplicidade dos valores culturais.

O ser humano tende a sentir-se localizado de forma confortável, ou mesmo à vontade, em espaços em que se sinta satisfeito, encontrando objetos, materiais e condições gerais que atendam às suas necessidades, bem como pessoas de seu círculo de convivência e com as quais se identifique.

Viajar e deparar com objetos de um conhecimento anterior pode contribuir para encontrarmos o *lugar* que se identifica, em certo sentido, como nosso.

A partir de uma dada visão, construções habitacionais coletivas na cidade constituem uma forma de morar e, nelas, o *lugar* possui uma concepção múltipla no sentido de que dois ou mais espaços – a princípio fisicamente semelhantes – são ocupados de maneira distinta,

dependendo das condições, das culturas, dos gostos e modos de ocupar e dispor dele.

A habitação pode variar em seu tamanho e também quanto à realidade cotidiana dos moradores, conformada por variados fatores como os costumes de uma família e os de um grupo que vive em uma república estudantil.

Por outro lado, isso sugere que, em termos de dimensão cultural, há enorme diversidade de ideias, ideais e valores de diversas ordens, o que deve ser levado em conta para a compreensão da realidade constituinte do *lugar*.

O *lugar* se constrói e reconstrói diuturnamente sob diferentes perspectivas socioculturais, com maiores ou menores nuances, tendo impressa a marca da singularidade, o que lhe propicia uma personalidade própria.

O ambiente da cidade experimenta variação em sua densidade, o que reflete diretamente sobre a qualidade do espaço e do *lugar* de cada um no contexto urbano.

Por outro lado, é importante discutirmos a questão da multiplicidade e interligação do *lugar*, e é possível caracterizar o *lugar* a partir de vários aspectos como o sentimental, o psicológico, o geográfico, o filosófico, o imaginário, o concreto, o abstrato, dentre outros.

Na atualidade, o que vem acontecendo é uma aceleração muito rápida no que tange ao movimento e forma de constituição-reconstituição do *lugar*. No âmbito da cidade e do urbano, e tal movimento e forma são bastante perceptíveis.

O *lugar* é condição e suporte de relações socioculturais e a cidade se constitui no espaço privilegiado de convivência. O *lugar* em que se vive é histórico-geográfico, caracterizando-se, portanto, em um processo de constituição permanente no âmbito das diferentes camadas sociais.

Tomando-se a ideia de *lugar*, em várias concepções, passando pelas geográficas, filosóficas, antropológicas, históricas entre outras, pode-se analisar o(s) *lugar(es)* na/da cidade. O lugar de cada pessoa, o lugar da moradia, da escola e do trabalho, o lugar da praça em que se brinca se diverte e descansa, o lugar em que se vive, o lugar que se ama, o lugar que se odeia, o lugar em que se sente feliz, o lugar que se ocupa na cidade e na sociedade, o lugar para se preservar, e aí por diante.

A partir da Geografia o *lugar* pode ser o espaço de toda e qualquer realização humana objetiva ou subjetiva, seja em que escala ou perspectiva for. Em termos territoriais ou político-administrativos, pode-se pensar *lugar* desde o local até o global.

Viver em cidades tem se constituído particularmente no decorrer dos últimos séculos,

um movimento cada vez mais crescente, e elas têm passado mais e mais a constituir-se em *lugar* de concentração humana nas mais diversas escalas, sempre na perspectiva de melhores condições de vida, embora, por vezes, o que cabe para amplas parcelas é o *lugar* de misérias nos centros urbanos.

Por outro lado, desde a Modernidade até a Contemporaneidade, o *lugar* urbano e suas formas têm passado por profundas e radicais transformações, que se aceleraram com a Revolução Industrial e avançaram mais ainda com os extraordinários avanços da sofisticada tecnologia de ponta, desenvolvida especialmente a partir das últimas décadas do século XX.

Contraditória e acentuadamente evidencia-se em toda parte, com destaque para as áreas urbanas, o desenvolvimento das mais sofisticadas tecnologias, sendo beneficiada uma parcela pequena das sociedades, enquanto perduram e se agravam baixíssimas condições de sobrevivência e qualidade de vida de grande parte da população mundial, lançada na mais violenta e desumana marginalidade, com destaque para o caso das áreas urbanas.

A cidade é vista e entendida como um imenso palco em que cada pessoa e grupo social vive a história de seu *lugar*. No contexto da história mais ampla das muitas cidades em uma mesma cidade, vão se elaborando seus espaços na constituição do urbano, entendido como processo e produção social.

A construção da cidade como *lugar* da realização ativa de direitos socioeconômicos – culturais e políticos, implicando-se na contrapartida do dever, só se edifica com justiça, democracia e sustentabilidade, com a concretização da igualdade de oportunidades para todos os seus habitantes.

A participação ativa dos cidadãos, na perspectiva do direito à cidade e do dever para com ela, entendida como sendo um ato do público, da sociedade, contribui para construção do *lugar*, da dignidade, da pluralidade e da diversidade – objetiva e subjetivamente falando – nos espaços da cidade.

Com a educação urbana propõe-se pensar maneiras de envolver os diversos seguimentos sociais urbanos na busca de caminhos alternativos para o exercício da cidadania em todo *lugar* da/na cidade. Isso pode contribuir na ampliação do usufruto dos benefícios propiciados pelo espaço urbano, em espírito de solidariedade, colaboração e compromisso mútuo com a cidade como bem de todos(as).

Os pressupostos da cidade saudável, sustentável e com elevada qualidade de vida para todos seus habitantes colocam a questão de se pensar e repensar as ações e intervenções no

âmbito do urbano, uma vez que atitudes podem contribuir tanto para a edificação e melhoria, quanto para a deterioração e destruição da cidade.

A cidade como *lugar* privilegiado de existência humana é uma das mais importantes conquistas da humanidade em todos os tempos, merece ser dignificada e preservada em favor tanto das presentes gerações quanto das futuras.

A inserção de cada pessoa no contexto do urbano, bem como sua participação ativa na perspectiva do direito à cidade reveste-se de uma complexidade relacional que, por vezes, não é percebida. Cada cidadão participa de formas diversas do urbano e, portanto, ocupa seu *lugar* na edificação da cidade/cidades.

Seja qual for o sentido que se dê ao *lugar*, é preciso perscrutá-lo, seja para conhecer como se vive a/na cidade e valorizar seus atributos como bem coletivo, ou mesmo para a proposição de ações necessárias com vistas à reversão de situações julgadas inadequadas no que tange aos interesses mais amplos da coletividade.

O direito à cidade, no sentido do consumo e da participação política implica, por outro lado, dever de zelar e contribuir ativamente em sentido amplo no fazer e refazer diuturno do urbano em favor de todos os cidadãos.

A adoção de atitudes e práticas na perspectiva da educação urbana implica na responsabilidade em favor da cidade como bem a ser usufruído com igualdade de oportunidades para que ela possa ser sustentável e oferecer elevada qualidade de vida indistintamente para toda sua gente.

Concorda-se que a cidade “é muitas”, existindo nela uma gama imensa de particularidades – e para conhecer o *lugar* em seu contexto podem-se seguir múltiplas vertentes no desvelar do urbano. Em determinada linha, para entender a concepção geográfica de *lugar* é necessário observar, registrar e analisar.

Tal procedimento envolve processos que estão relacionados ao significado de ler e de entender, desde o *lugar* de vivência material, até o do imaginário individual e coletivo, dando significados às paisagens e espaços vividos.

A partir daí pode-se elaborar um conceito que tem papel central nessa discussão, pois abordar o espaço vivido permite entender a diferenciação de usos e apropriações espaciais, ao mesmo tempo em que se põe em evidência contradições existentes.

Por meio do vivido, dos usos e apropriações, as relações ganham materialidade no

espaço e, por isso, o *lugar* pode ser entendido como síntese espacial do local ao global.

É no cotidiano da vida de relações que ocorre a articulação entre o próximo e o distante (o rural, o urbano, o municipal, o local, o regional, o nacional e o global) e esse entrelaçamento propicia a constituição do sentido de *lugar* e do espaço de vivência.

2.2.2 O lugar no contexto da educação escolar

Durante os estudos, trabalhamos a temática *Lugar e Educação Urbana* no contexto escolar da educação básica, apontando para se pensar o fazer da cidade e do urbano como uma construção coletiva e dinâmica – portanto, da competência do público, da sociedade.

No desenvolvimento da programação e desenrolar das atividades foram aprofundados estudos e desenvolvidos conceitos de *lugar* em termos das condições de inserção sociocultural das pessoas no contexto do “urbano”, de “cidade” com o entendimento de que ela é a base e o cenário no desenrolar da vida “urbana”, tomada aqui como “enredo”; além de tratar da “educação urbana” entendida como aquela centrada na relevância do interesse coletivo e do direito a se ter “direto à cidade” em termos políticos, socioculturais e de “consumo” (habitação, transporte, lazer etc.). Levando-se, ainda, em conta a realidade em que os professores e os estudantes envolvidos se inserem.

Assim como o papel da cidade atualmente é de enorme relevância, a escola tem estrategicamente grande importância no processo de construção da cidadania.

Nesse quadro, a educação urbana é indispensável se almejarmos uma cidade educadora. Para tanto, é central que no desenvolvimento dos conteúdos das diversas disciplinas isso seja levado em conta, partindo da discussão do *lugar* da escola e da universidade, do *lugar* do conhecimento e da convivência, tanto na vida de educandos quanto de professores.

Destaca-se também que a problemática “socioambiental urbana”, a qual precisa ser encarada no contexto da vida da/na cidade, pois é sabido que pequenas atitudes como jogar um simples papel no chão podem causar grandes e graves transtornos como enchentes, lixo obstruindo cursos de água, desequilíbrio da fauna, da flora e do clima, dentre outros problemas.

Por outro lado, por vezes também se fazem presentes atitudes de vandalismo que agravam a poluição e a degradação da/na cidade. Depredações de equipamentos públicos, poluição sonora e visual constituem situações muito frequentes e contundentes, deteriorando a

vida urbana e contribuindo para rebaixar a qualidade de vida e as relações sociais.

É também papel da escola contribuir na construção da cidadania e valorização da cidade com qualidade elevada de vida para todos, com destaque para o *lugar* onde se vive. Aí, a educação urbana contribui quanto ao direito e dever de cada um em desfrutar dos benefícios do urbano, cuidando e zelando pela cidade assumida como bem e patrimônio da coletividade.

Em toda a programação desenvolvida, buscamos refletir e estudar, a partir do conceito de *lugar*, o papel da educação urbana no contexto da educação básica, bem como desenvolver em conjunto com profissionais e estudantes da educação básica atividades visando o aprendizado comum em relação à temática apresentada.

Para tanto, foi fundamental conhecer os programas das disciplinas ministradas pelos professores colaboradores, tendo em vista a proposta da educação urbana. A partir desse conhecimento foram elaboradas em conjunto propostas de atividades a serem desenvolvidas com as turmas definidas pelos professores. Por outro lado, a equipe organizadora de projetos na área auxiliou os professores colaboradores no planejamento e desenvolvimento das atividades com seus estudantes.

No sentido do estímulo e da valorização de todos(as) participantes, e também como forma de socialização dos resultados dos estudos foi publicado o livro *Lugar e Educação Urbana*, do qual constam comunicações, relatos e avaliações relativas às experiências desenvolvidas por cada participante, incluindo professoras/es colaboradores.

Atividades como a produção de materiais didáticos, elaboração de metodologias de ensino e processos culturais articulam múltiplos conhecimentos e linguagens de diversas disciplinas, tendo como base a realidade conflitante em que atuam os sujeitos da ação educativa.

A proposta dos estudos foi pautada em uma metodologia entendida como inovadora, sobretudo porque propôs um trabalho fundado na interdisciplinaridade frente a situações concretas das escolas participantes envolvendo ensino, pesquisa e extensão e contribuindo tanto na formação dos discentes envolvidos quanto na qualificação continuada dos professores da educação básica da rede pública.

Como já dissemos de outra forma, a proposta contemplou procedimentos metodológicos decorrentes da adoção dos princípios da interdisciplinaridade e do reconhecimento do ser humano como produtor de culturas, consolidados como de grande significado para a formação docente. Foram realizadas atividades tais como: estudos de textos, discussões coletivas, uso de diferentes linguagens de comunicação, realização de dinâmicas individuais e de grupo, contato

com a realidade empírica por meio de trabalhos de campo, sistematização de reflexões teóricas, elaboração de novos conhecimentos, além da experimentação de práticas didáticas e produção de material didático.

2.2.3 Realizações, metas, resultados e avaliações

No que tange ao desenvolvimento do programa proposto, uma vez que ele visava colaborar tanto com a melhoria do ensino como na formação continuada de educadores da rede pública de ensino por meio do resgate, da análise, da produção e da difusão de experiências educacionais e culturais na perspectiva da inclusão escolar, buscou-se observar as transformações e impactos nas práticas escolares e na formação profissional das discentes da UFU envolvidas.

Com intuito de orientação com vistas ao processo apontado, foram utilizados os seguintes indicadores:

- a) Adesão e permanência de professores colaboradores no Projeto até a sua conclusão;
- b) Envolvimento e aproveitamento satisfatório de pelo menos 75% dos professores colaboradores e estudantes das turmas envolvidas;
- c) Incorporação no cotidiano do trabalho dos professores colaboradores, de teorias e práticas apresentadas e/ou elaboradas no decorrer das atividades;
- d) Elaboração e divulgação de experiência/metodologias e materiais didáticos;
- e) Participação dos colaboradores em espaços de divulgação de produção de conhecimento (comunicações, relatos de experiência, avaliações etc.);
- f) Publicação dos resultados e avaliações do Projeto na forma de livro, e sua distribuição para as bibliotecas das escolas públicas de Uberlândia;
- g) Registros da memória do Projeto - fotografias, desenhos, ajuda memória (anotações escritas) nas reuniões de estudo, seminário, trabalho de campo etc.

O processo de avaliação e acompanhamento é uma estratégia que envolve a elaboração, o desenvolvimento, a aplicação e a sistematização dos resultados das atividades, de maneira a identificar os significados dos métodos e dos procedimentos empregados, além das transformações e impactos nas práticas escolares do ensino básico e na formação profissional

dos discentes envolvidos.

Entendemos que o desenvolvimento de atividades contribuiu no sentido da melhoria da qualidade do ensino público, da adoção de práticas didáticas alternativas e da produção de materiais de suporte para o trabalho pedagógico, estimulando a formação de uma postura crítica e consciente na perspectiva sociocultural, com repercussão nos processos de ensino e aprendizagem.

Como balanço geral e de análises sobre avaliações por escrito encaminhadas por boa parte de professores colaboradores, entendemos que desde o início das atividades começou o movimento buscando a animação mútua tendo em vista que a filosofia da proposta foi calcada na construção coletiva, contemplando a contribuição de cada um como indispensável, independente da forma com que ela pudesse acontecer.

Assim, no geral, foram partilhadas angústias, anseios e apoios mútuos e o convívio foi uma oportunidade ímpar que uniu professores e estagiárias e estreitou laços de companheirismo e de amizade.

Alguns professores que já trabalharam em outros projetos conosco, em momentos situações anteriores sentiram falta de uma equipe de apoio. A dinâmica dos trabalhos foi muito positiva e verificamos que podem ser desenvolvidos em qualquer disciplina, tornando mais fácil dar visibilidade aos resultados.

De modo geral, do ponto de vista dos professores colaboradores o desenvolvimento do proposto foi bastante satisfatório, tanto em relação aos encontros coletivos de trabalho (na escola e na UFU), quanto à preparação e desenvolvimento de atividades com seus estudantes. Os diversos encontros de estudo orientação e trabalho foram considerados momentos relevantes e que possibilitaram o aprofundamento de temas, conteúdos e o refinamento das relações interpessoais. Foi uma oportunidade de discutir, refletir e transformar o “olhar” sobre o lugar, aprimorando o enfoque a ser trabalhado com os estudantes.



Figura 22: Desenho do estudante Patrick – 11 anos. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns estudantes resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

A troca de experiências, a oportunidade de conhecer melhor o trabalho dos colegas participantes, e a oportunidade de ver os estudantes desenvolvendo trabalhos e atividades usando a criatividade e a experiência pessoal de cada um propiciou outra visão sobre a realização e a participação em projetos na sala de aula. Em nossa caminhada nesses estudos, aprendeu-se muito a unir conhecimento sistematizado e realidades da vida.

Por outro lado, em uma turma de Matemática foi avaliado que alguns estudantes não se empenharam tanto no que foi proposto a eles e, possivelmente, isso foi devido à não atribuição de nota para a atividade.

Foram levantados por uma professora questionamentos como: “até que ponto vai a angústia de dar aulas para estudantes que tem apenas a meta de entrar na UFU? O que é escola referência? Como lidar com casos isolados de um estudante premiado na olimpíada de matemática?”

Foi destacado que, de maneira geral, conseguiu-se acrescentar à reflexão dos estudantes a necessidade de preservar e cuidar do “meio ambiente”.

Em uma das experiências realizadas, a proposta do trabalho, visando despertar na juventude o espírito de colaboração para desenvolver o “meio urbano” com elevada qualidade para todos foi atingida e as atividades coletivas, tanto na escola quanto na UFU, foram muito satisfatórias.

Como subsídio básico para os colóquios realizados nas escolas, foi utilizado o livro *O Lugar no/do Mundo*, da professora Ana Fani Alessandri Carlos, considerado como relevante material em termos de conteúdo, forma e linguagem.

Foram também de muita importância os textos produzidos pelo Projeto Educação Urbana – Rio de Janeiro (Coordenado pelo arquiteto e professor Pedro Augusto Lessa – UFRJ/Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). Estes foram excelentes para mostrar a importância da prática e a responsabilidade individual e coletiva quanto ao direito de usufruir e os deveres quanto ao cuidado com a cidade como “patrimônio” de toda sua gente.

O texto *Grandes Projetos e Transformação no Sentido de Lugar*, do professor Vicente Paulo da Silva (Instituto de Geografia da UFU), muito contribuiu com a discussão e reflexão conceitual de lugar e a produção, reprodução do lugar, a partir de diversas acepções.

Em geral, os conteúdos dos textos foram importantes para esclarecimentos quanto ao papel e importância da cidade e do urbano no mundo contemporâneo, bem como contribuíram para o trabalho junto aos estudantes no sentido do reconhecimento do seu *lugar* na cidade na sociedade.

Os textos diversificados e suas sugestões metodológicas foram considerados muito bons, pois em muito ajudaram no desenvolvimento dos trabalhos com os estudantes, enriqueceram as aulas, o que fez com que os temas pudessem ser abordados por diversos ângulos.

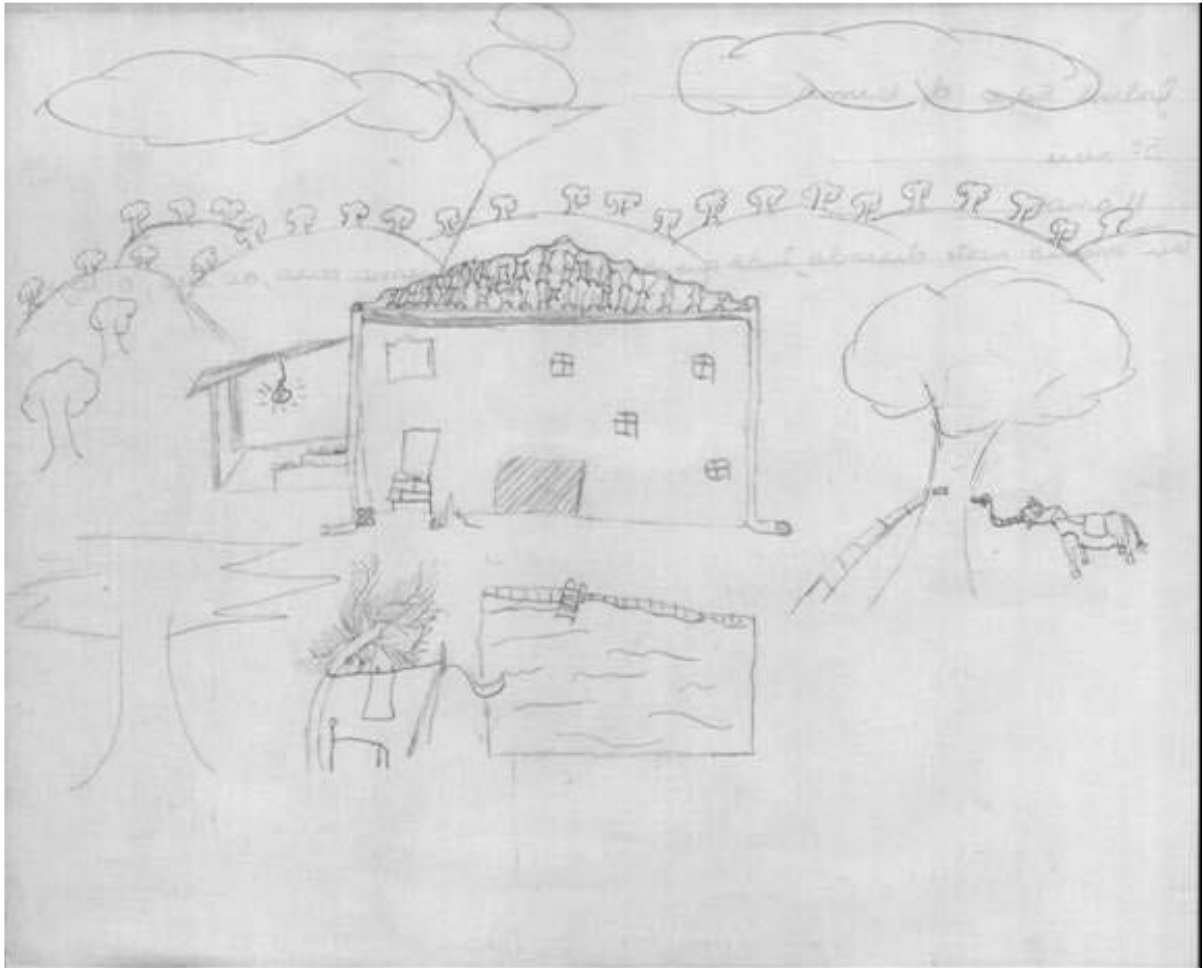


Figura 23: Desenho do estudante Gabriel – 11 anos. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns estudantes resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

De maneira geral, houve ampla compreensão das questões levantadas e discutidas. Professoras e professor colaboradores, a partir de suas vivências cotidianas e dos seus estudantes, levaram para os colóquios reflexões apontadas pelas obras, amalgamando teoria-realidade, ultrapassando a mera reprodução de conhecimentos, por vezes carentes de reconstruções e mesmo insuficientes para a compreensão dos espaços-tempos de vida dos estudantes.

Em um caso, a professora colaborada considerou conceitos contidos no livro como “difíceis” de interpretação para o vocabulário da média dos estudantes e, em vista disso, explicou em suas aulas as ideias gerais quanto aos mesmos a partir do entendimento de que os conteúdos abordados no livro são indispensáveis no trabalho com a temática proposta.

Em alguns casos, professores trabalharam diretamente em sala de aula textos ou conteúdo de textos de apoio fornecidos pelo Projeto. Fizeram pontuação das ideias principais dos mesmos com os estudantes. Outros professores apenas utilizaram o material como subsídio indireto para o desenvolvimento das atividades.



Figura 24: Estudante Gamaliel, com deficiência, e colegas. Atividade de Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Angélica Aparecida Silva quando alguns estudantes resolveram expressar-se por meio de desenhos para descreverem o “lugar” que conseguiam imaginar - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha - Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

Todo o material bibliográfico indicado foi considerado como de grande importância no embasamento teórico e de relevante valor no processo de conhecimento sobre *lugar* e urbano no contexto socioambiental da cidade.

Muitos professores colaboradores interagiram com os colegas participantes do projeto, havendo troca de experiências e sugestões sobre a condução das atividades em sala de aula. As discussões, dúvidas e angústias abordadas nos momentos de encontro (reunião de trabalho e /ou

intervalos de aulas, entradas e saídas) foram essenciais para o sucesso das atividades.

Os professores colaboradores se sentiram incentivados em seus trabalhos ao observarem a dedicação de colegas aos projetos em que estiveram inseridos. Tal dedicação se constitui na luta de cada um na expansão e difusão do aprendizado e conhecimento, sempre ligado às situações de vida de seus estudantes e às suas.

Por outro lado, certos professores desenvolveram o trabalho de forma individual, cada um de acordo com a necessidade de suas respectivas disciplinas.

A dedicação extraclasse por parte dos professores colaboradores variou de 10 a 30 horas no total e, em sala de aula, o tempo dedicado ao programado nos estudos variou de 20 a 48 horas. Tal dedicação foi considerada como significativa, ainda mais se considerarmos percalços e dificuldades inerentes à cultura “pedagógico-administrativa” corrente na educação básica em geral, tanto nas redes públicas, quanto na particular.

Os professores colaboradores entenderam que fizeram o possível para realizar um bom trabalho e alguns lamentam apenas ausências que tiveram, e têm clareza para continuar em suas ações de agora em diante, percebendo a importância do *lugar* como essencial para o desenvolvimento da “humanidade” e, portanto, da invenção de solidariedade. Assim sendo, pensar o *lugar* leva a uma intrínseca ligação com a formação de cidadãos envolvidos na ação solidária e, portanto “democrática”.

O fazer-se das atividades contribuiu para que todos envolvidos pensassem em uma gama enorme de questões “camufladas” e pouco apreciadas, compreendidas e elucidadas para uma melhor concepção das realidades e do cotidiano.

Com certeza, partilhar das experiências propiciadas pela ousadia coletiva contribuiu para que cada um pudesse avaliar o significado e a grandeza de se realizar projetos diversos do lugar comum e que estes pudessem somar significativamente no processo ensino-aprendizado. Trabalhar com temáticas socioambientais calcando-se nas realidades dos estudantes e abordar as necessidades e os conhecimentos dos mesmos é um procedimento inovador ousado e de fundamental importância na prática da educação para a cidadania.

Quanto à avaliação, entendemos ser importante discutirmos aqui aspectos da que realizamos como responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto, registrando que a mesma foi feita com a colaboração das estagiária que conosco trabalharam. Inicialmente, a avaliação foi apresentada no *Seminário de Comunicações, Relatos de Experiências e Avaliação*, ocorrido na fase final das atividades, em 10 de novembro de 2007.



Figura 25: Alunas em trabalho de campo de Geografia relativo ao Projeto EDURBANA, realizado no Parque Municipal Victório Siqueiroli sob a orientação da Professora Gleice Aparecida Xavier. Escola Estadual Messias Pedreiro. Uberlândia, 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

2.2.3.1 Avaliação: o que e por quê?

O lugar da avaliação no Projeto EDURBANA é o espaço da memória, é o lugar do olhar crítico sobre os caminhos e trajetórias do Projeto. Averiguar e discutir o realizado e o que não foi feito, o inusitado e o insólito. É o espaço de relembrar o proposto e os percursos concretizados. Avaliar os objetivos e metas que foram alcançados tendo em vista a prestação de contas do Projeto para com a Universidade, a sociedade e às escolas envolvidas.

Lançando um olhar quanto ao *lugar* do Projeto EDURBANA nas escolas, entendo que ele se constituiu o espaço do ensino, da pesquisa e da extensão. A meta inicial era trabalhar com duas escolas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio. Ainda na fase de elaboração do Projeto, procuramos as escolas buscando a parceria na perspectiva de suas proposições. Esse *lugar* teve suas variações em termos de tempo e espaço, porém, em uma delas, o sentimento da acolhida por parte de seus integrantes em sentido amplo foi mais impactada e o apoio à participação dos professores colaboradores foi mais notado.

Em geral, a cultura do incentivo e apoio aos professores quanto à formação permanente, estudo, em serviço, bem como a inovação e renovação das práticas pedagógicas é ainda muito tímida ou praticamente inexistente nas escolas.

De qualquer forma, conseguiu-se ultrapassar a meta de 1.000 discentes envolvidos em atividades vinculadas ao Projeto. Considerando as duas escolas participantes, as atividades das diversas disciplinas envolveram 37 turmas (manhã, tarde e noite) e 1.315 estudantes na faixa etária entre nove e 23 anos, incluindo estudantes portadores de necessidades especiais.

As disciplinas envolvidas no Projeto foram Educação Artística, Geografia, Inglês, Matemática, Português e Química, o que em muito contribui dentro do proposto em termos da transdisciplinaridade.



Figura 26: Atividades de Matemática relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação da Professora Iraídes Reinaldo da Silva - Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

As áreas de Filosofia e Artes Visuais da universidade se fizeram presentes no Projeto com a participação de uma estagiária discente de cada um dos respectivos cursos de graduação

da UFU.

Em termos de metas e resultados, podemos dizer que “uma meta existe para ser um alvo, mas quando o poeta diz meta pode estar querendo dizer o inatingível” (GIL, 1982). proposta inicial do Projeto foi afetada pelas injunções do tempo como história do ritmo, estilo e características do grupo que o vinha realizando. Portanto, ele é fruto da história construída por esse mesmo grupo, em sua concretização. Os desafios enfrentados foram sendo resolvidos com diálogos e com os ajustes que se fizeram necessários, a partir da contribuição e experiência de cada um.

Dúvidas surgiram no decorrer do desenvolvimento do projeto. Preocupações metodológicas, questões sobre como desenvolver o projeto na sala e todas essas questões eram tratadas nos colóquios e reuniões nas quais sempre houve socialização das experiências de cada um.

A comunicação entre a equipe e colaboradores constituiu-se em um ponto positivo muito importante, uma vez que, através de mensagens por e-mails, telefonemas e contatos diretos pudemos quase sempre dar fluidez às informações, orientações, questões e demandas diversas.

Conforme previsto, foi apresentada pela equipe de colaboradores a comunicação sobre o Projeto e seu desenvolvimento em forma de pôster na 4ª Semana Acadêmica – UFU na Contemporaneidade (Uberlândia, 01 a 05 de outubro de 2007), com o título *Lugar e Educação Urbana na Contemporaneidade*.

O Seminário previsto no Projeto se realizou em 10 de novembro de 2007 no Campus Santa Mônica/UFU. Nesse evento, foram apresentados os resultados dos trabalhos realizados pelos colaboradores junto aos seus estudantes. O Seminário trouxe enriquecimentos advindos das atividades realizadas em sua programação, dos relatos de experiências, debates e troca de saberes.

Em termos do trabalho, na perspectiva da melhoria do ensino, mesmo que modestamente, conseguimos realizar coletivamente um bom empreendimento. Professoras e professores que aderiram à proposta estiveram conosco pelo desejo e vontade de fazer algo a mais na educação.

2.2.4 A participação e aprendizado dos estudantes e alunas

Da parte dos professores colaboradores, das duas instituições envolvidas, Escola Estadual Messias Pedreiro e Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha, tivemos retornos indicando, em termos gerais, o interesse e o envolvimento dos estudantes das turmas trabalhadas em suas disciplinas (Educação Artística, Geografia, Matemática, Português, História, Química, Inglês) quanto às atividades relacionadas ao Projeto. Os professores relataram que as turmas foram bastante participativas e com bons resultados em termos da temática “lugar e educação urbana”. Houve bom envolvimento e os resultados foram satisfatórios. Estudantes antes apáticos tornaram-se ativos e outros, que até vergonha do bairro tinham, mudaram sua maneira de considerar e abordar o lugar onde moram.

O objetivo de conseguir inserir estudantes no processo para seu crescimento como cidadãos foi alcançado. Muitos professores chegaram a ficar “encantados” com textos e outros trabalhos dos estudantes e concluíram que às vezes desconhecemos e até pouco incentivamos o desenvolvimento de suas capacidades.

Como exemplo, pode-se citar que nas atividades desenvolvidas por uma professora, com limitação quanto ao domínio da informática. Partindo disso, surgiu a possibilidade de os estudantes trabalharem e colaborarem nesta área.

O *lugar* do estudante no contexto dos projetos foi muito considerado pelos professores colaboradores, seguindo a filosofia proposta. A constituição desse *lugar* foi de suma importância e contribuiu para o enriquecimento da auto-estima dos estudantes.

Esses estudantes cresceram no decorrer das atividades a partir das temáticas envolvidas em relação a “Lugar e Educação Urbana”.

De maneira geral, os resultados foram bons, mas, como todo bom empreendimento ele precisa dar frutos e fazer surgir novas e inovadoras ações, pois a construção da educação para uma sociedade mais justa precisa acontecer diuturnamente. Dessa forma, o entendimento geral quanto ao exemplo de construção coletiva de conhecimentos e alternativas propiciadas merecia continuidade.

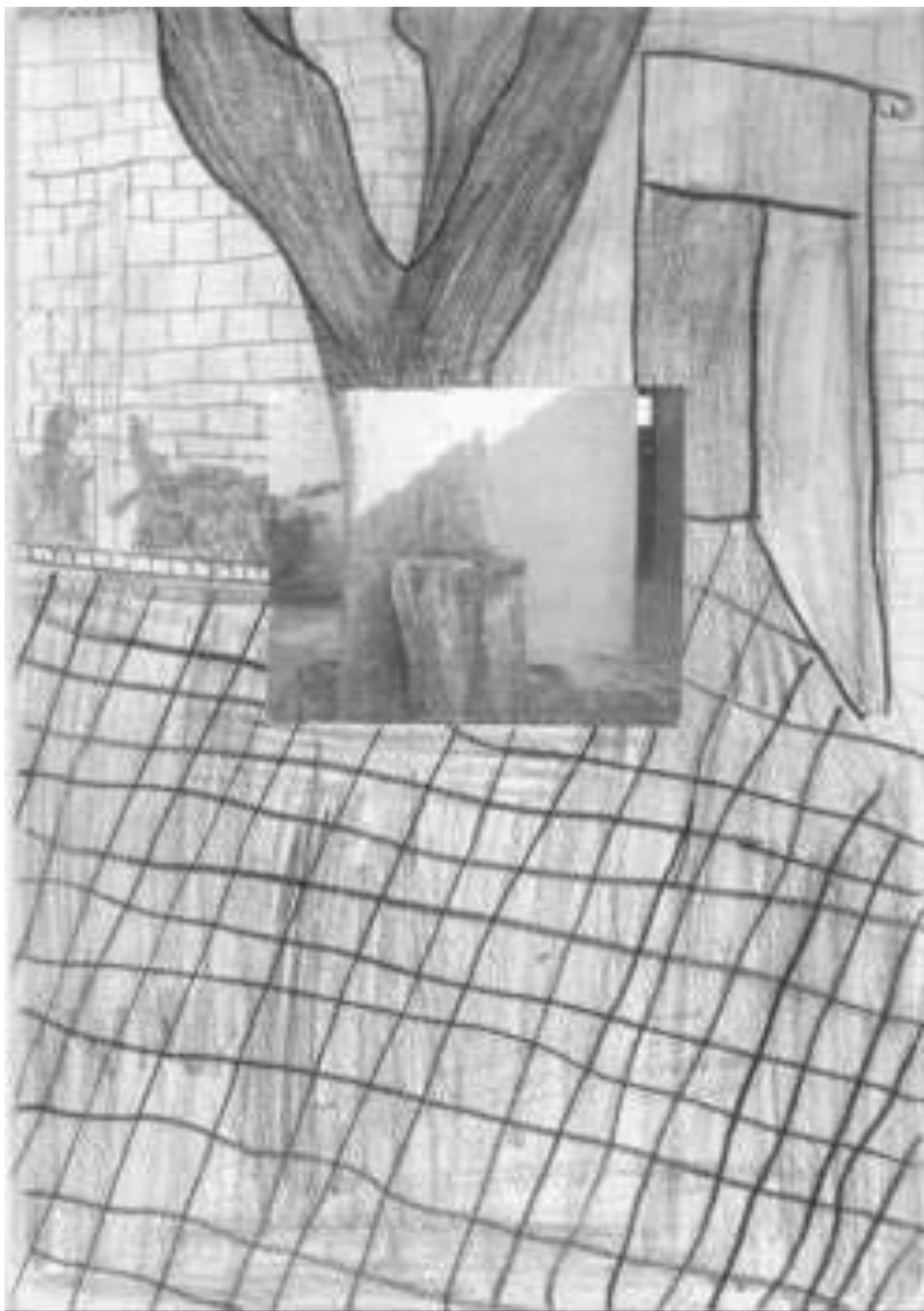


Figura 27: Resultado de atividades de Educação Artística relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação do Professor Wesley Diniz Ferreira. Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

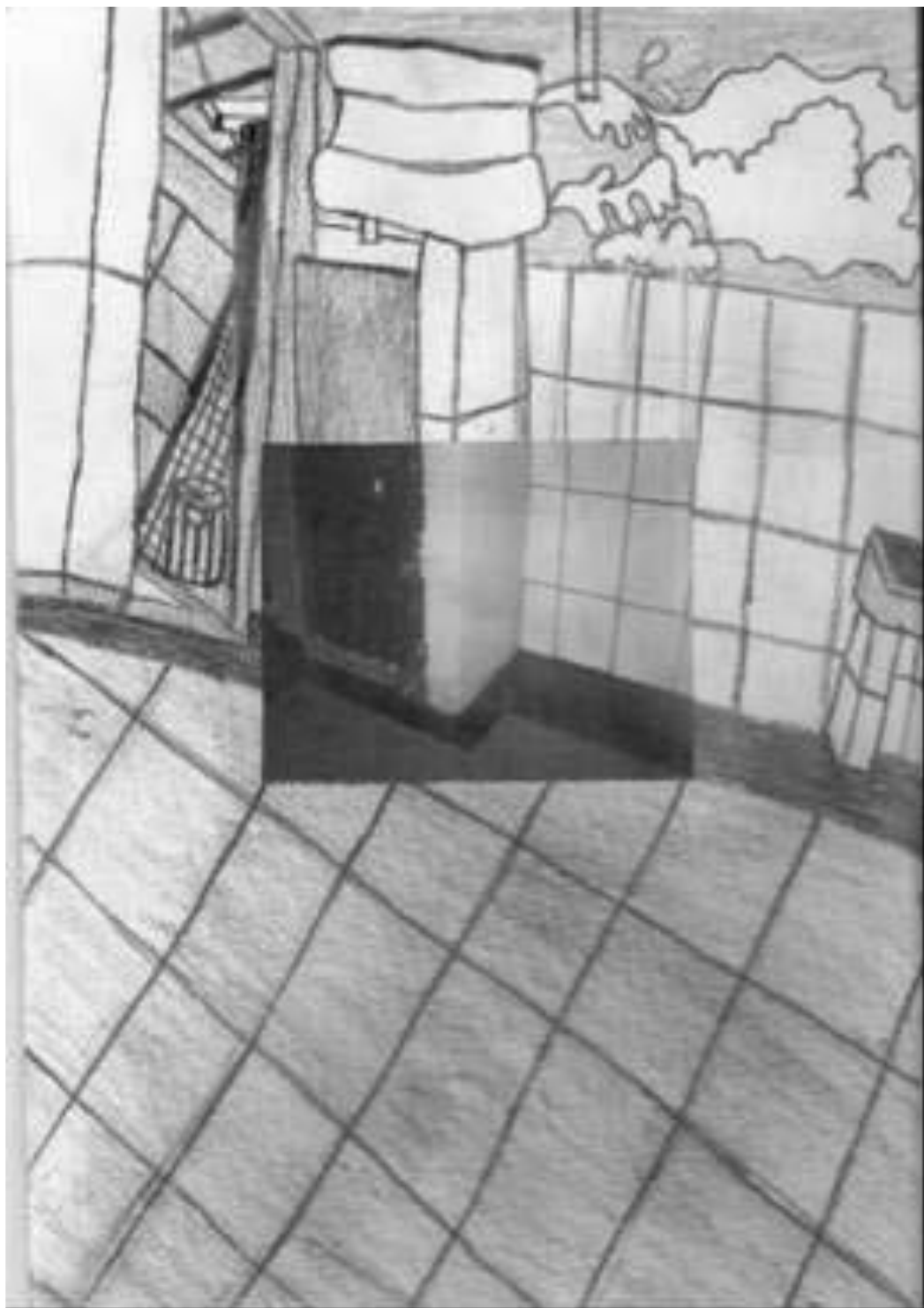


Figura 28: Resultado de atividades de Educação Artística relativas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação do Professor Wesley Diniz Ferreira. Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha Uberlândia – 2007.

Fonte: Acervo do Projeto EDURBANA, 2007.

Se entendermos assim, a jornada por vezes agradável, por vezes difícil, com idas e vindas, alentos e desalentos, provou que o sonho nos obriga a pensar e como desdobramento,

agir. Lutar, buscar “construir cada vez mais espaços” e não desanimar. Ganhar a sociedade e os governos para a responsabilidade da construção de uma escola com qualidade e participação.

2.2.5 O papel das professoras e professor colaboradores

Dentro do proposto, o Projeto reuniu docentes de diversas áreas do conhecimento, mas todos buscando o afinamento da linguagem e aprimorando o trabalho na perspectiva da Educação Urbana.

A meta inicial era de se trabalhar com 12 professores, sendo seis de cada escola, tendo em vista um trabalho mais próximo, interativo, colaborativo e integrado entre a equipe do Projeto e os professores colaboradores. O trabalho iniciou-se com a participação de 11 docentes e terminou com oito colaboradores.

O trabalho foi concebido na perspectiva da transdisciplinaridade, envolvendo seis diferentes áreas do ensino. No geral, entendemos que os colaboradores se empenharam com relação aos seus compromissos para com o Projeto, ao tempo em que os ritmos de envolvimento, entusiasmo e participação foram variáveis. Com alguns mais organizados e disciplinados, mas todos cientes da importância e validade de sua participação no Projeto, em perspectiva de sua própria valorização como profissionais da educação.

Por outro lado, em nossa percepção, houve pouca ou mesmo nenhuma articulação entre professores de uma mesma escola, o que possivelmente impossibilitou uma maior riqueza das experiências desenvolvidas com os estudantes, particularmente em termos da efetivação da transdisciplinaridade.

Dentro do proposto pelo Projeto, cada professor colaborador elaborou seu próprio plano de atividades a ser desenvolvido com os estudantes, unindo o conteúdo de sua disciplina à temática proposta pelo Projeto.

Os professores colaboradores se empenharam em sensibilizar seus estudantes em termos do exercício da cidadania e valorização do lugar onde vivem, moram, estudam, trabalham etc.

No desenvolvimento de suas diversas atividades, o Projeto revelou um grupo de resistência e propositivo, que luta pela melhoria do ensino. Mesmo enfrentando problemas de diversas ordens, os professores colaboradores assumiram sua participação e envolvimento no Projeto, o qual, sem isso, não teria se concretizado e dado os frutos que deu.

Infelizmente, por motivos particulares, duas professoras tiveram que se desligar do Projeto ainda em seu início. Outra professora não pode se envolver mais diretamente nas atividades, porém sempre se inteirou sobre seu desenvolvimento e realizou com seus estudantes atividades na perspectiva do mesmo, devendo apresentar o resultado de seu trabalho para publicação no livro do Projeto.

Houve, por parte da Equipe do Projeto, um permanente acompanhamento e assessoria por parte do professor coordenador em todo desenvolvimento do projeto e o imprescindível e valioso trabalho auxiliado por parte das alunas estagiárias, as quais não mediram esforços para bem atender os professores colaboradores.

Não podemos deixar de registrar nessa avaliação que o apoio material propiciado pela PROEX/UFU foi de enorme valia na concretização das várias atividades desenvolvidas, seja coletiva ou individualmente (cópias, papéis diversos, espaços, equipamentos, encadernações, impressões, transporte, bolsas, melhoria de equipamentos etc.).

2.2.6 Mais algumas considerações antes de encerrar

Praticamente todos os deslocamentos realizados pela Equipe – entre a UFU e as escolas – constituíram-se em momentos ricos e de expectativas favoráveis, na perspectiva do encontro e diálogo de saberes e da desejada articulação entre níveis de ensino, unindo UFU e comunidade.

Cada um com a sua tarefa e responsabilidade, ao mesmo tempo atentos quanto à dialética do ensinar-aprender-ensinaraprender-ensinar-aprender, a equipe conseguiu construir um sólido trabalho de animação mútua, o que, em nosso entender, em muito ajudou nossos encontros e diálogos juntos aos colaboradores, incluído aí o permanente fomento para que todos estivessem dentro e por dentro do Projeto, concretizando-o em conjunto.

Para as estagiárias foi um privilégio trabalhar neste projeto, que representou um divisor de águas, enriquecendo-as com o encontro entre teoria e prática. Esta foi uma experiência ímpar para as alunas estagiárias. As mesmas estiveram sempre presentes e atuantes nos estudos, discussões e demais atividades junto aos professores colaboradores. Por outro lado, a participação destas no desenvolvimento do Projeto as valorizou e propiciou sobremaneira o enriquecimento de seus conhecimentos como discentes de graduação da UFU.

Entendemos que houve algumas falhas na condução dos colóquios sobre o livro trabalhado, uma vez que, por vezes, o professor coordenador não apontou a relevância de se fazer uma síntese mais elaborada ao final de cada estudo e discussão nas escolas.

A equipe do Projeto teve presença ativa no 6º Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala Professor (Uberlândia, 23 a 27 de julho de 2007), com a realização de uma Sessão de Comunicação Coordenada relativa ao Projeto e presença da Geografia, da Filosofia e das Artes Visuais no evento (professor coordenador e estagiárias).

Também se propôs e se realizou no mesmo evento o trabalho de campo *À Deriva na Cidade: Lugar e Educação Urbana*”, no dia 25 de julho de 2007, com o intuito de, a partir do perambular à deriva no urbano, de forma aleatória sem direcionamento pré-determinado, buscar desvendar o lugar na/da cidade. Tal desvendamento é proposto a partir do entendimento de que o espaço é empírico e só se constitui como lugar com realidade. Para a concretização da Educação Urbana é preciso desvendar o lugar no sentido da percepção de sua importância para a informação/formação na perspectiva de se assumir a “cidade e o urbano”, seja material e imaterialmente falando, enquanto bem comum, cujos benefícios devem ser acessíveis em termos de oportunidade a todos/todas, cabendo a cada um/uma, e à coletividade cumprir com justiça social e solidariedade os compromissos na equação de suas questões.

A intenção inicial foi a de realizar, no desenrolar do Projeto, uma reunião mensal com todo o grupo (equipe e colaboradores), aproximações e relações com as realidades vivenciadas pelos estudantes das turmas envolvidas.

Foram horas produtivas. Estudamos, a partir do conceito de lugar, o papel da educação urbana no contexto de cada disciplina abrangida no Projeto.

Em minhas observações, evidenciou-se que, em termos do tempo dedicado ao Projeto por parte dos professores houve muita produtividade, bem como realimentação permanente pelo mesmo, a despeito de, em certos momentos, dificuldades de várias ordens parecerem intransponíveis. O interesse crescia a cada desafio superado.

A equipe procurou sempre aperfeiçoar seu trabalho visando incentivar e animar a participação de todos os diversos momentos do Projeto e na construção de seus lugares no mesmo. Por outro lado, evidenciou-se também que a persistência e o interesse dos professores no aperfeiçoamento da prática e a qualidade do ensino em muito contribuíram na sustentação e sucesso do Projeto.

As discussões, resultados e encaminhamentos dos colóquios/reuniões eram anotados em

ajudas-memórias, instrumento sempre socializado com rapidez, servindo como apoio na ampliação das reflexões e referência para todos os participantes na dinâmica do Projeto. Ao longo dos trabalhos foram elaboradas 20 ajudas-memórias que relatam todos os seus percursos (incluindo a relativa ao Seminário).

Destaque-se o importante registro constituído pelas fotografias que, em geral foram tomadas em todas as atividades desenvolvidas – quer fossem em gabinete, reuniões diversas, colóquios ou atividades de campo.

As reuniões consistiam em espaços de trabalho, em equipe, aprendizado, crescimento profissional e formação pessoal. Tais encontros, com suas atividades como produção coletiva, constituíram-se em momentos de tecer saberes. Para estes, cada um levou suas vivências de lugar como linha indispensável à constituição do lugar de cada um no fazer do Projeto.

Para finalizar, uma indagação que levantamos neste momento foi: será que ficou clara a construção do que entendemos por “Educação Urbana” e de que ela deve tratar? Frente a ela, nós também afirmamos que, em nossas percepções, os professores colaboradores partilharam vivamente o apurar dos olhares e leituras de seus estudantes e alunas em relação à escola, ao seu bairro e à cidade. Com isso, entendo que foram aguçadas percepções, sensibilidades e consciência em relação aos direitos e deveres da cidadania, o que diz respeito à “urbanidade”, à Educação Urbana.

Apresento a seguir como ilustração duas poesias resultantes de atividades de Língua Portuguesa relacionadas ao Projeto EDURBANA, sob a orientação da Professora Maria Terezinha Moreira da Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha.

O lugar

*Existe um cantinho no mundo, onde habito
que é um lugar especial
onde moram todos que amo
onde estão todos os sonhos
que descrever seria impossível.
Poderia falar de um país
ou até mesmo de um estado
talvez uma cidade qualquer
poderia citar a Lua*

o céu e o imenso mar
 mas não são desses lugares que pretendo falar.
 O lugar vou dizer, enfim
 Em primeiro alego que é um lugar pequeno
 mas sempre cabe mais um
 Esse lugar misterioso
 onde está minha emoção
 enfim, o lugar que habito
 é o meu coração.

Ana Pereira Reis - 8ª série (apud MOREIRA, 2008, p. 182).

Melhorar meu lugar

Preciso melhorar
 Com muita compreensão e dignidade
 Para ter responsabilidade.
 Preciso melhorar na escola
 Para bons frutos na escola não faltar
 Preciso melhorar meu comportamento
 Para inspirar o meu talento.
 Preciso melhorar com a família
 Para viver em harmonia
 Preciso melhorar pois
 A família é o alicerce de tudo.
 Preciso melhorar meu lar
 Parar de ser agitado como o mar
 Respeitar a natureza
 Para desfrutar desta beleza.
 Preciso a mim mesmo melhorar
 Para essa vida desfrutar.

João Paulo Barboza de Souza (8ª série) (apud MOREIRA, 2008, p. 183).

Como culminância e encerramento do Projeto, aconteceu um evento especialmente voltado para as comunidades escolares e familiares de estudantes e professores, com a

comunicação dos trabalhos realizados pelos professores colaboradores, bem como o lançamento do livro *Lugar e Educação Urbana*, o qual foi realizado na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha no dia 17 de dezembro de 2007.

CAPÍTULO 03

PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA: planejamento e gestão municipal

O presente capítulo retrata e discute a parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia - UFU e o Município de Nova Ponte (MG), abordando o desenvolvimento do Projeto *Universidade e Cidade – Convergências na construção de uma gestão urbana participativa* (Plano diretor Participativo de Nova Ponte – PDNP) realizado entre 2006 e 2008, e refletindo também sobre a importância da coletividade em termos participativos no planejamento e gestão pública, assim como as questões postas pela sustentabilidade, entendida em termos socioambientais.

Com o quadro socioeconômico vivenciado pelo Brasil, ainda fortemente marcado pela pobreza e pela miséria, com acintosa e vergonhosa concentração de renda, entendo que a esfera municipal de governo constitui-se na mais indicada para a adoção de políticas públicas direcionadas ao equacionamento das demandas e necessidades mais prementes da população do município.

Ao mesmo tempo, a esfera local é a mais apropriada para a interlocução quanto ao tratamento das questões mais amplas e abrangentes, de acordo com a perspectiva de desenvolvimento local, referenciado na sustentabilidade, abrangendo as áreas urbanas e rurais e coadunando suas dimensões econômica, política, cultural e socioambiental. Necessariamente, os referidos procedimentos devem considerar a elevação da qualidade de vida e a prevenção quanto a impactos socioambientais negativos, evitando-se consequências desastrosas para as coletividades e seus bens naturais.

A Constituição Federal de 1988 ampliou no Brasil a autonomia municipal. Isso propiciou um leque de perspectivas para o fortalecimento dos governos locais, inclusive com a elaboração de lei orgânica específica para cada um dos municípios da federação, o que abriu vasta possibilidade de intervenção e participação efetivas dos municípios nos destinos locais, seja do bairro, da cidade, do distrito, das áreas urbanas ou rurais e do município como um todo.

Chamo a atenção para esse papel que considero fundamental, o da intervenção da sociedade civil organizada nos destinos locais, uma vez que a ousadia na adoção de um novo paradigma para o “planejamento e gestão municipal pública e participativa” requer além da

reinvenção das práticas e procedimentos político-administrativos, a presença ativa das organizações comunitárias e não governamentais em geral, intervindo nas decisões que digam respeito ao interesse coletivo local.

Por outro lado, destaca-se que mesmo com a ampliação formal da autonomia já citada, especialmente no que concerne ao “peculiar interesse municipal” e à descentralização financeira propugnada pela Carta Constitucional de 1988, e o advento das administrações públicas que se sucederam nesse período de um quarto de século, na prática a centralização financeira tem-se mantido. Esse quadro exige urgente reversão em favor da eficiência e transparência da administração pública e consequentemente do interesse socioambiental.

Para ilustrar tal questão, e em se tratando da administração de recursos públicos, é muito interessante citar alguns dados apontados por Dowbor. Segundo ele:

[...] o governo central na Suécia se contenta com 28% dos recursos públicos do país, enquanto as estruturas locais de gestão, que permitem participação muito mais direta do cidadão, controlam cerca de 72%. Esta cifra corresponde a 5% na Costa Rica, 4% no Panamá e prováveis 13% no Brasil (DOWBOR, apud GUSTAFSSON, 1996, p. 26).

É preciso considerar, ainda, novas perspectivas para sociedades como a brasileira, em que o processo de democratização no que diz respeito aos direitos de oportunidades, justiça fiscal e tributária, como de remuneração do trabalho e distribuição qualificada de renda de parcelas expressivas da sociedade seguem na dianteira dos grandes problemas nacionais.

Essa situação requer urgente apreciação de mudanças profundas que podem ser efetivadas paralelamente a processos que busquem contribuir para a resolução dos problemas sociais mais candentes, tais como: o desemprego, a falta de moradia, a segurança, a saúde, a poluição e a educação. O reflexo disso é o forte impacto no âmbito local, o que coloca os municípios no *front* da “turbulência social”.

Continuando pontuações iniciais, aqui vamos revisitar a realização da parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia - UFU e o Município de Nova Ponte, como já exposto, na perspectiva que evidencia inter-relações do desenvolvimento local, da gestão pública participativa e da sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, primeiramente analisamos conceitualmente o desenvolvimento, em especial no âmbito local, como um processo que envolve a superação da exclusão social. Em seguida, abordamos a temática do planejamento, destacando a gestão municipal participativa como suporte fundamental para o desenvolvimento

local. Todas essas questões estão referenciadas em um pano de fundo com a ideia e filosofia da sustentabilidade socioambiental.

É importante assinalar que se evidencia, na atualidade, uma certa tendência de crescimento de “cidades pequenas”, as quais se constituirão mais e mais com forte presença no crescimento urbano.

Nesse contexto, os desafios para a concretização do desenvolvimento local e urbano socioambientalmente sustentado, com qualidade de vida elevada e digna para o conjunto da população, tornam-se cada vez mais complexos.

Em nosso entender, a cidade é mais do que um simples aglomerado territorial, ela é a sede do poder local, e, no caso brasileiro, pode-se dizer que é a “capital” do município, onde se instalam o executivo e o legislativo municipal.

Portanto, o município constitui-se no lugar da cidadania, pois é nele que vivemos, no campo, na cidade, na vila, no bairro. Ninguém é cidadão brasileiro e/ou de um estado, sem ter nascido ou viver em um “local”. O município, o local conformado em geral pelo urbano e o rural, constitui-se em um processo dinâmico que define e é definido por um conjunto de fatores, naturais-sócio-ambientais, culturais, demográficos, arquitetônicos, econômicos, psicológicos e políticos. Um espaço que necessariamente precisa propiciar arranjos e formas de convivência na perspectiva da permanente elaboração de demandas e conflitos, respeitando-se mutuamente a diversidade de atores; cidadãos e cidadãos construtores do desenvolvimento local.

A prática do chamado “desenvolvimento”, no Brasil, caracteriza-se por graves e por vezes irreversíveis desrespeitos e danos aos elementos da natureza e às condições socioambientais, bem como por profundas disparidades nos padrões de qualidade de vida, cidadania e inclusão social com qualidade elevada, gerando enormes desigualdades, segregação e exclusão da população dos benefícios da “era urbana” do direito a ter direitos de oportunidade.

A cidade e o município só cumprirão plenamente sua função quando se converterem em um projeto coletivo e que leve em conta os princípios da sustentabilidade socioambiental, da democracia, da equidade, da igualdade de oportunidades e da justiça social. E, para que isso aconteça, os poderes públicos devem cumprir e contribuir cada um com suas atribuições e prerrogativas, na constituição de um processo de cidadão de planejamento e na gestão municipal e urbana participativa.

Em 10 de julho 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade (do Município), Lei Federal que regulamentou o Capítulo da Política Urbana da Constituição brasileira de 1988, e

estabeleceu instrumento para garantir o planejamento e a gestão municipal e urbana participativa no âmbito do território do município, contemplando todos os segmentos sociais.

Atualmente, todos os municípios com cidade (sede) abrigando mais de 20 mil moradores, por exigência do Estatuto da Cidade, devem elaborar o Plano Diretor Municipal que se constitui na lei mais importante depois da Lei Orgânica, a “Constituição do Município”. O Plano institucionaliza a obrigatoriedade da participação popular no planejamento e gestão democrática no âmbito municipal, ao mesmo tempo em que tem como um de seus principais pressupostos a garantia de acesso à terra e às condições para seu usufruto, com base no princípio da função social da cidade e da propriedade.

A interação do poder público municipal com os cidadãos é primordial na elaboração ou revisão do Plano Diretor Municipal pactuado, tendo como fulcro a pluralidade e diversidade sociocultural e a racionalidade em perspectiva do interesse coletivo, na direção do desenvolvimento local sustentável. Deve-se buscar sempre o apoio indispensável do conhecimento, da ciência e da tecnologia para cada vez mais aprofundar a qualidade das decisões políticas e contribuir especialmente para a necessária e inadiável elevação dos patamares de qualidade de vida dos setores socialmente mais frágeis.

No caso do Estado de Minas Gerais, para o avanço mais acelerado do desenvolvimento municipal e dos arranjos intermunicipais, este estado conta com um consistente sistema de ciência e tecnologia. O município de Nova Ponte, por meio de seus Executivo e Legislativo, optou por parceira e somar esforços juntamente com a Universidade Federal de Uberlândia na proposição e desenvolvimento do Projeto de seu *Plano Diretor Municipal Participativo*, com uma arrojada e tecnicamente vigorosa concepção metodológica, no âmbito do Projeto *Universidade e Cidade – Convergências na construção de uma gestão urbana participativa* (Plano diretor Participativo de Nova Ponte – PDNP). Integrei e coordenei a equipe técnica do Projeto na qualidade de Geógrafo Urbanista, da qual como profissionais participaram também o Professor Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins (Economista), do Instituto de Economia da UFU e o Professor Sérgio Batista Temer (Arquiteto) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFU, coordenador.

A partir de edital do CNPq, elaboramos Projeto com apoio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU, e inscrevemos para julgamento, tendo o mesmo sido aprovado e contemplado com apoio financeiro proveniente dos ministérios da Ciência e Tecnologia e das Cidades.

Em termos de objetivo geral, o Projeto se propôs a

[...] oferecer um suporte conceitual e metodológico que fortaleça e capacite os gestores locais com vistas à construção de um Plano Diretor efetivamente participativo, criando mecanismos para que o Plano Diretor seja elaborado com a participação da população local (Universidade e Cidade [...]) (PDPNP, 2005, p. 03).

Dentre os objetivos específicos estavam os de “Proporcionar uma discussão ampla e integrada sobre a cidade, buscando construir uma visão mais geral da cidadania”; “Criar mecanismos para ampliar a participação popular na gestão municipal, em especial, chamando-a a contribuir com propostas para a elaboração do Plano Diretor”; “Apoiar a elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Ponte, instrumento que norteará seu desenvolvimento integrado, conciliando os fatores ambientais, socioeconômicos, culturais, territoriais e político-institucionais”; “Criar mecanismos de estímulo à principal atividade do município, a atividade turística, para que ela tenha condições plenas de se desenvolver de uma forma sustentável, gerando emprego e renda para sua população” (PROJETO..., 2005, p. 03)

No que tange à metodologia e ao desenvolvimento do Projeto, foram executadas as seguintes etapas:

- 1ª Etapa: Constituição do Núcleo Gestor;
- 2ª Etapa: Oficinas de Capacitação;
- 3ª Etapa: Leituras Técnicas e Comunitárias;
- 4ª Etapa: Formular e Pactuar Propostas;
- 5ª Etapa: Formatação do Plano Diretor;
- 6ª Etapa: Elaboração do Projeto de Lei. (PROJETO..., 2005, p. 03).



Figura 29: Reunião com membros do Núcleo Gestor de Nova Ponte, na Câmara Municipal de Nova Ponte – 2006.

Fonte: Equipe do PDPNP/UFU, 2006.

A partir da noção de territórios em construção e em desenvolvimento, na sua primeira fase, o Projeto apresentou como resultado principal a minuta do anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte.

Interessados em difundir as concepções, metodologias, conceitos e resultados, os protagonistas desse trabalho se uniram para produzir uma publicação, colocada à disposição de formuladores de políticas públicas, gestores do Estado, da esfera federal e dos municípios, especialmente os de Minas Gerais e também de estudiosos e cidadãos/cidadãs, como subsídios e estímulo no enfrentamento de um dos maiores desafios da atualidade: o desenvolvimento local e urbano, socioambientalmente sustentado.

A publicação, um LivroVídeo, não estava prevista inicialmente no Projeto aprovado pelo CNPq, mas foi possível realizá-la em função da minha disposição e do Professor Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins, e do apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Nova

Ponte, e também do nosso desejo de continuar contribuindo para o avanço da Reforma Urbana no Brasil.

Abordando “novas concepções e novas pontes”, foi realizada uma segunda fase do Projeto, realizada a partir de 2007, quando foi produzido um LivroVídeo, o qual apresenta o resultado de debate sobre *novas* maneiras de conceber, planejar e implementar ações para o desenvolvimento local, tomando como ponto de partida o que foi realizado na primeira fase, contemplando a metodologia, o processo e os resultados.

Pensou-se tratar de *pontes* entre atores sociais que se colocam em interação e constitui uma produção pedagógico-cultural voltada para um público que tenha interesse em pensar, discutir e fazer proposições a respeito da vida local: o município, a cidade e o rural.

Com o intuito de retratar, analisar e discutir a experiência vivenciada no desenvolvimento do Projeto, a publicação reuniu diversos resultados que se complementam e se articulam, abordando variados aspectos relacionados ao processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Nova Ponte, bem como aos desdobramentos acadêmicos e institucionais de um projeto de extensão universitária com essas características.

Assim, a obra foi composta por duas partes, uma com o material impresso e outra com arquivos digitais em DVD. A Parte I, denominada *Nova*, contém o material impresso. Há uma coletânea de artigos cujos autores (professores, técnicos e estudantes) integraram a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento do Projeto. Além disso, constam duas Deliberações do Conselho Municipal de Habitação, uma instituindo o Núcleo Gestor, e outra nomeando seus integrantes; a Ata da cerimônia que marcou o lançamento do Projeto e a posse dos integrantes do Núcleo Gestor; e a Lei Complementar 055/2007, que institui o Plano Diretor Participativo de Nova Ponte.

Nos artigos, os autores, todos com participação na elaboração do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte, colocam em tela diversas questões e exploram temáticas específicas relacionadas ao desenvolvimento do Projeto.

O primeiro artigo, de nossa autoria, explora a temática do desenvolvimento local e suas articulações com a gestão municipal participativa. Discutindo os conceitos que fundamentam a estruturação do Projeto, são abordadas relações e possibilidades no âmbito dessas temáticas.

Em seguida, o artigo de Sérgio Batista Temer apresentou a trajetória de concepção e implementação do Projeto em seus diversos momentos, destacando as especificidades do caso de Nova Ponte e explorando aspectos que viabilizaram a participação da sociedade local, ou,

na sua feliz expressão, “o planejamento além de sua dimensão físico-territorial”.



Figura 30: Oficina de capacitação do Núcleo Gestor, na Escola Estadual Josias Pinto – 2006.

Fonte: Equipe do PDPNO/UFU, 2006.

No terceiro artigo, Humberto Eduardo de Paula Martins abordou a importância do levantamento de dados para o planejamento municipal. Depois de contextualizar as tendências recentes ligadas ao planejamento municipal, o autor discute como o levantamento de dados a caracterização do território foram fundamentais no âmbito da experiência de Nova Ponte.

Em sequência, Paulo Somlanyi Romeiro analisou o tratamento dado pelo Plano Diretor Participativo de Nova Ponte, ainda na forma de Projeto de Lei, às questões como processo participativo de planejamento e gestão democrática, ordenamento territorial e definição de prioridade para investimentos.

O artigo de Cláudia Maria de Freitas discutiu a questão da regularização fundiária. Partindo do quadro geral brasileiro referente a essa temática, a autora mostra como essa questão

foi tratada no âmbito do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte, destacando que o plano prevê instrumentos de regularização fundiária para o Município.

Em seguida, Débora Cristina Araújo tratou, em seu artigo, da experiência do Projeto para um profissional em particular, o arquiteto, estabelecendo conexões entre a formação e a atuação deste profissional no âmbito da experiência analisada.

O artigo de Suzana Karla Gonçalves refletiu sobre a trajetória do desenvolvimento do Projeto e sua inserção no processo de desenvolvimento de Nova Ponte, recuperando o contexto histórico-geográfico, bem como processos recentes na constituição do município.

A Parte II, intitulada *Ponte* (DVD), é composta por vários arquivos em meio digital. Nela encontram-se o Filme “*Construindo NovasPontes*”, com caráter educativo-cultural e didático-acadêmico, retratando o processo de construção do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte e uma Galeria de Fotos (em vídeo, para televisão; e em dados, para computador).

Além disso, constam na Parte II os mapas correspondentes aos anexos da Lei Complementar Nº 055 /2007, que instituiu o Plano Diretor Participativo de Nova Ponte. Os mapas referem-se ao Macrozoneamento, ao Zoneamento Urbano (Cidade) ao Zoneamento Urbano (Residencial Parque das Árvores), ao Acesso Alternativo ao Balneário à Hierarquização do Sistema Viário (Cidade) à Hierarquização do Sistema Viário (Residencial Parque das Árvores e Almeida Campos) à Carta Imagem, ao Uso do Solo e Cobertura Vegetal, à Hierarquização das Estradas Vicinais e à Hidrografia.

Nesta parte, igualmente, está o texto *Represando a Memória: Um Sobradinho em Nova Ponte*, de autoria de Cláudia Maria de Freitas e Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos; o Arquivo Digital da Parte I – *Nova*, e a Equipe Técnica do Projeto e os Integrantes do Núcleo Gestor.

A intenção ao concretizar a publicação do LivroVídeo, foi contribuir ele contribuísse para a construção de municípios e cidades com elevada qualidade de vida para toda sua gente e para o desenvolvimento de territórios, novas concepções e novas pontes.



Figura 31: Exposição do Diagnóstico Integrado - 2006.

Fonte: Equipe do PDPNO/UFU, 2006.

3.1 Participação da sociedade organizada no desenvolvimento local: planejamento e gestão municipal com sustentabilidade socioambiental

A discussão acerca da temática do desenvolvimento local lado a lado com questões postas tanto pela ideia da gestão pública participativa quanto pela problemática da sustentabilidade socioambiental são aqui abordadas e apreciadas.



Figura 32: Apresentação Cultural com alusão a Cavalhada, no lançamento do Projeto do Plano diretor Participativo de Nova Ponte - PDPNP – 2006.

Fonte: Equipe do PDPNO/UFU, 2006.

Uma das referências básicas para as discussões e apreciações é o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e sua repercussão em centenas de municípios de todas as regiões brasileiras, especialmente com o advento do Ministério das Cidades, no início de 2003.

As reflexões sobre o assunto têm também como fulcro minha experiência, pensamentos e estudos relacionados com o processo de desenvolvimento Projeto *Universidade e Cidade: Convergência na Construção de Uma Gestão Urbana Participativa/Plano Diretor Participativo de Nova Ponte* – PDPNP.

Assim, considerei bastante pertinente, às temáticas do desenvolvimento local enquanto perspectiva de melhoria das condições gerais de vida para todos, a gestão pública participativa contemplando a presença ativa da sociedade organizada no planejamento e ação dos poderes públicos municipais e sustentabilidade socioambiental considerando as necessidade da coletividade e os bens naturais, para elaboração e inserção no Livro-Vídeo *Planejamento*

Municipal e Desenvolvimento Local: Plano Diretor Participativo de Nova Ponte.



Figura 33: Conferência Municipal do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte – 2007.

Fonte: Equipe do PDPNO/UFU, 2007.

O momento atual é de importância ímpar para se pensar de maneira inovadora o local/município e a cidade. Iniciando a discussão, tomo emprestadas as palavras de Konder (1994, p. 79), que afirma ser necessário “reconhecer na realidade da cidade os pontos em que podemos nos apoiar para começar a atuar sobre ela transformadoramente”.

Neste início de século, o desenvolvimento na perspectiva socioeconômica segue constituindo-se como uma necessidade para uma parcela considerável da população brasileira, assim como para populações de outros países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, neste início de século. É patente que a experiência do passado recente com relação a esta questão e o contexto de economia “globalizada” na fase atual do desenvolvimento capitalista não ofereçam perspectivas animadoras para as exigências contemporâneas de desenvolvimento para aqueles países. Tal situação nos mostra que a solução dos problemas enfrentados por países em busca

do desenvolvimento hoje exige alternativas e soluções inventivas que precisam ser “constituídas” pelos vários atores sociais daquelas sociedades.

É importante salientar que uma alternativa que vise responder às várias necessidades dos diferentes países do mundo contemporâneo requer no seu encaminhamento a inclusão de um conjunto de questões de significado político, econômico, socioambiental e cultural. Muitos dos problemas enfrentados por boa parte destes países, incluindo o Brasil, desde o início de seus processos de desenvolvimento, ainda persistem, requerendo uma nova postura quanto à adoção de alternativas para suas economias e sociedades.

Alternativas essas que venham a atender as demandas dos diversos setores sociais e que promovam mudanças estruturais e institucionais necessárias, mesmo que para isso se exija a adoção de mecanismos de organização social da produção e distribuição, de uso dos recursos naturais que servem de base àquela organização, diferentes daqueles do modelo vigente.

Sobre a questão da Exclusão Social, é importante ressaltar que existe uma forma de inclusão subalternizada. Dado o estado de enorme desigualdade entre setores sociais e países com o constrangedor quadro em que cerca de 3,5 bilhões de pessoas no mundo, ou 60% da humanidade, sobrevivem com média de 350 dólares por ano, no Brasil se tem uma distribuição de renda extremamente desigual, onde cerca de 1% das famílias ricas do país auferem 17% da renda, enquanto os mais pobres, aproximadamente 80 milhões de pessoas, auferem em torno de 12% (DAWBOOR, 1996).

Com uma base de recursos limitada e uma ordem/desordem econômica globalizada fica claro que um novo ordenamento sociopolítico com práticas e relações de novo tipo precisa ser construído no Brasil, assim como em outros países do mundo dito “subdesenvolvido”. Uma engenharia que contribua para que pelos menos os problemas mais urgentes que afligem parcela expressiva da humanidade, neste início de século, tais como o desemprego, a violência, a fraca cidadania tanto política quanto econômica, e a frágil democracia, sejam equacionados.

Para se avançar em direção a superação de tais mazelas, de maneira a atender satisfatoriamente demandas por soluções amplas de caráter social, faz-se mister considerar caminhos que estão sendo pensados em termos locais na perspectiva socioespacial. A dinâmica sociocultural da atualidade exige que, principalmente em nível local, se repense as necessidades de desenvolvimento considerando-se os mais diversos setores sociais que vivem em um mesmo espaço territorial.

Nas últimas décadas, a elaboração de documentos finais originados em importantes

reuniões internacionais de cúpula, tais como a Agenda XXI e Agenda Habitat II, e assinados por um grande número de países, sobre questões e possibilidade do desenvolvimento na atualidade, foi marcada por forte pressão da sociedade civil.

A Agenda 21 é um documento aprovado em nível de governos na Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992, reunindo um grande número de países preocupados com as questões ambientais urgentes que emergiram em seus contextos nas últimas décadas, assinado por 179 daqueles países, inclusive pelo Brasil.

A Agenda Habitat II é também um documento aprovado em nível de governos na II Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, Turquia, em junho de 1996. O documento que foi assinado pelo governo brasileiro juntamente com quase duas centenas de outros estados, ressalta a importância do poder local na gestão urbana e municipal. Desenvolvimento Local, Gestão Pública Participativa e Sustentabilidade.

Tais eventos chamam a atenção para a valorização e necessidade da construção de estratégias que levem em conta aquelas dinâmicas. Experiências concretas de busca de alternativas para os problemas relacionados à falta do desenvolvimento podem ser observadas em várias partes do mundo e já começam a ser mais analisadas por estudiosos brasileiros.

Estas experiências, em geral, visam solucionar problemas básicos como o desemprego, a permanente e generalizada exclusão social, a violência em suas várias dimensões e outros de cunho social e relacionados à “questão socioambiental”, na perspectiva das necessidades locais. Elas objetivam, de forma geral, minorar as precárias condições de vida de camadas sociais marginalizadas nos países denominados por muitos como periféricos, por exemplo, pessoas carentes das grandes cidades, áreas rurais e/ou outras localidades, mulheres, idosos, indígenas etc.; promover o uso eficiente de bens naturais, assim como a construção de um ordenamento político-administrativo mais satisfatório para a sociedade como um todo.

Sobre o Desenvolvimento Local no contexto do “Desenvolvimento”, colocamos aqui que a discussão é neste ponto calcada em conceitos e práticas que permitem qualificar aquelas experiências, analisando a perspectiva de desenvolvimento local em contexto de gestão pública participativa e sustentável em termos do processo de construção da cidadania e do desenvolvimento.

O surgimento e desenvolvimento de muitas das teorias sobre o tema e verificações empíricas levam a crer que está bem fundamentado por analistas respeitados na área

(GERSHENKRON, 1968) e que não existe uma única via para o desenvolvimento. Um dos problemas associados com muitas daquelas teorias consiste na acentuada relevância dada aos processos precursores de desenvolvimento como modelos para os países “subdesenvolvidos”. É verdade que estas experiências mostraram, dentre outros elementos, a importância da acumulação de capital, da força de trabalho e do progresso tecnológico como requisitos para o “desenvolvimento”, mas também de mudanças estruturais, sociais e institucionais para que esse se dê a contento em um dado país.

Mudanças são necessárias nos níveis local, regional, nacional e internacional, especialmente no contexto da “globalização”, que, segundo alguns autores, não é um fenômeno tão novo assim e que, como sabemos, tem efeitos diferenciados e nem sempre positivos nos países em que esse processo pese.

O Professor Milton Santos (2007, p. 179) chama de “globalitarismo” a globalização entendida como processo hegemônico do modo de produção capitalista, que no meu entender constitui-se numa relação social que em suas linhas gerais é hegemônica e “totalitária”, enquanto concebida como via única. Por outro lado, Batista Junior (1998, p. 85) afirma que,

[...] há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base à ideologia da ‘globalização’. Um dos efeitos práticos da mitologia da ‘globalização’, em especial da ideia de que estamos submetidos à ação de forças econômicas globais incontroláveis, é paralisar as iniciativas nacionais que passam a ser rotuladas como ineficazes sem maior discussão.

Destacamos, no contexto de “globalização” e neoliberalismo, novas abordagens ao desenvolvimento que respondam às legítimas necessidades dos setores sociais historicamente marginalizados, e dos interesses mais amplos da coletividade local e nacional precisam ser valorizados.

Assim, enfatizo que, no contexto do processo atual da globalização em marcha, é pertinente e legítimo afirmar que o mesmo tem deixado basicamente cada nação a desempenhar uma determinada função, sem grandes modificações no sistema anterior de “centro x periferia” conforme analisado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Naquele sistema, cada grupo de nações, centrais e periféricas, tinha funções específicas a cumprir na economia mundial. A periferia do sistema desempenhava a função de fornecedora de alimentos e matérias-primas e os países centrais detinham a produção da tecnologia e processos produtivos mais avançados.

Na atualidade se percebe que a globalização parece manter o *status quo* que já havia se desenvolvido entre as nações em seus diferentes níveis de desenvolvimento desde os primórdios deste processo (FIORI, 1999), o que confirma a visão de Wallerstein (apud EVANS; STEPHENS, 1988) de que a lógica da acumulação de capital é dita não apenas às relações sociais entre as classes, mas também entre os estados e zonas de produção. Além disso, a posição individual dos estados e sociedades dentro do sistema mundial também pode mudar, mas a estrutura do sistema como um todo é que define o padrão de desenvolvimento tanto global quanto interno das nações.

Conscientes quanto a esta lógica, que infelizmente acabou por ser relegada a um segundo plano nos estudos de muitos dos analistas que pretendiam apresentar alternativas para os países que buscam se desenvolver tardiamente em relação aos já desenvolvidos, destacamos a necessidade da valorização de alternativas e experiências como a estratégia de desenvolvimento local.

A consideração de tais alternativas se faz necessária, pois até mesmo alguns analistas anglo-saxões vislumbram dificuldades quanto à retomada do desenvolvimento na atualidade. Fiori (1999, p. 31), em sua análise sobre a possibilidade da retomada da questão do desenvolvimento, assinala que esses analistas estão deixando de acreditar na infalibilidade do capitalismo, dando margens para se pensar que a competição intercapitalista em mercados desregulamentados e globalizados não tem assegurado o desenvolvimento, nem a convergência entre as economias nacionais do centro e da periferia do sistema capitalista.

Acredita-se que se tal convergência não ocorreu e a descrença na infalibilidade do sistema capitalista chega a ser admitida também por autoridades importantes daquele sistema, então não há porque enclausurar-se frente à possibilidade de novas perspectivas que venham ao encontro das necessidades de desenvolvimento dos citados países. Nota-se que as alternativas e perspectivas aventadas nessa discussão não devem ser encaradas como caminho único para males do desenvolvimento atual, e que necessitam passar por aprofundamentos maiores em termos de compreensão e teorização, entendendo que a presente discussão traz sua modesta contribuição nessa direção.

No contexto dos novos processos/das dinâmicas, é preciso reconhecer que um dos problemas centrais que tem impedido o avanço sobre questões de Desenvolvimento está relacionado com a incapacidade de se formular alternativas que considerem conjunta e articuladamente questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais a esse.

Com relação às áreas econômicas, políticas e sociais, Wallerstein (apud EVANS; STEPHENS, 1988) argumenta que elas não são áreas autônomas de ação social e não têm lógicas separadas. O conjunto de obstáculos, opções, decisões, normas, e racionalidades são tantos que nenhum modelo útil pode isolar fatores de acordo com as categorias econômicas, políticas e sociais e tratar cada tipo de variável, deixando as outras constantes. O autor chama a atenção para a importância da transdisciplinaridade no trato da realidade sociocultural e do desenvolvimento. No caso, entendo a transdisciplinaridade como colaboração mútua e concomitante entre áreas do conhecimento e/ou técnica na realização de qualquer empreendimento, tendo os objetivos propostos como referência básica para tal. No caso, é também condição a contribuição conjunta que em parceria, cada área ou técnica pode oferecer na concretização do proposto.

No caso do desenvolvimento, a transdisciplinaridade sugere o tratamento de uma problemática central, que tem, segundo Leijonhufvud (apud PRANAB, 1993, p. 129), até relegado economistas do Desenvolvimento a um “status inferior”, devido a sua inabilidade em reduzir certos tabus da linha dominante na economia contra a associação com a política, a sociologia e “outras tribos”. A necessidade dessa associação se torna cada dia mais necessária e premente, mesmo sabendo-se do declínio das próprias teorias do desenvolvimento a partir da década de 1970.

É evidente que se poderia esperar um espaço mais propício para esse tipo de associação quando aquelas teorias ainda tinham o seu dinamismo. Tal tipo de associação fica mais difícil de ser feita em um contexto em que a teoria neoclássica e as políticas neoliberais dela advindas voltam a ter predominância, tendo-se como centro a “globalização”, em que predominam os interesses do mercado e de poucos países que dominam a economia mundial e a redução do papel do Estado no desenvolvimento.

Nesta situação, e em meu entender, prevalece a incapacidade e, por vezes, a inapetência política de muitas sociedades contemporâneas para deslanchar um processo de desenvolvimento que seja sustentável socioambientalmente falando, o que indica que novas iniciativas são necessárias. Essa colocação é válida para o contexto atual de predominância de teorias conservadoras e até mesmo para o período anterior quando as teorias de desenvolvimento tinham certo *status*, e mesmo assim, não conseguiram contribuir para a propagação e socialização do desenvolvimento na direção de todas as regiões e países do mundo contemporâneo.

É fato que os avanços teóricos no campo e muitos dos progressos em estratégias como

as adotadas para as necessidades básicas, não foram incorporados nos modelos de desenvolvimento de muitos países. E, juntamente com outros problemas bem analisados por Hirschman (1985), não levaram a uma síntese tão necessária no campo do desenvolvimento. Síntese que talvez fosse capaz de contribuir para que o desenvolvimento acontecesse nos países que o buscavam e da forma que fosse possível e apropriada a eles, sem necessariamente ter que seguir os modelos precursores em sua totalidade, pela sua impossibilidade, já óbvia até para alguns dos defensores daqueles caminhos.

3.1.1 Desenvolvimento local(?)

Felizmente, novos conceitos e novas abordagens quanto ao desenvolvimento têm surgido atualmente, sinalizando a possibilidade de se pensar que ainda se possa concretizar para as parcelas consideráveis de pessoas que têm sido marginalizadas pelos processos vivenciados até então.

Dentre esses novos conceitos, o desenvolvimento local surge como uma estratégia que aponta para a “reconstituição de um determinado espaço” por meio de formas alternativas para o equacionamento questões, considerando destacadamente os atores sociais e recursos possíveis. Isso exige novas e diversificadas atividades, adotando metodologias alternativas e formas de concretizá-las, na perspectiva do mesmo levando em consideração tanto os atores e setores sociais que as propõem, quanto os seus beneficiários, entendidos como agentes que constroem uma realidade mais favorável a todos e especialmente aos socioculturalmente marginalizados. Por exemplo, novas modalidades de atuação, metodologias e práticas em termos de políticas públicas, engendradas e construídas no cotidiano daqueles agentes, talvez possam contribuir na formulação e adoção de estratégias viáveis de desenvolvimento local.

Apesar da questão do *desenvolvimento*, pela aura de infalibilidade com que se apresentava quando de seu surgimento, ter mostrado muitas limitações quando implementada na realidade concreta, ainda hoje se fala em desenvolvimento como uma possibilidade, sem se fazer em muitos casos a devida elucidação com relação a que tipo de desenvolvimento se está referindo.

Presentemente, esta é uma questão relevante quando parece se abrir oportunidade para novas perspectivas de desenvolvimento de uma sociedade ou espaço sociocultural, como a de desenvolvimento local. Está claro que estratégias até então adotadas não são nem mesmo mais

possíveis de serem aquilatadas com maior procedência dadas às claras limitações do modelo capitalista de desenvolvimento, do mesmo modo que aquelas impostas pelos “recursos naturais” (bens?), servem de base ao mesmo. Destaca-se que as exigências contemporâneas de desenvolvimento incluem, para além das necessidades socioeconômicas e político-culturais, transformações que apontam para uma nova ética e novas práticas neste campo. Embora entendendo que não exista qualquer critério acabado para decidir sobre a questão da ética, e que o assunto seja inesgotável e complexo, ela é aqui entendida como muito relevante, constituindo-se em meu entender como um conhecimento ou entendimento que busca compreender o comportamento humano individual e socialmente em termos da coletividade, e apontar para aquilo que é socioculturalmente aceitável no plano da ação, relações e das práticas na sociedade. Isso tendo em vista a convivência no seio dessa mesma coletividade. Em outras palavras, a ética constitui-se na maneira como se deve agir em um determinado contexto cultural ou situação, a partir de valores que referenciam comportamentos das pessoas e instituições no convívio social e frente as questões postas no fazer-se e refazer-se da sociedade em sua constituição que contem entre suas dimensões a histórico-geográfica.

A ética apontada precisa reconhecer que uma das questões prementes com que nos defrontamos atualmente é a de como encontrar formas de socializar o desenvolvimento socioeconômico e sustentável para todos os países e povos que o buscam.

Antes de se redefinir a problemática da socialização do desenvolvimento, é pertinente conceituar o tipo de desenvolvimento a que me refiro aqui, para em seguida elaborar reflexões sobre a possibilidade de socialização no mundo atual por meio da perspectiva analisada. Estou me referindo à estratégia de Desenvolvimento local, em função de parte do que é corrente sobre sua teoria e práticas na atualidade, como possibilidade para a construção de processos que venham a atender várias das necessidades contemporâneas de desenvolvimento.

A expectativa é que tal estratégia possa contribuir para o debate sobre uma visão inovadora e mesmo paradigmática de desenvolvimento, que inclua na problematização as realidades concretas de comunidades locais, nacionais, regionais e/ou internacionais, considerando as suas dimensões econômicas, políticas, culturais e socioambientais e ambientais e uma ética genuinamente de “humanidade” na sua formulação e implementação.

Precisa-se de uma visão que considere como essenciais atividades que atendam às necessidades de uma comunidade em acordo com os objetivos, as possibilidades e as potencialidades, e de igual modo com os problemas em necessidade de atenção daquela comunidade em termos de seus recursos, atores e de suas relações externas. É importante

também que levem em conta o contexto “globalizado” em que vivem e o uso desses recursos de forma sustentável nos termos que orientam as teorias entendidas como mais avançadas e consequentes sobre “meio ambiente e desenvolvimento”.

Em sua concepção original, o desenvolvimento, tal como o que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, consistia em um processo que teoricamente visava à melhoria da qualidade de vida de todos os seres humanos. Sem pretensão para uma revisão das diferentes concepções de desenvolvimento, destaquei a de desenvolvimento local, que vislumbro como uma das alternativas para muitas das exigências atuais de desenvolvimento. Assim, exponho o conceito de Paul Houseé (apud GONZÁLES, 1998, p. 05), segundo o qual

[...] o Desenvolvimento Local é uma mudança global que põe em movimento a busca de sinergias por parte de agentes locais, para a valorização dos recursos humanos e materiais de certo território, mantendo-se uma negociação e diálogo com os centros de decisão econômicos, sociais, e políticos onde se integram e dependem.

A maioria das teorias acerca do desenvolvimento local consta referências quanto ao papel dos atores locais originários do estado, às vezes do setor privado, da sociedade civil organizada e das comunidades no processo de mudança acima referido, bem como considerações relativas aos recursos também existentes em nível local.

Por outro lado, é comum as definições estarem também associadas a outra problemática atual muito importante: busca pelo desenvolvimento sustentável⁹, considerando os limites da natureza. Muitas das experiências de desenvolvimento local envolvem atores conscientes e comprometidos frente aos problemas socioambientais, e que trabalham pela resolução das questões postas para a consecução do “desenvolvimento”, além disso, as experiências também são aliadas ao equacionamento de problemas relacionados a como se adequá-lo à preservação e ao uso socialmente aceitável dos bens naturais.

Com muita frequência, essas experiências têm culminado em estratégias de desenvolvimento local sustentável que buscam equacionar os desafios impostos quanto ao desenvolvimento e a apropriação da natureza como recurso. Franco (2000) propõe uma estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável com um *cardápio* mínimo de ações endógenas e exógenas:

⁹ De acordo com a Comissão Mundial para o Meio Ambiente (WCED), o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações.

Este cardápio deveria contemplar: a capacitação para a gestão local; a criação de uma nova institucionalidade participativa (conselho, fórum, agência ou órgão similar, de caráter multisetorial, plural e democrático, encarregado de coordenar o processo de desenvolvimento na localidade (em geral materializada na forma de uma agenda local de prioridades de desenvolvimento); a articulação da oferta estatal e não estatal de programas e ações com a demanda pública da localidade; a celebração de um pacto de desenvolvimento na localidade; o fortalecimento da sociedade civil (por meio do estímulo à ação cidadã, do apoio à construção de organizações sem fins lucrativos, sobretudo de caráter público, da celebração de parcerias entre os poderes constituídos e tais organizações e da promoção do voluntariado); o fomento ao empreendedorismo (por meio da capacitação, do crédito e do aval para impulsionar e apoiar a criação e o desenvolvimento de negócios sustentáveis, com fins lucrativos mesmo); e a instalação de sistemas de monitoramento e avaliação (FRANCO, 2000, p. 35-36).

Augusto de Franco apresenta uma definição expressiva do Desenvolvimento Local Sustentável, considerando conceitos e valores importantes presentes tanto nas recomendações da Agenda XXI, como também sinalizados com ênfase na Agenda Habitat II, tais como participação e capacitação para a gestão, que se tornam importantes não apenas para as empresas em seus processos de reestruturação produtiva para inserção na economia mundial, “nos termos daquela economia”, mas para a gestão pública e participativa responsável pela solução dos problemas de desenvolvimento atuais; parcerias entre Estado e Sociedade Civil; democratização etc., que, dentre outros, acredito serem de primordial importância nas estratégias de desenvolvimento aqui discutidas.

Em termos do Estado moderno, no contexto de um processo de globalização hegemônico cada vez mais exacerbado, que marca fortemente estes primeiros anos do século XXI, grandes indagações se apresentam quanto à estrutura e funções essenciais. Por outro lado, assumindo-se o entendimento de que em termos globais o Estado nos últimos séculos tem sido responsável pela geração de aproximadamente metade do produto social (DOWBOR, 1996, p. 28), mister se faz a busca de sua eficiência na direção de resultados que atendam, particularmente em termos socioeconômicos, as diferentes demandas sociais, especialmente àquelas provenientes das camadas mais frágeis da sociedade local.

3.1.2 Participação social no planejamento e na gestão municipal

Em termos de planejamento e gestão local/municipal pública e participativa, na

perspectiva do desenvolvimento socioambiental sustentável dentro dos marcos discutidos, os desafios são enormes. No caso brasileiro, o surgimento e crescimento de novas experiências, especialmente com o advento do Estatuto da Cidade (2001), trazem ao menos algum otimismo quanto ao processo de constituição de uma nova cultura no que tange ao exercício do poder político local, sua difusão, crescimento e reconhecimento.

Avançando na discussão, é também pertinente assinalar que na Constituição brasileira promulgada em 1988, a parte relativa à organização do Estado destaca a esfera municipal, contemplando sua valorização tanto em termos econômicos, quanto político-administrativos. De acordo com o estabelecido em nossa Carta Constitucional, o município deve reger-se por lei orgânica própria, e é de sua competência legislar sobre assuntos de peculiar interesse local, em consonância com os preceitos nela previstos. Por outro lado, a Carta Magna determina que o município só se obrigue aos dispositivos constitucionais e legais estaduais em casos constantes.

Ressalta-se que mesmo com a ampliação e diversificação de problemas, que com ênfase cada vez maior demandam seu equacionamento com relação ao local de governo, seja tanto no que tange as questões políticas e sociais, quanto administrativas e financeiras, a centralização tem recrudescido especialmente no âmbito da esfera federal, principalmente no que diz respeito a recursos financeiros, o que acarreta por vezes prejuízo quanto a iniciativas inovadoras de planejamento de gestão municipal e urbana. Tal situação tem favorecido os expedientes nefastos e nada democráticos, envolvendo tanto o caciquismo quanto relações promíscuas e fisiológicas, tanto nas relações entre legislativo e executivo, quanto nos escalões governamentais mais elevados, em especial do nível federal.

3.1.3 Mais algumas considerações: atuação da sociedade organizada no desenvolvimento local

Por outro lado, é inadiável o enfrentamento da realidade centralizadora nos marcos da divisão político-administrativa brasileira e sua reversão, uma vez que, enquanto as questões socioeconômicas são concluídas e cada vez de forma mais impactante na realidade local, os municípios na prática se situam no “terceiro escalão” em termos de importância governamental.

Acrescento, também, que já está mais do que comprovado a constituição do poder local contemporaneamente na esfera de governo privilegiada, quanto ao equacionamento das necessidades coletivas, corriqueiras, prementes e por vezes mais vitais para as pessoas de modo

geral. É por isso que o Desenvolvimento Local, podendo envolver não só o território municipal, tendo como referência a organização político-administrativa brasileira, representa uma alternativa que merece ser experimentada e aprofundada teoricamente.

Quanto ao anteriormente exposto, é bastante ilustrativo o exemplo da Suécia apontado por Dowbor (1996, p. 27), que diz:

[...] o cidadão sueco participa hoje, em média, de quatro organizações comunitárias. Participa da gestão da escola, do seu bairro, de decisões do seu município, de grupos culturais, etc. A descentralização dos recursos públicos constitui assim um processo articulado com uma evolução do funcionamento do Estado: quando 72% dos recursos financeiros do governo têm a decisão sobre seu uso formulada no nível local de poder, as pessoas participam efetivamente, pois não vão numa reunião política para bater palmas para um candidato, mas sim para decidir onde ficará a escola, que tipos de centros de saúde serão criados, como será utilizado o solo da cidade e assim por diante.

Mesmo cauteloso, o autor, para não apresentar como referência absoluta experiências de sociedades e trajetórias histórico-culturais distintas, considera que elas podem ajudar na definição de caminho, inovador e singular. Assim sendo, o destaque da dimensão “comunitária” da vida social no processo histórico aponta para avanços quanto à importância e ao peso da intervenção efetiva e direta dos cidadãos no “planejamento e gestão local”.

O pressuposto de “gestão” assumido aqui é o da gestão local pública, da “coisa pública”, ou seja, do interesse público, como interesse global, legal e legítimo da comunidade local, o que necessariamente inclui as dimensões do planejamento. No caso, o planejamento como vertente da gestão, deve ser entendido como amálgama das questões “técnicas” com as “políticas”, consideradas como faces da mesma moeda.

O planejamento, não deve ser visto como algo miraculoso, nem como panaceia frente à complexidade apresentada pelas demandas sócio-históricas de todo tipo. Presentes no cotidiano das comunidades locais, as demandas são entendidas como referência à dada comunidade que guarda certa forma de organização sociocultural, abarcando determinada sociedade que é integrada por muitas comunidades, que com certeza mantêm entre si proximidades, singularidades e similitudes. Nas palavras de Leroy (1997, p. 19),

[...] falar de comunidade é também falar de um território, onde a convivência permite o conhecimento mútuo e possibilita a ação conjunta. Na Escala Humana, este é o espaço onde cidadãos podem fazer algo a seu alcance, possível de ser entendido e de produzir efeitos visíveis.

As reflexões aqui travadas na perspectiva do desenvolvimento local, gestão pública e sustentabilidade, como caminho com possibilidades de propiciar modificações importantes tanto na forma como na metodologia para o desenvolvimento integral econômico – socioambiental – político – cultural e, portanto, humano, deixa patente que para seu êxito é indispensável participação ativa da comunidade no processo.

O fato de destacar na abordagem o município como referência socioespacial básica, não implica em uma camisa de força para tratamento e perspectivas do desenvolvimento local, entendido como o envolvimento primordial do interesse público e, portanto, coletivo. Por isso, a presença de parcerias, consórcios, colaborações diversas, comitês, convênios e tantas outras formas de cooperação mútua, entre municípios, localidades e organizações da sociedade civil são de fundamental importância para os resultados que se pretende alcançar.

A radicalização da descentralização entre os entes federados com certeza refletirá favoravelmente na concretização da autonomia local definida constitucionalmente, o que sem dúvida pode refletir ao aprimorar o planejamento e gestão participativa, tendo como marco o desenvolvimento local integrado e sustentável.

Isso coloca urgência e prioridade no investimento à educação para a cidadania e conseqüentemente, na formação política e assessoramento técnico para que os sujeitos sociais se motivem e se capacitem, visando à intervenção consistente e os destinos locais, participando de conselhos, da formulação do orçamento local, da proposição de políticas públicas e governamentais, da iniciativa de projetos de leis, da elaboração e da execução do plano diretor municipal.

Antes de finalizar destaco o que estabelece o Artigo 182 (Título VII, Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo II - Da Política Urbana – BRASIL, 1988) da Carta constitucional de 1988, a Constituição Cidadã brasileira. O Artigo determina que: “A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”.

A conquista desse dispositivo da Constituição é em parte fruto da Emenda Popular da Reforma Urbana, e contribui para o avanço da democratização e participação popular no âmbito do planejamento e gestão da administração municipal no sentido do processo constitutivo da cidadania.

Esse Artigo, juntamente com o Artigo 183, deram origem ao Estatuto da Cidade, Lei

Complementar Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, reforçando a conquista constitucional, e repercutindo em centenas de municípios de todas as regiões brasileiras, especialmente após a criação do Ministério das Cidades no início de 2003.



Figura 34: Pronunciamento do Prof. Dr. Gabriel Humberto Muñoz Palafox, Pró-Reitor de Extensão, Cultura Assuntos Estudantis da UFU, quando da entrega oficial do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Nova Ponte –MG, à Câmara Municipal - 2007.

Fonte: Equipe do PDPNO/UFU, 2007.

Registro ainda que, havendo sensibilidade, motivações vontade política por parte dos atores oriundos dos diversos segmentos sociais e também dos poderes públicos municipais, a prática do planejamento e gestão participativa é uma forma que pode contribuir para a adoção de ações e práticas de desenvolvimento local, buscando soluções para os problemas existentes, levando em consideração as especificidades de cada realidade e das demandas dos diversos setores sociais, sempre na perspectiva do interesse coletivo e portanto da maioria da população

Por último, ressalto a certeza de que a consideração dos caminhos aqui assinalados e

discutidos pode auxiliar na tecelagem de uma nova cultura política democrática e na adoção de paradigmas inovadores na formulação de procedimentos e práticas de administração, planejamento e gestão tendo em vista o interesse público, e que contribuam para a inclusão social qualificada e portanto cidadã, de amplas parcelas da sociedade.

CAPÍTULO 04

CIDADE(S), CIDADES NA CIDADE: palcos, cenários, enredos...

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Ele só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa, conquanto que "o urbano" lugar de encontro, prioridade de valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático sensível.

(LEFEBVRE, Henry, 1991).

Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir

(ARISTÓTELES).

A poesia, a música, o teatro são expressão de necessidades profundas das pessoas.

(SCHWARTZ 1999).

Este capítulo trata de revisitar e repensar a trajetória de realização do Projeto *O Estudo da Cidade e do Urbano Através da Música, da Poesia e do Poema: Subsídios Para os Ensinos Fundamental e Médio*, e discutir seus resultados. O Projeto teve como objetivos incentivar estudantes e professores a fazerem uso de recursos lúdicos e artísticos, tais como músicas, poesias e poemas na prática do ensino e refletir e escrever sobre a cidade e o urbano na perspectiva dos conteúdos da música, da poesia e do poema disponíveis em bibliotecas e no mercado editorial.

4.1 A ideia, o projeto e seus caminhos

A ideia da realização de um Projeto com caráter de pesquisa, extensão e melhoria do ensino superior, e que abordasse a cidade-urbano tomando como fulcro versos e canções, surgiu por volta de 1996/1997. Embora a intenção não tenha sido concretizada de imediato, conseguimos sensibilizar a ex-aluna, geógrafa e professora Cláudia Maria de Freitas para juntos desenvolvê-lo, tendo o mesmo sido concluindo em fins de 1999.

Em meados do ano de 1997, foram dados os primeiros passos na elaboração e desenvolvimento do mesmo o qual se chamou *O Estudo da Cidade e do Urbano Através da Música, da Poesia e do Poema: Subsídios Para os Ensinos Fundamental e Médio*.

No ano de 2000, percorremos muitos caminhos no sentido da publicação dos resultados, e no outono de 2001 finalmente concretizamos o intento com o lançamento da obra *A Cidade e o Urbano em Verso e Canção*, com tiragem de 500 exemplares, os quais se esgotaram em pouco tempo, conforme mencionado anteriormente. Assim, cumprimos a finalidade do Projeto, e aqui registramos que, na realização das atividades do Projeto, tiveram importante e inestimável participação um estudante do Curso de Letras e duas estudante do Curso de Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia.

O empreendimento teve sua gênese na disciplina “Geografia Urbana”, ministrada a estudantes do curso de Geografia, no primeiro semestre letivo de 1997, pelo professor Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, do Departamento de Geografia – atual Instituto de Geografia – da Universidade Federal de Uberlândia.

Em nosso modo de ver, tratava-se de uma empreitada relevante, uma vez que contemplava os princípios acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão. Ao mesmo tempo, a proposta, além de ousar colocar lado a lado arte e conhecimento, valorizava a busca de alternativas para a prática de ensino e tendo como objetivos: a) incentivar estudantes e professores a fazerem uso de recursos lúdicos e artísticos, tais como: músicas, poesias e poemas na prática do ensino; b) refletir e escrever sobre a cidade e o urbano na perspectiva dos conteúdos da música, da poesia e do poema disponíveis em bibliotecas e no mercado editorial. Simultaneamente, o Projeto integrou docentes e discentes da ESEBA e de diversos departamentos da UFU: Geografia, Pedagogia, Letras, História, Filosofia e Ciências Sociais.

Destacou-se, como ponto inicial do Projeto, a necessidade de aprofundamento acerca do material bruto disponível a título de subsídio básico, em que constaram leituras pertinentes à

temática e ao ensino em geral. Com isso, buscou-se obter um padrão de linguagem mais claro, bem como atender a finalidade da presente publicação, que se destina aos profissionais que precisam e/ou desejam subsídios para tratar de assuntos urbanos em suas aulas.

Dados os primeiros passos no desenvolvimento da proposta, passou-se a refletir sobre o papel das artes na educação, com prioridade para o ensino fundamental e médio, o que exigiu várias leituras sobre as artes em geral e a realização de entrevistas com profissionais ligados a esse campo de atuação. Com isso, foram obtidos mais subsídios, que auxiliaram a desenvolver o projeto; no entanto, não se pretendeu aprofundar essa temática. Tanto a construção teórica elaborada quanto o resultado das entrevistas serão contempladas posteriormente.

Durante o segundo semestre de 1998, vários encaminhamentos possibilitaram agilizar o Projeto. Estabeleceu-se o segundo semestre de 1999 como limite para sua conclusão.

Procedeu-se, em seguida, à seleção de estudantes universitários das áreas citadas, interessados em atuar como estagiários voluntários no Projeto. Inscreveram-se 20 estudantes, dos quais foram selecionados quatro: um estudante de Letras, uma aluna de Pedagogia e duas alunas da Filosofia. As alunas e o estudante selecionados iniciaram suas atividades em novembro de 1998, sendo que, dos quatro estudantes, três atuaram até a conclusão das atividades.

O processo de realização das atividades exigiu a mobilização de muita disposição e energias por parte dos professores e estagiários. Para que se chegasse à finalização dos trabalhos, à edição da publicação, foram muitos os caminhos, descaminhos, desconstruções e reconstruções. Trajetórias de vidas, na vida, nas vidas.

Dessa forma, o texto-projeto publicado teve sua trajetória-história em um contexto que que continha contextos mais ou menos específicos, mais ou menos particulares.

Uma vez que somos educadores, empenhados na invenção cotidiana da educação como fundamento para a cidadania, o que se desejou é que o conteúdo da obra publicada pudesse contribuir nestes inícios do século XXI, para a forja de uma Nova Era, que desejamos seja de pluralidades e respeito às culturas e diferenças. Tudo para que se possa constituir uma nova civilização que propicie a formação de homens e mulheres verdadeiramente humanos.

As propostas apresentadas sob a forma de possíveis atividades a serem desenvolvidas por professores em sua atuação de ensino certamente exigem que se adote uma nova postura diante do processo ensino-aprendizagem. Tal postura é necessária para que se possa objetivar uma prática ativa na formação do educando, com o intuito de contribuir na formação para a

cidadania.

Para os envolvidos, foi um enorme desafio trabalhar neste projeto, que contou com estudantes estagiários multidisciplinares. Nós, professores de Geografia, estávamos ao mesmo tempo dispostos e preocupados. Por um lado, o trabalho resultaria em enriquecimento, propiciado pelo encontro e pela troca de saberes; por outro, ele exigiria um ajuste de linguagens e conceitos entre pesquisadores e iniciantes em pesquisa na condição de discentes.

Em todo o percurso, as atividades foram árduas e, no início, bastante difíceis. Exigiram paciência e muita tolerância nas orientações. Ao final, o aprendizado foi mútuo, uma vez que a coparticipação responsável entre coordenadores e estagiários, sem dúvida, possibilitou sermos mais educadores e pesquisadores, na concretização do proposto, o que valorizou, sobremaneira, as diferentes áreas do conhecimento envolvidas e a prática da multidisciplinaridade.

Avaliando-se o Projeto, percebe-se que se conseguiu um bom número de textos, tendo em vista que se atingiu mais de 80% da quantidade prevista inicialmente.

Houve, também, diversidade quanto às temáticas abordadas e um enorme empenho para se atender as “Orientações Básicas”, que se constituíram em um dos fundamentos metodológicos na condução do projeto. Por outro lado, nem sempre as “Orientações Básicas” levaram à elaboração de textos com resultados mais expressivos. De qualquer forma, houve um significativo crescimento no decorrer da produção de cada texto, e entendeu-se que tal acontecimento, além de repercutir positivamente para os resultados almejados, certamente, foi um fator importantíssimo na formação profissional dos discentes envolvidos.

No segundo semestre de 1999, quando se realizava a fase final do Projeto, o desenvolvimento simultâneo de várias tarefas, estagiárias e estagiário procederam a uma avaliação do que havíamos realizado até então. Pelas dificuldades de tempo que tivemos para reunir todos os envolvidos, a avaliação foi solicitada por escrito, com base em sete questões por nós formuladas.

Quanto ao critério de escolha dos estagiários envolvidos no projeto – universitários de vários cursos –, entendeu-se que o procedimento proporcionou “maior variedade de análises e interpretações sobre o material pesquisado” e possibilitou, ao mesmo tempo, “ter outras cabeças pensando”, ao lado daquelas oriundas da Geografia. Por outro lado, abriu a perspectiva do enriquecimento da experiência, “concretizando o que se chama universidade no seu conceito mais profundo”. Outra consideração relevante destacada foi a de que o estudante que buscou o projeto sabia que teria a necessidade de “estudar e pesquisar mais, e isso, independente do que

ele está cursando.

Sobre a avaliação relativa às orientações destinadas à elaboração dos textos, foram consideradas satisfatórias, "embora no início a comunicação não tenha se desenvolvido de maneira tranquila, pois passamos por um processo de adaptação; de um lado os orientadores tentando compreender o mundo do estagiário; do outro, os estagiários procuraram compreender e aprender o linguajar dos orientadores". Tal fato ocasionou um período em que o trabalho fluiu com menor facilidade. Outra linha de considerações apontou a falta de "maior integração entre todos", para que houvesse mais rapidez na pesquisa e na resolução dos "desencontros, incompatibilidade de horários e outros imprevistos".

Com relação à clareza e sequência dos passos para a redação dos textos, descritos nos itens das *Orientações Básicas para Elaboração dos Textos*, concluiu-se que foram "claros" ou "relativamente claros"; embora se considere também que tenha havido inicialmente dificuldades de compreensão. Destaca-se, ainda, que as Orientações limitaram, até certo ponto, a criatividade da linguagem, que poderia ser explorada pelos estagiários.

A respeito das reuniões realizadas no decorrer do desenvolvimento do projeto, seja no que se refira às reflexões e estudos ou às avaliações e encaminhamentos, as considerações mostraram que não houve uma presença constante dos estagiários, e que isso influenciou no pouco aproveitamento das mesmas. Por outro lado, destacou-se a importância dos encontros e que "as reuniões de reflexão e estudo foram as que puderam fazer com que a própria comunicação entre estagiários e orientadores se tornasse mais rica e clara".

Quanto à participação, dedicação, organização e produção dos estagiários, houve as seguintes observações: "a participação esteve de acordo com minhas possibilidades, considerando as demais atividades exercidas"; "minha participação poderia ter sido muito mais efetiva e com melhor desempenho", "durante um determinado período houve um pouco de desânimo e foi preciso forças para dar sequência". "Foi razoável".

Em relação aos aspectos positivos e negativos no desenvolvimento do projeto, seja quanto à temática trabalhada e à metodologia utilizada, entre outros, houve as seguintes avaliações: "o projeto em si é muito interessante e atual, o que faz com que se abram novas perspectivas para o ensino; "em alguns momentos, o tema mostrou-se muito complexo e exigiu extensa bibliografia para discussão, o que se tornou um aprendizado"; "não foi fácil encontrar músicas e poemas que se encaixassem ao tema e pudessem ser desenvolvidos em questões estritamente ligadas ao mesmo".

Quanto à última questão formulada relativa ao significado do projeto para os estagiários, na condição de estudantes de áreas diversas às dos professores orientadores, considerou-se que houve a possibilidade de ampliação do aprendizado, e de valorização de uma variada gama de questões que se apresentaram. Simultaneamente, possibilitou maior participação do discente como cidadão. Destacou-se, também, o seguinte: “o projeto abriu um leque e enriqueceu minha visão com relação à cidade e ao urbano”; “o projeto contribuiu para que tivéssemos uma ideia da produção acadêmica em geral, independente da área afim”; “estudar assuntos que não são expostos no curso de Filosofia é enriquecedor e bastante válido, visto que o estudante universitário tem que fazer leituras abrangentes e diversificadas”.

Nossa avaliação é que material produzido é rico em subsídios e pistas para o exercício do ensino nos níveis fundamental e médio. São mais de uma dezena de textos enfocando diversificadas temáticas urbanas, as quais podem ser trabalhadas nas diferentes disciplinas escolares. E isso pode ser feito, é evidente, com a prática singular de cada mestre e com a abordagem própria das várias áreas do conhecimento.

Na condição de proposta de pesquisa e extensão, tratou-se de desenvolver o projeto de forma que a produção final viesse em forma de livro. Uma obra que pudesse contribuir no trabalho dos professores que buscam materiais auxiliares na prática de sala de aula, visto que, muitas vezes, as condições de trabalho dificultam uma melhor preparação das aulas.

O material produzido e disponibilizado não se constitui "fórmulas mágicas", "modelos", "cartilhas" ou "receitas". São alternativas de invenção que precisam ser constantes, de propostas e práticas docentes adequadas às turmas de estudantes e às exigências de cada momento da vida escolar.

A diversidade de estilos, a formação diferenciada entre coordenadores e estudantes estagiários, o nível de experiências vivenciadas anteriormente, sobretudo, quanto à linguagem escrita, e mesmo as ausências, no que tange a aspectos de caráter técnico, enriquecem o trabalho ora apresentado. Ele contém propostas de atividades como seu produto principal e, certamente, foi de encontro aos objetivos propostos inicialmente.

O desafio, até o momento do lançamento da publicação, foi enorme e, ao mesmo tempo, gratificante. Com obstinação, persistência e empenho conseguiu-se uma exemplar articulação entre diferentes níveis de ensino e entre diversas áreas do conhecimento.

4.2. A temática e a metodologia: uma reflexão

O mundo contemporâneo, carregado de enorme complexidade e dinâmica sociocultural, as “Cidades” mais e mais constituem-se no principal espaço das “vivências-convivências” humanas. Formam, assim, um palco e um cenário privilegiados e profundamente significativos da história moderna. Tanto é que cidade e cidadania são expressões que mutuamente se referenciam, sendo a cidadania objeto de construção-reconstrução permanente nos últimos séculos da história da humanidade, especialmente, no contexto da chamada “era urbana”.

A cidade, em seu processo constitutivo, constrói a configuração da expressividade do urbano, entendido como processo histórico-geográfico e temporal-espacial. Uma cidade em sua concretude é muito mais que uma “paisagem urbana” aparentemente estática. Ela abarca, segundo o que afirma Sposito (2002): “condição/manifestação/materialização do processo de urbanização”; conforma-se na “expressão deste processo num dado ponto do território, como uma somatória/cominação/sobreposição dos diferentes momentos históricos que a produziram”.

Com base nisso, inúmeros estudos buscam teorizar esse fenômeno cada vez mais consolidado e surgem, desse modo, diversificadas leituras sobre o urbano e a cidade. Além da Geografia, algumas áreas do conhecimento, tais como: Sociologia, Urbanismo, História, Antropologia e Arquitetura, tratam de desvendar as várias faces do urbano.

A importância do urbano é enfocada com muita propriedade na fala de Lomônaco (1995, p. 01):

Ruas, praças, avenidas, túneis, pontes, galerias são as múltiplas imagens da cidade que consignam a presença de uma vigorosa ação humana e marcam o cenário cultural da rotina de seus habitantes assinalando um modo de vida e de relações sociais de natureza essencialmente urbana. Um universo infinito de signos sedimenta a diversidade cultural e se torna, ao mesmo tempo, a representação que substitui e dá concretude aos fatos econômicos e sociais que respondem pelo fenômeno urbano.

Cabe à Geografia, na condição de ciência que estuda o espaço socialmente construído/produzido, enorme responsabilidade na análise da cidade e do urbano, como processo que aí se desenvolve, sem perder de vista suas peculiaridades e especificidades. Questões sociais, econômicas, ambientais, políticas, culturais, físicas etc., compõem esta análise do urbano, cuja crescente complexidade requer cada vez mais estudos

multidisciplinares, tanto no âmbito do “urbanismo” quanto das diversas disciplinas escolares dos níveis fundamental e médio. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo contribuir para dinamizar a análise do urbano e da cidade em tais níveis de educação formal. Para isso, apoiamo-nos na música, na poesia e no poema (expressões das Artes) na busca de uma interação que contribua com o processo ensino-aprendizagem.

O trabalho inicialmente desenvolvido constituiu-se em um desdobramento do processo ensino-aprendizagem no âmbito da formação superior e constou de uma atividade que buscou aferir, em linhas gerais e sem pretensões mais específicas, a compreensão, por parte dos estudantes do Curso de Geografia, quanto à dinâmica do processo urbano.

No início do projeto, quando se vislumbrou a possibilidade de usar a música, a poesia e o poema para subsidiar o estudo do urbano, o trabalho não sugeria uma tentativa desesperada de tratar de um tema complicado ou enfadonho. Pelo contrário, intentava-se uma forma criativa e dinâmica de propiciar aos estudantes universitários visões diferentes da temática cidade/urbano. Com esse intuito, buscou-se a colaboração da arte (música, poesia e poema) na condição de recurso diverso, próximo e acessível aos estudantes, a fim de ampliar-lhes os conhecimentos e complementar as informações dos livros acadêmicos.

Os discentes foram orientados a procurar identificar, por meio de músicas, poesias e poemas, conteúdos que retratassem realidades e questões urbanas contemporâneas, verificando, também, o potencial de utilização do material para estudos no ensino médio e no ensino fundamental. Nesse momento, quando não havia ainda a ideia da elaboração do projeto, tampouco a preocupação em tecer considerações sobre a importância das artes no estudo da cidade e do urbano, procurou-se, em linhas gerais, formas alternativas para a abordagem desses conteúdos.

De posse dos trabalhos concluídos pelos estudantes universitários, houve a oportunidade de se fazer algumas reflexões acerca desse material entre profissionais do ensino fundamental da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU) e o professor Falcão. Com base nessas reflexões, considerou-se que a ideia de dar seguimento ao que já havia sido feito era original, e o material, rico em conteúdos. Além disso, se fosse devidamente “lapidada” e ampliada, poderia ser de grande utilidade para professores do ensino fundamental e médio, em aulas que abordassem a cidade e o urbano. Como desdobramento de tais reflexões, optou-se por desenvolver um projeto de pesquisa e extensão em parceria envolvendo a ESEBA e o DEGEO – Departamento de Geografia da UFU (atualmente Instituto de Geografia da UFU - IG).

Por outro lado, considerou-se, também, na decisão pela parceria, que nos últimos anos tem havido constante procura de novas metodologias de ensino por parte dos professores. Metodologias que propiciem a construção do conhecimento através de formas e caminhos diversos e que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes de qualquer nível da educação. Isso confirmou a validade e utilidade do projeto, que culminou na publicação deste livro.

O grande desafio, então, era: como orientar estudantes de áreas distintas em relação à Geografia, área de formação dos coordenadores e orientadores? De início, fez-se necessária a realização de várias reuniões de estudo. Estas visavam não só ao esclarecimento das “Orientações Básicas para Elaboração dos Textos”, mas também à reflexão acerca de bibliografias e artigos sobre a cidade e o urbano.

Um dos títulos estudados foi o artigo *Barbosa e Salete, história sem fim: o bombeiro e a catadora de papel, seres humanos direitos*. Nele é retratada uma situação real, acontecida na cidade de São Paulo e que teve grande repercussão nos meios de comunicação. Diz respeito à história de um soldado do corpo de bombeiros (Barbosa) que veio a falecer ao tentar salvar a vida de uma “sem-teto”: a catadora de papel (Salete), que caíra no rio Tamanduateí quando passava pela ponte da rua São Caetano, no centro de São Paulo. O soldado foi levado pelas águas caudalosas do rio, engrossadas pela chuva que havia se precipitado momentos antes na cidade. Com base nesse fato, o autor faz uma discussão sobre os problemas vividos nas grandes metrópoles, argumentando que:

Na sociedade contemporânea, também chamada pós-moderna, a cidade vive os mesmos dramas, as mesmas tensões, mas infinitamente agravadas, de um lado, pelas desigualdades sociais e, de outro, pelo desenvolvimento das novas tecnologias. [...] A tendência à fragmentação, ao estilhaçamento da metrópole chega agora, a um limite, com a instalação das “infovias” e sistemas virtuais de comunicação, que tornam desnecessárias a própria existência concreta de uma comunidade. [...] (ARBEX JÚNIOR, 1999, p. 10-11)

Com essa mesma preocupação e a fim de enriquecer o projeto, realizou-se, também, entrevistas com profissionais docentes ligados às artes; ao mesmo tempo, deu-se a continuidade às leituras que já estavam sendo feitas. Isso ampliou o nosso entendimento e reforçou a valorização quanto às expressões artísticas por nós utilizadas.

Grossi (1999, p. 01-02), em seu trabalho *Elementos para uma Pedagogia do Poético: Métodos e Práticas para uma Comunicação dos Sentidos*, cita o poeta e tradutor José Paulo

Paes com o objetivo de destacar a importância da poesia na educação fundamental e média. Diz o poeta:

O importante é fazer do contato com a poesia antes fonte de prazer gratuito que de obrigações escolares [...]. Por via da fruição lúdica da poesia é possível implantar na criança a semente de um gosto que, persistindo na adolescência, talvez a leve, na idade adulta, à leitura “prazerosa” da grande poesia. Só assim aquele “menino interior que, em forma de resíduo um pouco bárbaro, todos conservamos” nos poderá salvar ocasionalmente da obtusidade e da vulgaridade da vida dita prática, mantendo-nos em estado de permanente convalescença diante da novidade do mundo.

Grossi (1999), trabalhando acima de tudo a poesia e o poema com estudantes do ensino fundamental, mostra-nos o quanto as crianças estão distantes desse gênero de texto, que também pode ser usado como forma de adquirir e enriquecer conhecimentos. A autora comprova que, no decorrer dos trabalhos, seus estudantes passaram a gostar e ver de forma diferente a poesia em sua vida escolar. Entende ainda que essa poesia pode estar nas imagens, na fotografia, no cinema e na multiplicidade de cenas cotidianas, conforme suas próprias palavras:

Dessa maneira, acreditando na poesia como tecido libertador das amarras que aprisionam a palavra e os sentidos, acreditando na função lúdica da linguagem poética como antídoto à linguagem normativa e em sua natureza crítica, imaginativa e criativa, torna-se urgente a educação através de uma pedagogia que se constitua num aprendizado verbal e de articulação cuja privação, nos primeiros anos da educação básica e fundamental, muitas vezes causa danos. Uma pedagogia pela qual possamos nos reiniciar nos ensinamentos estéticos oferecidos pela comunicação poética, pela linguagem descoberta – de onde, na verdade, viemos quando crianças. Um estado de ver, sentir e pensar que recupere a memória que perdemos e a história fadada a compendiar-se na aridez das linguagens sem ressonância. Uma pedagogia que, além de seu discurso próprio essencial, projete-nos para esta comunicação em diálogo com as outras formas de convívio, comportamento e criação humanos (GROSSI, 1999, p. 102).

Ao reafirmar a importância da poesia para o ser humano, Paixão (1982) acredita que esta pode auxiliar o indivíduo a ver o mundo de forma diferente, menos passiva; que a poesia estimula a imaginação e, assim, torna possível a reconstrução da realidade.

No caso da música, além de ser uma expressão artística, trata-se uma das formas mais fáceis de comunicação, conforme a seguinte citação extraída dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996):

[...] o advento da gravação vem possibilitando às pessoas deste século um fato sem precedentes em toda a História da música: Uma escrita sincrônica de todas as Músicas de todas as épocas e lugares. [...]. Não importa se as características são de Música escrita improvisada; mais do que nunca os músicos tem consciência de que há sempre algo de novo a ser aprendido de cada lugar, de cada época.

Concorda-se com tal citação e entende-se que a música pode ser considerada um excelente recurso didático-metodológico para se trabalhar e desenvolver os conteúdos urbanos. Uma gama muito grande de músicas, particularmente no Brasil contemporâneo, buscam apreender fatos e situações do cotidiano urbano nos seus vários momentos históricos.

Para Andres (1997), a música atualmente busca novos caminhos e tem encontrado nos meios de comunicação uma forma de se difundir e atingir todas as camadas da população. Nesse sentido, ela integra o “homem do povo ao homem da cidade”, assim como permite a integração de povos do Oriente e do Ocidente.

Por outro lado, Andres (1997, p. 114) acredita que a música e outras expressões da arte são um caminho para o despertar da criança no que se refere à compreensão e ao relacionamento com o espaço que a rodeia e diz:

A arte na educação sob todos seus múltiplos aspectos, quer através de música, dança, expressão corporal, desenho, pintura e teatro, viria contribuir, neste século, para o reencontro do homem consigo mesmo e com a natureza, para mais tarde, espontaneamente, despertá-lo para a sua posição no universo. Então ele compreenderia, sem esforço, que a verdadeira sabedoria não pode ser encontrada fora, nos objetos e coisas do mundo, nem no acúmulo de ensinamentos teóricos, porque já existe dentro dele, desde a infância.

A professora e artista plástica Darli Reinalda Pinto Oliveira¹⁰, concordando com Andres quanto à importância da arte na educação/escola, acredita que esta tenha sua própria estrutura e que é capaz de comunicar coisas diversas, as quais outras linguagens possivelmente teriam menos possibilidades de dizer ou exprimir. Ela entende, também, valendo-se de um conceito mais amplo, que a arte engloba uma multiplicidade de saberes. É produto de uma elaboração

¹⁰ Artista Plástica. Professora aposentada do Instituto de Artes da Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Mestre em Artes Plásticas/UNICAMP/1996. Entrevista concedida em 07/10/1999.

constante (do fazer artístico), que parte de componentes sensíveis filtrados pelo racional, de modo a revelar a singularidade de ser e de estar no mundo. Constrói e alimenta um conjunto de informações vivenciais, que integram componentes culturais, históricos, sociais, emocionais e expressivos, dentre outros. Então, sendo a arte um produto de elaboração e construção humana, ela estabelece um relacionamento entre o mundo interior e o mundo exterior e vice-versa.

Darli (1999) entende que propor aos estudantes trabalhos com música, poema e poesia contribui para a ampliação dos caminhos na busca de conhecimentos e para a interação entre interior e exterior. E isso auxilia, também, no desenvolvimento da sensibilidade e da percepção e lhes dá a possibilidade de fazer várias leituras do urbano/cidade/mundo.

Por meio desse caminho, os estudantes, ao estudarem o urbano como processo-enredo e a cidade como cenário-forma, com uma percepção diferenciada, tornam-se observadores sensíveis das questões inerentes ao tema, seja na perspectiva ambiental ou social, política, econômica, cultural e física, entre outras.

As citações e considerações apresentadas vêm, assim, fortalecer a importância do uso da música, da poesia e do poema nos estudos do urbano e da cidade.

4.3 Elaboração e estruturação dos textos

Com base nas avaliações procedidas, entendemos que as referências indicadas nas *Orientações Básicas para Elaboração dos Textos* muito auxiliaram na produção dos textos. Possibilitaram que seus conteúdos tivessem uma sequência quanto ao desenvolvimento e desencadeamento das ideias trabalhadas.

No início, os estagiários, apesar dos treinamentos acontecidos anteriormente, tiveram dificuldades no que se refere à compreensão do significado das *Orientações Básicas* no processo de elaboração dos textos, que sempre se deu com a presença dos professores/orientadores. As *Orientações Básicas* foram de fundamental importância para que os textos se coadunassem com as propostas do projeto. Nessa etapa, realizou-se o estudo de todos os textos anteriormente elaborados pelos estudantes do curso de Geografia. Houve, ainda, a escolha de alguns estudantes para que referenciassem a produção dos textos do projeto.

Os estagiários tiveram forte interferência na escolha final das músicas, poesias e poemas trabalhados. Influenciaram, também, nas temáticas abordadas nos textos. Nessa etapa do

Projeto, consideramos que a presença e intervenção dos professores/orientadores na condução das atividades deveria garantir a necessária flexibilidade na decisão quanto às temáticas desenvolvidas.

Tendo como referência as *Orientações Básicas*, os textos foram estruturados por partes, as quais correspondem aos itens das mesmas. Todos os itens foram sucintamente explicados e exemplificados para facilitar a elaboração dos textos, conforme pode ser observado a seguir.

Na elaboração dos textos, considerou-se o histórico da motivação para escolha da música, poesia ou poema. Eles também contêm a fonte utilizada, algum detalhe que envolva a produção do CD ou livro e o contexto em que foi produzido (época, momento político etc.). Em seu desenvolvimento, há considerações julgadas importantes para motivar o leitor a dar prosseguimento à leitura do texto que aborda a temática da cidade e do urbano. Em geral, foi também reproduzida a letra da música ou a transcrição da poesia ou poema, constando também a fonte consultada.

Inicialmente, foi considerado o potencial de utilização da música, poesia e poema no ensino. A pista foi a de dar sequência ao texto, procurando identificar as temáticas que o leitor poderá encontrar na música, poesia ou no poema escolhidos para ilustrar o seu texto. Essas temáticas deveriam se relacionar à cidade e ao urbano; e, se fosse necessário, isso poderia ser explicitado com trechos do material utilizado. Por exemplo: se no material houvesse indício de que um personagem foi buscar na cidade grande uma vida melhor, seria importante associar essa passagem com algo conceitual: a migração cidade-cidade, campo-cidade etc. A partir das informações de potencialidades do material escolhido, era necessário eleger a(s) temática(s) para o trabalho de reflexão.

Outro aspecto importante foi o da perspectiva teórica diante do(s) tema(s) escolhido(s) para reflexão. Quanto a esse ponto a indicação foi a de procurar explicitar uma postura teórica ante a temática escolhida. Por exemplo, ao se apresentar a discussão do tema da “migração”, seria importante expor a fundamentação teórica na qual ela se apoiava, seja no historicismo, na regionalização, na estatística etc.

Ao concluir o texto, seria importante apresentar propostas de sugestões quanto ao uso da música, poesia ou poema em sala de aula em termos de atividades possíveis de serem realizadas com os estudantes dos ensinos fundamental e médio. Isso aproveitando o conteúdo da música, poesia e poema, sobretudo em relação à(s) temática(s) adotada(s) para a reflexão. Por outro lado, seria importante indicar possíveis exercícios e também lembrar sobre materiais

ou equipamentos de apoio necessários.

As atividades propostas objetivaram atender as expectativas dos professores dos ensinos fundamental e médio, acreditando-se que a utilidade dos textos depende da possibilidade de se superar antigas práticas de ensino, em especial aquilo que tange aos conteúdos relacionados à cidade e ao urbano. A utilização dos textos como subsídios aos trabalhos de professoras e professores pode propiciar aos estudantes novas formas de pensar criticamente, criar, produzir etc., especialmente em sala de aula e no desenvolvimento de atividades extraclasse em relação aos conteúdos abordados nas aulas.

Por último, fez-se a indicação de um título para cada texto, que fosse sugestivo e pertinente ao conteúdo, tendo como ponto de partida. Esse título teve como objetivo a valorização da temática explorada em cada música, poema e poesia.

4.4 O tecido e seus textos

A seguir, apresentamos a relação dos textos produzidos, destacando a contribuição de cada um para a abordagem das temáticas relacionadas à cidade e ao urbano, assim como uma amostra de texto tomando como ponto de partida o “verso”, e outra tomando como ponto de partida a “canção”.

4.4.1 Menor Abandonado: “Uma Perspectiva Caótica à Margem das Cidades”

O texto faz uma reflexão sobre as condições de vida dos "menores abandonados" na cidade de Uberlândia por meio da poesia “Cumplicidade”, de Maurício Rosa de Almeida, poeta uberlandense. Uma das sugestões propostas é o trabalho de campo por meio da cidade, que percorre diferentes bairros e leva os estudantes a observarem e refletirem sobre os processos urbanos, os quais incrementam a cidade com “cenários”, “atores” e “enredos” diversificados.

4.4.2 O que é Des(ordem) no Contexto da Cidade e do Urbano?

Para analisar a cidade do ponto de vista dos conflitos e da violência que se travam no contexto urbano, utilizou-se a música *Desordem*, do grupo paulista Titãs, cuja letra retrata várias situações do cotidiano urbano: revolta popular contra a ação da polícia; fuga de presidiários, etc. Ao mesmo tempo, mostra, sob a ótica de uma outra ordem, o que leva à “desordem”.

4.4.3 Imagens Metropolitanas

O texto foi desenvolvido tendo como base o poema *O Fantasma*, de Erorci Santana, e mostra o papel das cidades nas diversas sociedades e os problemas enfrentados pelo homem que mora nas grandes cidades e metrópoles. Propõe ainda uma reflexão com os estudantes sobre a cidade em que eles moram.

4.4.4 Mobilidades Urbanas

O texto retrata a importância das migrações; as regiões brasileiras menos favorecidas e as questões sociais. Essas são algumas das temáticas que podem ser exploradas através da música *Cariribe*, interpretada por Fagner.

4.4.5 Passando por um Filtro Chamado São Paulo: Isto é Brasil

Para falar da cidade de São Paulo, com um olhar crítico, foi utilizada a música *Sampa*, de Caetano Veloso. O texto reflete acerca da cidade como grande centro cultural e de muitas oportunidades para estudo, trabalho, pesquisa e lazer. Trata ainda das desigualdades e contradições existentes nesse espaço urbano.

4.4.6 A Responsabilidade do Engenheiro na Construção da Cidade

Neste texto, foi utilizado o poema *O Engenheiro*, de João Cabral de Melo Neto, para mostrar a importância do engenheiro e de todos os trabalhadores em uma obra. Explora também os elementos da natureza (luz, sol, ar livre...) na produção do espaço da cidade.

4.4.7 Cenário Urbano

As transformações advindas da vida humana no contexto do meio ambiente, a evolução das áreas rurais em cidades e o “frenesi” em que se transformou a cidade são temáticas que integram o poema *Cidade*, escrito por Iara Machado Mendes, professora da rede estadual de ensino. Do poema, desenvolve-se uma reflexão sobre o meio ambiente diante do desenvolvimento das cidades e da importância da educação ambiental nas escolas.

4.4.8 Retratos da Cidade

Valendo-se da música *Alagados*, interpretada pelo grupo Paralamas do Sucesso, o texto trabalha, sob alguns aspectos, a realidade cotidiana da maioria das grandes cidades, e o faz, especialmente, no que se refere aos seus problemas sociais.

4.4.9 O Homem em Função das Bolsas

O poema *Hoste* destaca a agitação do mundo moderno ao abordar o consumismo criado pela vida contemporânea na sociedade capitalista. Utilizando o poema, o texto faz uma análise da sociedade capitalista, da Globalização e da agitação da vida do homem contemporâneo.

4.4.10 Ouvindo os Sons da Cidade nas Entrelinhas

A canção *Música Urbana 2*, de Renato Russo, foi utilizada para auxiliar na compreensão dos sons do cotidiano urbano. No texto, procura-se entender também quem são os promotores desses sons. Desse ponto em diante, são feitos vários questionamentos, que seguem caminho através da música. Violência, drogas, influência dos meios de comunicação, entre outros, são alguns dos temas abordados.

4.4.11 Literatura de Cordel : O Urbano em Prosa e Verso

Este texto mostra com base no poema *O que faz o nordestino em São Paulo*", a importância do urbano, em particular a cidade grande, retratada nos versos de um migrante.

4.4.12 Represando a Memória: Um Sobradinho em Nova Ponte

Para analisar a realidade nas antigas cidades que foram inundadas no Brasil com o objetivo de se construir barragens, represas e hidroelétricas, utilizou-se a música *Sobradinho*, interpretada por Sá & Guarabyra. Foram explorados, também, os depoimentos da população de Nova Ponte (Minas Gerais), notadamente dos moradores mais antigos. O texto aponta possíveis pontos positivos e negativos advindos da construção das usinas hidrelétricas e quais foram suas consequências para os habitantes, que precisaram abandonar suas casas e sua antiga cidade.

4.4.13 Cidade e Sociedade: a Complexidade da Vida Urbana

Utilizando a música *Selvagem*, do grupo Paralamas do Sucesso, o texto faz uma análise das desigualdades sociais e dos conflitos urbanos no Brasil. As atividades sugeridas têm como objetivo sensibilizar os estudantes para tais questões.

4.5 Apresentando textos tecido: uma amostra

A seguir, apresento quatro dos textos produzidos, sendo o primeiro e o segundo tomando como ponto de partida o “verso”, e o terceiro e quarto tomando como ponto de partida a “canção”.

4.5.1 Primeiro texto: *Menor Abandonado: Uma perspectiva caótica à margem das cidades*

Ao observar o crescimento que a cidade de Uberlândia vem alcançando nos últimos 10 anos, percebeu-se que, com o surgimento de novas indústrias, houve um aumento gradativo do comércio e uma maior oferta de trabalho. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento no âmbito cultural, econômico e, automaticamente, o crescimento populacional foram notáveis. Pode-se perceber que a associação de tudo isso se torna atrativo fundamental para que ocorra o fenômeno da migração; o que por sua vez termina por fazer surgir novos problemas, os quais a cidade nem sempre se encontra preparada para absorver e solucionar adequadamente. A falta de habitação e de saneamento básico, o desemprego, o aumento da criminalidade são alguns dos problemas que surgem.

Será destacado aqui o problema do “menor abandonado”. Caso sobrevivam, são meninos que, quando adultos, representarão diversos papéis na sociedade. No entanto, o que nos oferecem hoje é o perfil do brasileiro de amanhã.

Em virtude das questões referentes ao menor abandonado, selecionou-se a poesia *Cumplicidade* para ser trabalhada em sala de aula. O texto resultante aborda toda a problemática de forma crítica e se torna fonte de observação para que se possa analisar, por meio da arte literária, alguns aspectos relevantes que o tema traz em si. Assim, diante dessa poesia, torna-se necessário explorar o que ocorre em nossa realidade urbana: a marginalização sofrida por esses “menores abandonados”. Percebe-se que a situação em que eles se encontram é resultado de um emaranhado de fatores, perceptível no verso “As razões doentes”, que pode resumir as causas da existência do menor abandonado. São essas questões que fomentam a desumanização gradativa desses menores na sociedade.

A poesia *Cumplicidade* faz parte do livro *Contrastes*, de Maurício Rosa de Almeida,

publicado em outubro de 1996. Nele, encontra-se uma análise feita por um homem que nasceu no final da década de 1950 e que vivenciou e ainda vivencia as transformações ocorridas neste país e em sua cidade, Uberlândia:

CUMPLICIDADE

Na treva
A cidade acorda
E expõe seus versos
Nas vestes opacas
Das crianças nobres
Que se amontoam
Nas calçadas pobres
A esperar que a sorte
Lhes venha adotar...
E aos poucos
O sol clareia
As razões doentes
Que se assentam nuas
Sobre o chão das ruas
E apascentam as puras
Realidades duras
Que se deitam ali...
No brilho
A cidade dorme
E embala as dores
No **topor** dos homens
Que se digladiam
Ofuscados sobre
As calçadas podres...
E quando
A lua desperta
Logo se embebeda
Na ilusão deixada
Contesta
Mas resignada
Acoberta o crime

Ao deixar jogadas
 Nas calçadas nobres
 As crianças pobres
 Corrompidas
 Podres
 A esperar que a morte
 Lhes venha ninar!

Quando se analisa o sentido do vocábulo “cumplicidade” isoladamente, tem-se um determinado conceito (ato ou qualidade de cúmplice; pessoa que colabora ou participa com outrem de algum fato; parceiro); mas ao deparar-se com ele na poesia, percebe-se que o poeta procura revelar não somente aquilo que se pensa conhecer por ouvir dizer ou por ter visto nos livros e na televisão. Acima de tudo, ele revela um olhar clínico, que consegue nos remeter a uma percepção de que esses menores abordados na poesia não são só aqueles que encontramos nas ruas e nas praças (cheirando cola, fumando maconha, pedindo dinheiro, roubando as pessoas, lojas e casas para saciar a fome de comida, de carinho, de respeito e, também, para sustentar vícios); mas são aqueles que conseguem ser mais que um peso para a sociedade. Eles amedrontam pessoas, denunciam, com suas vidas, a hipocrisia vivida pela maioria da população; com suas ações, ainda frágeis diante do quadro oferecido pela presença do menor abandonado, colaboram para que a marginalização continue de forma caótica na vida das cidades.

Ao se aprofundar um pouco mais a análise da palavra “cumplicidade”, é fundamental salientar que tal vocábulo sempre existirá onde houver pessoas, pois todo relacionamento humano exige cumplicidade. E esta surge da comunicação, fator predominante e essencial nas relações humanas: o homem necessita comunicar-se para sua própria sobrevivência; é este um princípio básico segundo a psicolinguística.

Todavia, em dias atuais, é comum deparar-se com circunstâncias em que há frustrações e decepções, decorrentes da própria complexidade do homem, do misterioso mundo interior que nele existe. E como resultado de tudo isso, percebe-se que desde o diálogo familiar, primeira etapa do processo de comunicação, até o momento em que se observa em um nível mais amplo, nas relações de trabalho, por exemplo, encontra-se pessoas que, de maneira geral, ainda não conseguem se relacionar consigo mesmas nem com os outros. Dessa forma, quando se enfoca a realidade da relação menor abandonado e cidade, percebe-se que há, na forma de comunicação de ambos, a continuidade de aspectos de desprezo, esquecimento, fingimento,

bem como aspectos de proximidade e acolhida, mesmo que estes partam da ação de poucos, diante da maioria das pessoas que constituem a sociedade. Pode-se considerar que, de maneira sutil, há contribuição para a continuidade da situação do menor. Isso fica evidente se se atentar ao fato de que o governo, as entidades filantrópicas, empresas privadas, embriagadas no mundo capitalista, funcionam como agentes modeladores do padrão de comportamento do povo e, muitas vezes, fazem uso da mídia para tal objetivo. Dessa forma, não se consegue perceber alguma alteração concreta com relação a isso. Esta análise se torna evidente no verso “A cidade dorme e embala as dores...”, da segunda estrofe do poema, quando o autor revela-nos uma forma de ludibriar a população perante sofrimentos ou injustiça por parte de quem a governa.

Todo esse aglomerado de informações referentes ao “menor abandonado” é constituído pelas diversas atividades que uma cidade possui. Quando observa-se aquelas de caráter comercial, industrial, de entretenimento e as escolares, é possível comprovar que “o menor abandonado” não usufrui delas.

Dentre os que não possuem tais oportunidades, ressalta-se, aqui, o “menor abandonado”, que, na maioria das vezes, é mero espectador. É aquele que, apesar de tentar participar, está sempre como uma criança que sonha possuir um brinquedo, visto em uma vitrine de loja ou pela televisão.

Toda essa problemática apresentada é de cunho mundial. Contudo, há aqui a busca de uma nova consciência acerca da situação do menor abandonado. E pode-se também buscar uma motivação para que cada estudante, cada pessoa envolvida nessa empreitada possa quebrar as barreiras do preconceito e da marginalização que foram geradas pela sociedade.

A proposta de análise da poesia *Cumplicidade* é um ponto de partida aos estudantes do ensino fundamental e médio para a exploração do tema “menor abandonado”. Observou-se aqui todas as possíveis questões que podem ser levantadas sobre o tema. E acreditando no potencial destes estudantes, nos foi permitido, ao lado deles, descobrir valores e perceber as possíveis contribuições que podem nos fornecer em busca de solução para o tema “menor abandonado”. Assim, é possível ver no futuro uma nova sociedade, mais igual, mais justa e mais verdadeira em suas relações.

Para se aprofundar no contexto da poesia *Cumplicidade* e assim analisá-la, sugere-se algumas questões que podem ser trabalhadas pelos professores de diferentes áreas, tais como: Português, Geografia, História, Matemática, Literatura e outras. São sugestões sobre a marginalização existente entre os jovens e os menores de rua. Pode-se estudar, também, as

consequências que tudo isso pode gerar em uma comunidade urbana.

Sugestões. A seguir são apresentados alguns termos da poesia *Cumplicidade* que podem ser explorados em sala de aula. Tal atividade pode ser conformada ao tema “menor abandonado” e, também, às implicações que estes vocábulos e expressões podem trazer, quando relacionados com o que significam no texto, na sociedade e na vida de cada um dos estudantes:

- a. Calçados podres
- b. Razões doentes
- c. Treva
- d. Cumplicidade
- e. Calçados nobres
- f. Vestes opacas
- g. Embala as dores
- h. Acoberta o crime
- i. Nobres
- j. Brilho
- k. Embebeda
- l. Ninar
- m. Corrompidas
- n. Topor dos homens
- o. Deitam ali

- a) Questões que poderão ser pesquisadas e que poderão fornecer dados e informações aos estudantes.
 - Como se pode definir estatisticamente a proporção de “menores abandonados” no Brasil, no Estado e na cidade que você vive?
 - Que órgão ou instituição pode nos informar?
- b) Em sua cidade, quais são os pontos de maior concentração de “menores abandonados”? Por quê?

- c) Quais são as ações que a sua cidade propõe para acabar ou pelo menos amenizar a situação dos “menores abandonados”?
- d) Qual é o papel da sua escola em relação aos menores abandonados de sua cidade?
- e) O que o poeta sugeriu com o termo “digladiam”, no quinto verso da segunda estrofe ? Faça um paralelo entre o termo “digladiam” e os gladiadores do antigo império romano no que se refere à situação do “menor abandonado” e o governo.
- f) Como você vê os “marginalizados” em sua cidade? Reflita sobre esse vocábulo tendo em vista a situação dos “menores abandonados”.
- g) Existe alguma contribuição feita pelos “menores abandonados” para a sociedade? Explique.
- h) De acordo com a poesia, qual é a expressão mais forte que o poeta utiliza para poder retratar a situação do “menor abandonado”?
- i) Existe alguma referência ao governo e sua postura no que concerne à situação do “menor abandonado” citado na poesia? Comente.
- j) Qual é o papel da cidade em relação a “crianças pobres”, “crianças nobres” e “crianças podres”?
- k) Na poesia existe alguma cumplicidade? Quem são os envolvidos? Por quê?
- l) O “menor abandonado” é comum nos centros urbanos de nosso país. Para as autoridades públicas (prefeituras, polícias, governos), quem são estes menores? Como são vistos diante da cidade e o restante da população?
- m) Com base nas reflexões realizadas no estudo, qual é o nível de cumplicidade que a sala (turma) possui que possibilite realizar uma ação em prol dos “menores abandonados” de sua cidade? Crie algumas sugestões que possam ser encaminhadas a autoridades competentes e organizações não governamentais para resolução da problemática ligada ao “menor abandonado”.

Para além da sala de aula. Sugestões ao professor, à professora.

- a) Utilize versos do poema que possam ser ilustrados com fotos e artigos de jornais/revistas, filmes, música e oriente os estudantes para que eles realizem uma pequena exposição na escola, agendando um período para debates sobre o tema.
- b) Escolha fragmentos da poesia e separe a sala em pequenos grupos; direcione-os para que cada um possa se apresentar. Como sugestão, eles poderão trabalhar com teatro, música, cartazes, mímicas, jogos lúdicos, textos, palestras, improvisação e performances. Deverão estar livres para escolher, contanto que a escolha seja de conhecimento do professor, a fim de que se possa organizar melhor a sequência das apresentações.
- c) Organize com os estudantes um trabalho de campo, com o intuito de que todos juntos possam observar como é a vida dos menores. Se necessário, peça autorização a quem for de direito. Realize uma entrevista com alguns dos menores que forem encontrados e analise o resultado da pesquisa.
- d) Faça uma visita com os estudantes a instituições que colaborem com os menores fornecendo alimentação, vestuário e outras necessidades. Verifique a possibilidade de a escola, por intermédio dos estudantes, contribuir de alguma forma com estes grupos: seja através de alguma campanha de doações ou mesmo cadastramento da família, para posterior ajuda educacional e financeira.

As possibilidades de realização das sugestões aqui apresentadas estão a cargo do professor, ao se comprometer em fazer desta uma experiência dinâmica e real com os estudantes e a escola. Fica evidente que todas as questões levantadas são apenas um ponto de partida para a busca de reflexões mais profundas e de posicionamentos mais críticos que os estudantes poderão atingir. O professor poderá despertar no estudante e mesmo no corpo docente um repensar de valores que inclua a mudança de conceitos e preconceitos já antes estabelecidos na sociedade. Tal repensar, originado de uma poesia, pode redirecionar o rumo da história de vida, que estas reflexões podem nos trazer, de cada um dos que se envolverem no trabalho.

Fica a critério da escola comprometer-se com uma nova possibilidade de ação além da sala de aula. Cabe a ela aventurar-se pelas ruas e locais estratégicos da cidade, onde se fizer necessário um novo manifestar de atitudes de esperança para quem talvez já não tenha um motivo melhor para sobreviver.

Obra de referência.

Poesia: Cumplicidade

Fonte: Autor: Maurício Rosa de Almeida

Obra: CONTRASTES

Local da publicação: Uberlândia

Editora: Nova Editora e artes Gráficas

Página(s): 100

Ano 1996

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maurício Rosa de. *Contrastes – Poesias*. Uberlândia: Nova Editora e Artes Gráficas.

1996. p. 100.

MAY, Rollo. *O Homem à Procura de Si Mesmo*. 18. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

SPÓSITO, Maria Encarnação. *A Urbanização no Brasil*. São Paulo: Secretaria do Estado da Educação/SP. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1993. (Geografia – Série Argumentos).

4.5.2 O segundo texto: A Responsabilidade do Engenheiro na Construção da Cidade

É apresentado para estudo o poema *O Engenheiro*, de João Cabral de Melo Neto. Uma composição adequada ao estudo de temas inerentes à cidade. Sabe-se que vários profissionais são construtores da cidade, entre eles: o mestre de obras, o operário, o carpinteiro, o eletricitista, o encanador e o engenheiro. Há que se lembrar também da colaboração dos profissionais que não possuem diploma, mas que realizam o seu trabalho dignamente.

É importante pesquisar sobre a influência do engenheiro na construção do espaço físico para entender como esse espaço é organizado materialmente, ou, pelo menos, planejado. Existem várias engenharias: a mecânica, a nuclear, a química, a eletrônica, a de alimentos, a civil etc. O foco de análise escolhido neste trabalho de pesquisa é a engenharia civil, por ser a atividade mais próxima à realidade de professores e estudantes; afinal, diariamente todos

passam, em seu trajeto rotineiro, por alguma construção em andamento ou por obras prontas. Isso facilita a compreensão de alguns temas concernentes ao poema.

Ao se observar a cidade como espaço construído pelo homem, o engenheiro aparece na condição de criador substancial de tudo, ao lado dos pedreiros, serventes, mestres de obra, eletricitistas, encanadores, por exemplo. O engenheiro é o projetista; o homem que calcula a quantidade de ferro e de cimento a ser utilizadas, que avalia os outros materiais de que são feitas as grandes obras, bem como o impacto das construções sobre o solo e as fundações. O engenheiro também faz o trabalho de campo, o acompanhamento das atividades realizadas pelos diversos profissionais da construção civil; verifica se a obra está sendo executada de acordo com o projeto. O engenheiro é uma figura de destaque porque tem em suas mãos a responsabilidade de realizar uma obra. Apesar de os edifícios serem construídos com o suor de centenas de pessoas, é o nome do engenheiro que aparece nas placas de identificação da obra. É ele quem responde civilmente por qualquer defeito ou falha, tais como: rachaduras e infiltrações que a construção venha a apresentar no futuro.

A responsabilidade do engenheiro vai muito além do que se poderia julgar à primeira vista. Dele depende a qualidade da construção e, muito mais que isso, a segurança dos peões, da obra e dos futuros usuários da construção.

O poema escolhido foi escrito por João Cabral de Melo Neto em 1945, um autor cuja obra, “centrada no objeto, se guia pela contenção e economia verbal [...] e começa a predominar um ideal de rigor, de ordenação tão consciente quanto possível dos elementos linguísticos que se articulam no texto”. Os poemas de João Cabral de Melo Neto são diretos e tratam de temas simples. Esse autor analisa o espaço urbano sem rodeios e não usa de palavras desnecessárias; consegue ordenar várias ideias em versos curtos e inaugura uma fase de objetividade na literatura brasileira. Prova disso é a sua famosa "Morte e Vida Severina", obra que retrata os detalhes da vida do sertanejo nordestino, sua crença e sua luta para sobreviver à seca. Em "O Engenheiro", o poeta retrata, com lirismo, a atividade de um profissional que está presente na construção do espaço urbano:

O Engenheiro

A luz, o sol, o ar livre
envolvem o sonho do engenheiro.
O engenheiro sonha coisas claras:
superfícies, tênis, um copo de água.

O lápis, o esquadro, o papel;
o desenho, o projeto, o número:
o engenheiro pensa o mundo justo,
mundo que nenhum véu encobre.

(Em certas tardes nós subíamos
ao edifício. A cidade diária,
como um jornal que todos liam,
ganhava um pulmão de cimento e vidro).

A água, o vento, a claridade,
de um lado o rio, no alto as nuvens,
situavam na natureza o edifício
crescendo de suas forças simples.

Um olhar sob o poema. Em todo o poema *O Engenheiro*, identifica-se a presença da natureza; na primeira estrofe: “A luz, o sol, o ar livre / envolvem o sonho do engenheiro”, está claro que o engenheiro tem seu sonho envolto na luz, no sol e no ar livre, próprios dos ambientes em que a natureza se apresenta em sua constituição inicial, pura, e cuja existência no meio urbano se apresenta moldada socialmente pelo homem. A fumaça das indústrias e dos escapamentos dos carros prejudica a qualidade do ar das cidades, e a existência de grandes edifícios pode impedir que os raios solares atinjam o solo.

Também pode-se relacionar essa parte do texto com o lazer. O espaço de lazer de uma cidade é composto por esse trio: luz, sol e ar livre, que pode ser identificado mais contundentemente em praças, parques, jardins públicos e zoológicos. Esses são considerados os “pulmões da cidade”; representam um local livre de certos empreendimentos, onde se busca tranquilidade e ar puro. É importante o professor ressaltar que a vida nas cidades se torna impossível sem o lazer, por causa do ritmo imposto pela sociedade no trabalho, no trânsito e nas relações sociais em geral. Sem o lazer, o homem não se realiza integralmente como pessoa e tende ao automatismo e à somatização, o que desencadeia doenças como o “estresse”. A administração pública, consciente disso, traça projetos e regulamenta a implantação de bairros, tendo em vista a criação de áreas de lazer para a diversão do morador e da população em geral.

Nos versos “o engenheiro pensa o mundo justo, / mundo que nenhum véu encobre”, o poeta parece dar uma versão da transparência do trabalho do engenheiro e mostra que a sua atividade tem regras definidas, e seu campo de trabalho é bem delineado. Com essas palavras,

o poeta apresenta o engenheiro como o profissional que trabalha com a realidade palpável e não com o subjetivo, conforme o que acontece em outras profissões, como a do psicólogo e do professor.

O engenheiro, à primeira vista, é uma figura eminentemente urbana. É ele quem está incumbido de concretizar as edificações da cidade. É ele que transforma a natureza do local, incrustando nela obras que modificam o ambiente. São estruturas de concreto e outros materiais, e, assim, a cidade passa a ter também um “pulmão de cimento e vidro”. O instrumental de trabalho do engenheiro, “o lápis, o esquadro, o papel; o desenho, o projeto, o número” resume-se em ferramentas para a transposição de suas ideias e projetos para a realidade. O engenheiro almeja tornar a realidade um mundo abstrato, composto de números traços; construir novos espaços que permitam aos homens melhores condições de vivência e, ao mesmo tempo, dar margem à sua criação e renovação constantes. Saindo da ideia, seu projeto é materializado e se constitui em parte da cidade, no aspecto físico-construído do urbano.

É importante avaliar o quanto as construções – o aspecto material da cidade – influem na vida dos indivíduos. A existência maciça de elementos artificiais na vida do homem da cidade – cimento, piche, aço, vidro, PVC e outros – têm suas consequências. A falta de árvores no meio urbano diminui a oxigenação do ar e gera doenças respiratórias. A ausência de lazer ao ar livre provoca o “estresse”, grande mal dos dias de hoje e muito comum à vida urbana.

Nos versos "A cidade diária, / como um jornal que todos liam", percebe-se a rotina nas cidades, como um jornal diário, que traz notícias da vida na cidade e passa pelas mãos de pessoas. Desse modo, a cidade é conhecida por todos. O cotidiano urbano também é feito de atividades repetitivas nas indústrias e no trânsito, por exemplo.

Na última estrofe, destaca-se a importância da natureza na constituição da cidade: "A água, o vento, a claridade, / de um lado o rio, no alto as nuvens, / situavam na natureza o edifício / crescendo de suas forças simples". Aqui o poeta parece querer mostrar o edifício integrando-se à paisagem, cercado pelos elementos naturais. O edifício, como criação humana, é capaz de persistir às intempéries e ao efeito do tempo, mas as suas estruturas podem ser abaladas por inundações, vendavais e tremores de terra, dentre outras ações. Além disso, outros fatores podem fazer a obra do engenheiro ruir, tais como: falha de cálculos e falha na execução da obra.

Uma história real. O engenheiro depende, para o desenvolvimento de seu trabalho, de conhecimentos específicos sobre o solo, as rochas, as águas subterrâneas, a atmosfera, os depósitos formados de matéria orgânica. Esse profissional precisa conhecer a hidrologia, no

caso de trabalhos relativos à construção de barragens, e as características do terreno que servirá de base para o empreendimento. Assim, são muito importantes os dados sobre o comportamento das rochas e a capacidade do solo em absorver a água da chuva.

Por outro lado, também é muito importante conhecer a ação do mar, que “está incessantemente desgastando a terra ao longo do litoral dos continentes, e proporção de tal desgaste depende de vários fatores: da natureza, das rochas, do grau de agitação das águas, da existência das marés e correntezas” (SLATER, 1961, p. 97) e das águas marinhas.

Em resumo, o engenheiro é um profissional que faz a ligação entre as condições naturais do ambiente e a criatividade do homem, no que se refere ao planejamento e construção das obras que compõem o cenário urbano.

Também a qualidade dos materiais usados na construção é muito importante para o sucesso da obra. Um bom exemplo disso é o caso do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, que desabou em 1998. O proprietário da construtora do prédio, responsável pelos projetos do edifício, o Deputado Federal Sérgio Naya, foi julgado culpado pela tragédia que matou várias pessoas e deixou dezenas de famílias sem moradia. O parlamentar, por causa dos prejuízos causados, foi condenado a indenizar as vítimas e os parentes dos mortos. Após investigações, os peritos constataram que o material usado nos pilares de sustentação do prédio continha restos de outras construções e não apresentavam as características ideais para suportar a estrutura do prédio.

Sugestões ao professor e à professora.

É uma boa oportunidade de se utilizar o poema *O Engenheiro* em sala de aula, apresentando-o inicialmente para leitura individual silenciosa e depois em voz alta. Em seguida, o professor pode conversar com os estudantes para descobrir se algum deles tem contato com o tema: quais deles já visitaram uma obra ou acompanharam uma reforma, quais estudantes têm parentes ou conhecidos que trabalham na construção civil, se existe algum edifício sendo construído nas proximidades da escola etc.

Outra sugestão é organizar uma visita a um canteiro de obras onde eles possam ter contato com o ambiente da construção civil. Os estudantes podem fazer entrevista com o engenheiro responsável, com o mestre-de-obras e ainda elaborar um relatório sobre a visita, em

que relatarão a percepção que tiveram. Veja sugestões:

1. nome da construtora;
2. endereço da obra;
3. tipo de construção;
4. nome do engenheiro responsável;
5. número de empregados envolvidos na construção;
6. profissionais envolvidos na construção;
7. prazo previsto para o término da obra;
8. área construída;
9. volume/quantidade dos materiais empregados (ferro, cimento, areia etc.).

Acredita-se que essa atividade possa auxiliar na abordagem do poema em sala de aula e proporcionar a correspondência entre a teoria e a vida prática nas cidades. Com isso, pode-se possibilitar a análise das profissões ao longo desta pesquisa e o impacto ambiental das construções feitas pelo homem.

Obra de referência

Poema: O Engenheiro

Autor: João Cabral de Melo Neto

Obra: Os melhores poemas de João Cabral de Melo Neto

Local de publicação: São Paulo

Editora: Global Ed. e Distribuidora Ltda.

Página: 19

Ano: 1994

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SENAC. DN. *Formação e trabalho*. Davide Mota. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1997.
- SLATER, A. Crownley. *Geologia para engenheiros*. São Paulo: Lep, 1961.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, s.d.

4.5.3 O terceiro texto: *O que dê(s) no contexto da cidade e do urbano?*

Uma introdução, a desordem no contexto histórico. A música *Desordem* foi escolhida por se considerar sua letra muito importante para o estudo da cidade e do urbano. Também porque focaliza situações da vida na cidade e o comportamento das pessoas de várias situações, tais como: cidadãos em geral, presos, sindicalistas etc.

Muitas vezes, a lei e a ordem são contestadas, conforme essa música. Entretanto, a ordem é uma premissa muito importante para a manutenção da vida, sem a qual se torna impossível o desenvolvimento da cidade. Sem leis ou determinações comuns a todos, não é possível manter uma convivência digna entre os seres humanos. A música “Desordem” faz não só uma crítica à ordem social no Brasil, mas também uma investigação sobre o que, afinal, ela é.

Desordem foi composta por Sérgio Brito, Marcelo Fromer, Charles Gavin e gravada pelo grupo de rock Titãs, em 1987. A letra narra fatos ocorridos no Brasil na primeira metade da década de 1980. Alguns dos fatos citados na música são as fugas de presídios, as brigas entre torcidas rivais durante e após partidas de futebol e as greves. Nos dias atuais pode-se perceber que em nossa sociedade – mais de três décadas depois – persistem a desordem e os conflitos sociais causados por condições no mínimo semelhantes e, em certos casos, até agravadas. O contingente carcerário é muito grande e se aglomera nos presídios existentes; daí persistirem as fugas. Enquanto isso, a população desfavorecia, descontente com as condições de vida realiza protestos, manifestações e greves.

O grupo Titãs foi ferrenho em termos de crítica social na década de 1980, quando a música popular tinha no rock uma de suas bandeiras para manifestar o pensamento da juventude quanto à realidade do país, à luta de classes, às desigualdades sociais e de oportunidades.

A letra da música contextualiza um momento da sociedade; em seu conjunto, analisa desde a atitude dos cidadãos até a dos órgãos públicos. Há, também, uma consideração quanto

ao que pode ser definido por “Desordem”, e quem a identifica como tal. Vejamos o conteúdo da letra da música:

DESORDEM

Os presos fogem do presídio
Imagens na televisão.
Mais uma briga de torcidas,
Acaba tudo em confusão.
A multidão enfurecida
Queimou os carros da polícia.
Os preços fogem do controle.
Mas que loucura esta nação!
Não é tentar o suicídio
Querer andar na contramão?
Não sei se existe mais justiça,
Nem quando é pelas próprias mãos.
População enlouquecida.
Começa então o linchamento.
Não sei se tudo vai arder
Como algum líquido inflamável.
O que mais pode acontecer
Num país pobre e miserável?
E ainda pode se encontrar
Quem acredite no futuro...
Quem quer manter a ordem?
Quem quer criar desordem?
É seu dever manter a ordem,
É seu dever de cidadão,
Mas o que é criar desordem,
Quem é que diz o que é ou não?
São sempre os mesmos governantes,
Os mesmos que lucraram antes.
Os sindicatos fazem greve
Porque ninguém é consultado,
Pois tudo tem que virar óleo
Pra por na máquina do estado.

Quem quer manter a ordem?

Quem quer criar desordem?

Interpretando a Desordem. A música “Desordem”, de fácil compreensão, inicia-se resgatando imagens que passam na televisão e refletem a realidade da vida nas grandes cidades: fuga de presos, briga de torcidas em dia de jogo de futebol, revolta popular contra a polícia, enfim, várias situações em que imperam conflitos. Ainda hoje é possível assistir a reportagens de TV sobre fatos similares aos citados na letra, que podem ter como cenário qualquer cidade brasileira.

Os presos fogem do presídio

Imagens na televisão.

Mais uma briga de torcidas,

Acaba tudo em confusão.

A multidão enfurecida

Queimou os carros da polícia.

Já nos versos “Os preços fogem do controle. / Mas que loucura esta nação!”, é citada a situação econômica do país nos anos 1980 – a inflação galopante e os preços que fugiam ao controle do governo. Em uma tentativa de conter taxas de inflação que chegavam a 80% ao mês, o Ministério da Economia passou a planejar e colocar em prática, com o aval do governo federal, planos econômicos que visavam reorganizar o modelo econômico. Os planos, que se apresentavam capazes de reverter a crise econômica, sucediam-se a cada mudança de Ministro ou Presidente da República. Até o final da década de 1990, não se teve um plano que abarcasse o interesse da população por completo. Verifica-se a existência de algum controle sobre os preços dos produtos, notadamente, os de primeira necessidade, que, afinal, compõem a cesta básica da população carente. Ao mesmo tempo, o setor de prestação de serviços – médicos, telefonia, combustíveis etc. – utilizados pelas classes com maior poder aquisitivo apresentam aumentos esporádicos.

Nas palavras do ex-Ministro da Fazenda, Ernan Galveas, as estatísticas do PIB anunciadas pelo IBGE revelam que a situação econômica do final de 1998 não se agravou em 1999, mas a recessão continuou de pé:

Recapitulando: a economia crescia até outubro de 1997; com a crise asiática, o brutal aumento dos juros provocou a recessão em novembro e dezembro,

prosseguindo no 1º trimestre de 1998. Novamente a economia ganhou fôlego e cresceu no 2º trimestre, quando em agosto (crise da Rússia) dispararam os juros, retornando a recessão nos 3º e 4º trimestres. Neste 1º trimestre de 1999, a economia, embora com ligeira melhoria sobre o final do ano, ficou 1,0% abaixo do 1º trimestre de 1998 [...] As atividades econômicas continuaram cerceadas pelas taxas de juros e pela pesada carga tributária. Mas as taxas de juros caíram e a arrecadação fiscal aumentou, sem alterar o rumo dos acontecimentos. [...] O clima geral era de otimismo, apesar dos escândalos e da corrupção que vinham sendo constatados em importantes setores da vida nacional” (GALVEAS, 1999, p. 9-18).

Adiante, na música, vê-se citação sobre a justiça: “Não é tentar o suicídio / Querer andar na contramão? / Não sei se existe mais justiça, / Nem quando é pelas próprias mãos./ População enlouquecida./ Começa então o linchamento”.

Pela letra da música, o que se vê é o povo promovendo a desordem, ou, sob outra ótica, buscando uma nova ordem, ao aplicar sua própria justiça. Tratam-se de pessoas que já não acreditam na justiça pública, que não está aparelhada “para oferecer, em tempo hábil, o necessário respaldo” (SANTOS, 1992, p. 68). Segundo o Professor Milton Santos, a justiça no Brasil é morosa graças ao acúmulo de processos e falta de condições adequadas de trabalho. O povo resolve, então, aplicar suas próprias regras, vingando-se pessoalmente de um mal cuja punição caberia ao Poder Público através do judiciário.

Mas a ação do povo não representa a Justiça – norma reguladora do comportamento humano que consiste em dar a cada um aquilo que é seu. Poder-se-ia dizer que todo indivíduo tem a sua noção de justiça – aquilo a que tem direito –, e que a justiça para a multidão não é a mesma justiça para família de um linchado, e nem para ele próprio. Senão, quais motivos levariam essa pessoa a praticar o ato repugnado pela multidão enfurecida? De acordo com o professor Milton Santos, “certas comunidades desenvolvem ideologias particulares, reforçadas pelo espírito de clã que lhes parece indispensável à sobrevivência do grupo. [...] Substituindo a razão, a força funciona como um argumento respeitado pela ética do grupo” (SANTOS, 1992, p. 68). Assim funcionam os sistemas de vigilância nas favelas das grandes cidades, sob o comando de traficantes cujo objetivo é manter a polícia distante e controlar a vida dos moradores, de forma a garantir a continuidade do tráfico de drogas.

Nos versos “Não sei se tudo vai arder / Como algum líquido inflamável. / O que mais pode acontecer / Num país pobre e miserável?” fala-se em caos, dúvidas: essa sociedade irá arder em fogo? O que de pior pode acontecer num país pobre e miserável? Pobre em distribuição de renda; miserável em condições de vida, em infraestrutura e em necessidades básicas à

maioria da população: atendimento médico eficiente, transporte adequado, moradia digna, ligações de água e esgoto, vagas nas escolas públicas. Se considerar que “atualmente cerca de $\frac{3}{4}$ da população nacional vive em áreas urbanas [...] e que a modernização do país multiplicou os violentos contrastes que já caracterizavam a sociedade brasileira” (PORTELA; VESENTINI, s.d., p. 29-30), a vida nas cidades torna-se, então, calamitosa e agrega-se, aos fatores citados, o desemprego.

Com tantas necessidades não atendidas, acontecem reações cada vez mais violentas – as chamadas convulsões sociais – por parte dos desfavorecidos, que, sem condições dignas de sobrevivência, aumentam nas cidades. Trata-se de uma multidão de subempregos (catadores de papel, de latas de refrigerante etc.), de mendigos, de menores abandonados e de andarilhos.

Em contrapartida, a multidão cobra uma atitude das autoridades, visto que a classe média também usufrui de serviços públicos que se encontram deficitários, tais como: a saúde, a educação e o transporte.

A letra da música cita ainda o otimismo de certas pessoas, que persistem acreditando no futuro, apesar de saberem das condições de pobreza em que tantos são obrigadas a viver: “E ainda pode se encontrar / Quem acredite no futuro.../”.

O refrão “Quem quer manter a ordem? / Quem quer criar desordem?”, por outro lado, parece questionar acerca dos possíveis beneficiários diante do surgimento de determinadas situações; a quem interessa criar ou montar uma situação de revolta? Para os professores José Willian Vesentini e Fernando Portela (s.d., p. 32), nas condições de autoritarismo político e de falta de democracia, “a violência policial é intensa sobre os mais pobres, as decisões de cima para baixo são norma rotineira em quase todos os setores da vida nacional, o que provoca, inevitavelmente, o domínio do mais forte, do mais poderoso”, que tenta manter a ordem nacional.

A ordem citada pelos autores pode ser aquela relacionada à paz e harmonia dentro dos grupos humanos. Já a “desordem”, para uma parcela da sociedade, é vista como balbúrdia e ameaça à vida nas cidades; mas para outra, envolvida diretamente nos conflitos, a “desordem” representa uma alerta para uma situação social que precisa ser revertida. Esse é o caso de manifestações de grupos organizados, dentre eles: sindicalistas e estudantes. O grupo dos Sem-Terra é um exemplo de organização cujo objetivo é conseguir um pedaço de chão para plantio de subsistência e estabelecer, com isso, a justa distribuição de terras a quem precisa – a ordem. Numa dialética, a luta desse grupo atinge os interesses dos proprietários de terras, na medida

em que eles entram como invasores em terra alheia e instalam uma desordem generalizada:

O problema é que o brasileiro pobre é pobre de verdade. Isto é, ultrapassa os padrões aceitáveis pela comunidade internacional. [...] Os mais recentes estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA sobre o grau de desigualdade revelam que o ganho médio dos 10% mais ricos da população é 30 vezes maior do que o dos 40% mais pobres. [...] Segundo uma análise dos pesquisadores do IPEA, Ricardo Paes de Barros e Miguel Foguel, 37% dos brasileiros vivem em famílias com renda per capita inferior à linha de pobreza nacional. Isso corresponde a um universo de 60 milhões de pessoa. (RODRIGUES, 1999, p. 19-20).

Conforme o artigo da jornalista Hila Rodrigues, a área social no Brasil recebe 20,9% do Produto Interno Bruto, algo que faz o país se destacar entre as nações que mais destinam recursos a essa área. Entretanto, há uma desigualdade na distribuição dela. De acordo com estudos do IPEA (apud RODRIGUES, 1999, p. 19-20), "20% dos mais ricos do país ficam com 78,9% de todo o dinheiro que o governo investe em bolsas de estudo, enquanto que os 20% mais pobres detêm não mais que 3%. E não é diferente com as aposentadorias e pensões. Os 20% mais ricos abocanham 65,1% dos benefícios, ao passo que os 20% mais pobres ficam com os 2,4%". Essa desigualdade na distribuição do bolo de recursos sociais contribui para que continuem existindo os casos de renda abaixo do limite de pobreza nacional.

Nos próximos versos da música: "É seu dever manter a ordem, / É seu dever de cidadão, / Mas o que é criar desordem, / Quem é que diz o que é ou não? / São sempre os mesmos governantes, / Os mesmos que lucraram antes", fala-se no papel do cidadão que tem direitos civis e políticos, bem como deveres no contexto da sociedade. Questiona-se quem, na sociedade, identifica a ordem, e, afinal, o que ela é. De acordo com a letra da música, os governantes definem o que é a ordem e são eles que sempre lucram com a situação vigente, contra a qual o povo se rebela. Nessa interpretação, é o povo quem faz a desordem, ao se manifestar contra as decisões do governo. Isso leva a crer que a saída de quem está no poder é punir a revolta popular para que tudo permaneça como está.

Nos versos seguintes: "Os sindicatos fazem greve / Porque ninguém é consultado", os sindicatos organizam os trabalhadores para protestar contra mudanças no setor produtivo, por não terem o direito de discutir a conveniência dessas mudanças e o seu alcance sobre os trabalhadores.

Ainda no que se refere à análise sobre a situação do Estado – o governo como um todo, Executivo, Legislativo e Judiciário –, cabe ressaltar os versos "tudo tem que virar óleo / Pra pôr

na máquina do estado”. Se for considerado que o óleo que faz a máquina girar são os tributos que alimentam as contas do governo, então é possível depreender que os autores podem estar se referindo aos impostos e outros recolhimentos obrigatórios, pois é mediante a contribuição tributária de empresas e de pessoas físicas que o governo pode promover ações de melhoria nas cidades, beneficiando toda a população. O Estado, visto como máquina – entidade ou organismo complexo – tem o papel de coordenar os vários setores da sociedade. No entanto, ao passo que institui uma política e um sistema econômico para sanar dificuldades, percebe-se que algumas medidas não agradam à totalidade dos habitantes, que se manifestam por meio de greves, passeatas e atos públicos.

O refrão repetido ao fim da música, “Quem quer manter a ordem? / Quem quer criar desordem?”, leva-nos a um raciocínio quanto a quem interessa manter a ordem vigente – aos políticos e às classes favorecidas pelo sistema socioeconômico existente – e quem quer criar “desordem” – os menos favorecidos e os manifestantes dos protestos.

Caso os conflitos na sociedade sejam pensados mais profundamente, será possível ver que existem revoltas populares, mas que também há muita desordem provocada por pessoas de classes mais elevadas que, aparentemente, não têm motivo algum que a justifique. Como exemplo pode ser citada a violência entre jovens de classe média/alta nas grandes cidades, tais como: Rio de Janeiro, onde as gangues de jovens lutadores de *jiu-jitsu* são apelidados de “pitt boys”, em referência a seus cães de estimação da raça *Pitt Bull*, animais extremamente violentos, capazes de atacar e matar pessoas sem motivo algum, a não ser um instinto brutal. Esses jovens são causadores de distúrbios urbanos, pois promovem brigas nas ruas e envolvem-se em crimes. Isso mostra a prática da desordem através de outro prisma e que, também, é preciso buscar o conhecimento sobre os motivos que os levam à rebeldia, à violência e à destruição, insurgindo-se contra regras da sociedade.

Caminhos para compreensão da Desordem. A música *Desordem*, além de ser interrogativa, tenta apontar caminhos para a compreensão acerca da desordem nacional; ou seja, as causas das brigas, da violência no campo e nas cidades e dos linchamentos.

Em dicionários da língua portuguesa, a palavra ‘desordem’ significa: “desarranjo, confusão, desalinho, desvairamento, motim, rixa”. Segundo Bérqson (in ABBAGNANO, s.d., p. 730), em sua análise no dicionário de filosofia, há uma “função positiva da noção de desordem. Ela não exprime a ausência absoluta de ordem, mas só a ausência da ordem *procurada* e a presença de uma ordem diferente”. Relacionando essa teoria à interpretação da música *Desordem*, procura-se uma ordem representada pela obediência a um sistema

econômico e de governo, que nem sempre é justo e igualitário a todos; mas o que se encontra são manifestações populares que apontam para a necessidade de mudanças. Em outras palavras, o povo tenta colocar uma ordem *diferente*, chamar a atenção para a importância de instaurar um sistema que proporcione modo de vida mais digno a todos e não somente a alguns – a quem a atual ordem nacional agrada. Por isso, as massas se agitam, e ocorrem às brigas, as revoltas, os crimes, a violência.

Por outro lado, o conceito de cidadania "só pode ser sustentado pela atividade política – pela noção de que fazemos, todos, parte de um espaço público que define nossos direitos e deveres"¹¹. Se existem direitos, o cidadão também precisa cumprir com seus deveres e estar ciente de sua contribuição à comunidade por intermédio da interação com o grupo, do respeito às diferenças e do convívio com a pluralidade.

Segundo Thomas Hobbes, a existência do Estado é necessária para conter os interesses particulares, uma vez que no vigor da liberdade individual instalar-se-ia o conflito. Para o filósofo, o homem, em seu estado de natureza, teria direitos sobre tudo, e isso geraria guerras intermináveis para verificar-se a quem realmente fariam jus as melhores oportunidades.

Ao se recuar no tempo para analisar os interesses individuais e a posição do Estado, vemos que este já atuou de modo mais forte no apoio ao trabalhador, e que hoje o sistema econômico está reduzindo os benefícios conquistados:

Por volta de 1950 os efeitos do liberalismo econômico eram bem claros para todos. Estava evidente que a lei do mercado só era capaz de assegurar o bem-estar daqueles que já o tinham de sobra e que não se podia deixar apenas aos sabores do mercado o desenvolvimento do Estado. Nesse cenário, políticos liberais ingleses e norte-americanos passaram a aceitar a intervenção estatal como forma de superar injustiças sociais e promover o desenvolvimento. O Estado do bem-estar social, *Welfare State*, combina liberalismo político com intervenção estatal na economia e cria a maior parte dos mecanismos de proteção aos trabalhadores que hoje os neoliberais combatem: previdência social, sistemas de saúde, licença-maternidade, seguro-desemprego, férias remuneradas, 13º salário etc. (SENAC, 1997, p. 46).

Hoje se passa por governos neoliberais que tentam acabar com as conquistas do chamado governo “paternalista”, o que parece ser decorrente da própria economia globalizada, que condiciona pessoas e empresas à competitividade desenfreada. Isso significa que população se vê cada vez mais entregue à própria sorte, e o desemprego e outras causas contribuem para

¹¹ ARBEX JR., José. Barbosa e Salete, história sem fim. In: *Revista Caros Amigos*, fevereiro 1998, p. 10.

a existência de rebeliões. Nesse sentido, a conclusão a que se pode chegar é que há poucas políticas que pretendam melhorar efetivamente as condições de vida da grande maioria da população, especialmente no que tange à ampliação dos postos de trabalho, remuneração do trabalhador e redistribuição de renda em geral.

O país mudou bastante nas últimas décadas; deixou de ser rural e agrário para se tornar urbano e industrial. Com sua modernização, houve “uma rápida industrialização acompanhada por um intenso êxodo rural gerador da urbanização” (PORTELA; VESENTINI, s.d., p. 29) que culminaram no inchaço das cidades. Em vez de evoluírem num crescimento ordenado, os municípios passaram a apresentar cinturões de pobreza: favelas formadas por imigrantes da zona rural ou de outras cidades em torno de centros comerciais. Tal fato implica que as cidades não estão em condições de atender aos requisitos do seu crescimento populacional no que se refere à infraestrutura e às condições de vida para a população.

Existe, portanto, a necessidade de se criar políticas públicas que ataquem a raiz desse colapso atual, numa tendência mais socialdemocrata que liberal, de modo a levar maior equilíbrio às relações sociais que se configuram no espaço urbano. No dizer de Bolívar Lamounier (s.d., p. 26-28), “social-democracia é uma reforma social dentro do capitalismo. É uma corrente política que luta por melhor distribuição de renda e pela redução das desigualdades sociais, mas aceita a economia de mercado”. Conforme o artigo de Lamounier (s.d., p. 28), uma política de melhoria social no Brasil

não é tarefa para um só partido, [...] mas para uma coalizão ampla, que precisa ser sustentada durante um longo período, dada a dimensão e a profundidade de nossas desigualdades sociais. Depende de um esforço político a ser feito não apenas pelo governo federal mas também pelos estados e municípios. E não apenas pelo Executivo, mas também pelo Legislativo, sem dispensar um esforço também substancial de modernização e arejamento do Judiciário”.

Sugestões para a professora e o professor. A fim de realizar um trabalho em sala de aula, o professor poderá promover a audição da música e a discussão da letra com os estudantes.

Torna-se importante avaliar a diferença entre as músicas que tocavam na década de 1980 e as que têm sido executadas em fins dos anos 1990. Pode-se fazer uma referência às décadas passadas, quando a música era veículo de um determinado tipo de protesto, especificamente da juventude. A partir de 1988, a música sertaneja começa a invadir o mercado e chega às FMs, que, até então, só tocavam rock, MPB e canções internacionais. Pouco depois, impõem-se o “axé music” e o “pagode”. O rock passou, então, por um período de sumiço nos anos 1990, para

retornar às emissoras de rádio sob a forma de regravações de sucessos antigos e mesmo de novas composições nesse final da década. Hoje as emissoras, após uma época em que imperaram a música sertaneja e o pagode, estão redescobrando o rock. Nesse sentido, os estudantes podem ser levados a desenvolver várias atividades de análise e pesquisa.

1 – Avaliação do conteúdo de músicas dos anos 1980 e 1990

a) Relacionar as músicas que estão fazendo sucesso atualmente, de acordo com as emissoras de rádio e programas de TV, e classificá-las conforme o ritmo: samba-pagode, rock, sertaneja, romântica. Em seguida, o estudante deve escolher uma música e escrever a sua letra. Depois, divididos em grupos, os estudantes irão confrontar as letras e verificar se alguma faz alusão ao tema “a cidade e o urbano”.

b) Com base no trabalho realizado anteriormente, o estudante pode verificar se as letras das músicas atuais, que citam a vida nas cidades, revelam preocupações semelhantes às da música “Desordem” – violência, justiça e pobreza. Caso contrário, qual é o tema central explorado pelas músicas escolhidas?

c) Após esse trabalho, o professor pode fazer o fechamento do estudo sobre a música *Desordem*, com uma análise da diferença de enfoque existente nas músicas dos anos 1980 e nas músicas dos anos 1990 (que já não fazem crítica à sociedade da mesma forma que na década anterior), tendo por base também os próprios trabalhos dos estudantes.

2 – Trabalho de pesquisa em jornais

Procurar em jornais, notícias de revoltas ou conflitos na cidade (rebeliões em presídio, briga em estádios, linchamentos, confusões, crimes). Discutir e analisar a notícia com os estudantes e verificar as causas desses conflitos:

- a) carência de meios para sobrevivência (alimentos, abrigo);
- b) más condições de vida (em presídios, abrigos, entidades responsáveis por menores);
- c) rebeldia de jovens de classe média-alta;
- d) tumulto decorrente de aglomerações de pessoas;
- e) movimento feito por grupos organizados.

Obra de referência

Música: Desordem

Autor: Sérgio Brito, Marcelo Fromer e Charles Gavin

Intérprete: Titãs

Nome do LP: Jesus não tem dentes no país dos banguelas

Número da Faixa: 3, Lado: A

Produtora: BMG ARIOLA DISCOS Ltda.

Distribuidora: WEA DISCOS Ltda.

Local: São Paulo

Ano: 1987

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 30.

ARBEX JR., José. Barbosa e Salete, história sem fim. In: *Revista Caros Amigos*, fevereiro 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GALVEAS, Ernane. Síntese da Conjuntura – Atividades Econômicas. In: *Carta Mensal*. Confederação Nacional do Comércio. Vol. 45, número 531. Rio de Janeiro: Cia Editora e Gráfica Barbero, junho/1999.

LAMOUNIER, Bolívar. Tudo pelo Social? In: *Brasil em Exame 98*. São Paulo: Editora Abril, nº 673, 1998. Encarte da Revista Exame.

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José W. *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Viagem pela Geografia).

RODRIGUES, Hila. Pobreza de espírito. In: *Revista O Estado de Minas Economia*. Minas Gerais, nº 17, set./99. p. 18-27.

SANTOS, Milton. *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1992.

SENAC. DN. *Formação e trabalho*. Davide Mota. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1997.

4.5.4 O quarto texto: *Mobilidades Urbanas*

O quarto texto tem como referência a música *Cariribe*, interpretada pelo cantor Raimundo Fagner, faz parte do disco *Bateu Saudade*, lançado em 1991. Fagner dedicou esse trabalho ao falecido cantor nordestino Luiz Gonzaga. A letra de *Cariribe* conta a estória de um nordestino que tem orgulho do lugar de onde veio: o *Sertão Cariri*. Mostra ainda que foi na construção civil que esse nordestino (assim como a maioria dos migrantes vindos do nordeste) encontrou sua forma de sobreviver. Grande parte dos migrantes, em virtude da falta de estudos, geralmente desempenha, nos grandes centros urbanos, atividades que não exigem escolaridade, tais como: mestre de obras, servente de pedreiro, pedreiro. As mulheres trabalham de domésticas.

O nordestino, de acordo com a música, tem consciência de sua importância na história das cidades, das grandes metrópoles. “Construí São Paulo e Rio” / “A capital e o interior”. Sabe, também, que seu trabalho de construtor de edifícios, escolas, etc. nem sempre é valorizado, conforme denunciam outras letras: “Sou operário, ele é doutor”.

Na sociedade, registra-se ainda a discriminação entre as profissões; porém, todas são importantes no espaço urbano. O pedreiro constrói e reforma a cidade; o engenheiro a planeja; o advogado defende os interesses urbanos; os geógrafos/ecologistas, dentre outras coisas, defendem a natureza: ambos têm igual importância. Infelizmente, operário e doutor nem sempre têm consciência da importância de cada profissional.

Essa música cantada por Raimundo Fagner tem um ritmo bastante alegre e agradável de ouvir, a exemplo da maioria das músicas nordestinas que fazem sucesso em diversas regiões brasileiras. Pelo que foi mencionado, *Cariribe* foi considerada excelente material a ser explorado em sala de aula:

CARIRIBE

Sou lá do sertão Cariri
Sou lá do sertão de Orós
Será lá e daqui,
Em todo canto e lugar eu solto a voz.

Sou Zé de baixo, Zé de riba
Paraíba e cantador
Trabalhador na construção civil
Sou operário, ele é doutor
Construí São Paulo e Rio
A capital e o interior

Tá bom, tô, pra que dizer
Tô bom, mais não tô
Tanto como tu
Tá bom tô, que nem tatu
Debaixo do buraco do metrô

Sou lá do sertão Cariri
Sou lá do sertão de Orós
De lá e daqui
Em todo canto e lugar eu solto a voz

Sou bom de farra, bom de briga
Fruta seca, cai no chão
A cigarra e a formiga
A seca e a inundação
Ronco de fome e a barriga
Eu vou á luta, eu quero pão

Sou lá do sertão Cariri
Sou lá do sertão Caicó
Tô na contramão
Tô de volta ao meu Bodocó

Valendo-se da música *Cariribe*, pode-se discutir várias questões a respeito do Nordeste; sobretudo aquelas relativas à: cultura, política, sociedade, infraestrutura, saúde e outros temas do nordeste, bem como suas influências nas demais regiões brasileiras. Os aspectos físicos da região, também, podem ser destacados: o relevo e sua importância para o clima do Nordeste, o tipo de vegetação, o solo etc.

Uma reflexão que pode ser feita diz respeito às políticas e campanhas realizadas há vários anos no Nordeste, mas que não conseguem resolver os problemas, especialmente, os gerados pela seca. É importante analisar, também, as relações políticas e sociais que permeiam a questão da migração. Discutir as iniciativas que já foram tomadas pelo Governo Federal com relação ao desenvolvimento das regiões menos favorecidas, tais como: Norte e Nordeste. Deve-se refletir sobre como os diversos escalões do poder podem ser cobrados e como a população pode se organizar a fim de reivindicar melhorias a suas cidades.

O Nordeste ainda é um ótimo exemplo de área de expulsão de grandes massas de população ativa. A maioria de trabalhadores jovens que não encontram trabalho em seu local de origem busca oportunidades em outras áreas/regiões (áreas de atração). Nem sempre tais pessoas conseguem atingir seus objetivos: vencer em outro lugar, fugir da miséria, da seca, do desemprego etc.

As migrações no Brasil não são um fato recente. Elas ocorrem desde a época colonial. Após a abolição da escravidão, a mobilidade espacial da população aumentou, uma vez que o trabalhador livre ou assalariado podia deslocar-se à vontade pelo território.

A economia brasileira, durante a sua história, caracterizou-se por suas fases e ciclos. Assim, identifica-se as fases da cana-de-açúcar, da mineração, do café, da borracha, etc. O período áureo de cada produto sempre necessitou de mão-de-obra, o que trouxe à região produtora grandes contingentes de pessoas/trabalhadores, provenientes de outras regiões do país. Segundo Costa (1971, p. 07):

Em épocas relativamente recentes, é fato sabido, ocorreram no Brasil três grandes movimentos migratórios, sendo de particular importância o êxodo do Nordeste para a Sul, com intensa concentração em São Paulo e no Paraná, antes e depois da II Guerra Mundial, a marcha para o Oeste, com o encaminhamento de massas rurais para o Oeste sobretudo para Goiás e Mato Grosso e, finalmente a construção de Brasília [...].

O movimento migratório verificado no Brasil, tratado aqui, partiu da região Nordeste rumo aos grandes centros do sudeste.

Tal movimentação populacional nessa direção, a partir da década de 1960, deve-se, acima de tudo, ao crescimento econômico da região Sudeste. O destino inicial era as oportunidades de trabalho nas plantações de café; posteriormente, na indústria. Por outro lado, a desconcentração populacional da área de expulsão teve como uma das principais causas o declínio econômico do Nordeste, perante uma menor procura internacional por seus produtos agrícolas tradicionais de exportação, e a estagnação de seu setor industrial. Na década de 1980, segundo o censo da época, mais de 40 milhões de brasileiros residiam fora de seus municípios de nascimento. Várias foram as razões dessa elevada mobilidade, a começar pelas grandes diferenças espaciais do país; no entanto, a mais importante residiu na estagnação econômica de muitas áreas, combinada com atrativos que outras puderam oferecer.

Os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e a região centro-oeste constituíram as áreas de maior atração e acolheram grande parcela dos imigrantes do país. O Rio de Janeiro, no entanto, diminuiu sua importância nos últimos tempos graças ao crescimento de São Paulo, Paraná e, particularmente, do Centro-Oeste e Amazônia.

Destacou-se ainda, na região Sudeste, o Estado de Minas Gerais, que, desde a década de 1970, vem passando por um processo de desconcentração espacial. Matos (1996), estudando a migração em Belo Horizonte, afirma que existem fortes evidências sobre o processo de desconcentração espacial, o que caracteriza, assim, um outro processo: o da migração de retorno (o migrante retorna para sua terra natal).

As causas desta reversão, ainda no dizer de Matos, podem ser resultado de vários fatores. Dentre os quais, ressalta-se as deseconomias de escala, o incremento dos custos imobiliários para as empresas e população, a queda na qualidade de vida e o aumento do déficit em infraestrutura e serviços. Alia-se a isso o apoio do governo, mediante políticas e ações que encorajam a produção descentralizada, acima de tudo, nos segmentos industriais intensivos em solo urbano.

Com base nessas constatações, observou-se que o quanto o tema migrações pode ser explorado e debatido em sala de aula e acredita-se que a música pode contribuir para o desenvolvimento da análise crítica do estudante.

Ao desenvolver seu trabalho, o professor deve buscar recursos pedagógicos que conduzam o estudante ao entendimento dos processos migratórios. Para tanto, poderá utilizar vídeos, jornais, filmes, pesquisas, entre outras fontes, com o intuito de tornar as atividades e discussões mais interessantes e criativas.

Orientações:

- a) A música deve ser ouvida atentamente pelos estudantes.
- b) A música deve ser cantada por todos, e a letra, discutida em seus vários aspectos. Essa atividade pode ser interdisciplinar e ter a contribuição da área de Português e Artes no planejamento das aulas e na elaboração das atividades em sala de aula.
- c) Elabore e entregue um roteiro aos estudantes com as seguintes atividades:
 - 1) de acordo com a música *Cariribe* e com as discussões feitas em sala, responda com suas palavras as questões abaixo:
 - a) O que leva uma pessoa a se deslocar de sua cidade natal para regiões desconhecidas?
 - b) Como você interpretou a frase “Sou operário, ele é doutor”?
 - c) Como o autor se posiciona quanto à sua situação de nordestino na cidade grande?
 - d) Em sua opinião, quais são as dificuldades encontradas pelos migrantes em sua adaptação em outras localidades regionais?
 - e) Como você imagina o imigrante nordestino nos grandes centros regionais? Desenhe o que você pensou.
 - f) Você acredita que o migrante nordestino tem como maior opção trabalhar na construção civil? Justifique sua resposta.
 - g) O que o autor quis expressar com a frase “que nem tatu, debaixo do buraco do metrô”?
 - h) Você acredita que há verdadeiro interesse político em solucionar os problemas de regiões menos favorecidas para diminuir, assim, o problema da migração? Justifique.
 - 2) De acordo com tudo o que foi visto e discutido em sala de aula, produza um texto que centralize o tema migração. Dê um título a ele.
 - 3) Desenvolva um trabalho em grupo em que a distribuição de tarefas caberá ao coordenador de cada grupo. Os estudantes deverão fazer um levantamento da

quantidade de migrantes que entraram em suas cidades nos últimos dois anos. O trabalho deverá conter os seguintes itens:

- ✓ quantidade total ou aproximada de homens / mulheres migrantes que entraram em sua cidade durante o período delimitado acima;
- ✓ qual a situação do migrante nordestino ou de outras localidades regionais na cidade pesquisada;
- ✓ qual contribuição proveniente do migrante ao desenvolvimento da cidade em que você mora;
- ✓ qual o percentual de migrantes eleitores em sua cidade;
- ✓ qual é a representatividade de migrantes nas agências de emprego da sua cidade;
- ✓ qual é a representatividade de migrantes que têm negócios próprios com relação à quantidade de habitantes na sua cidade;
- ✓ qual é a representatividade de migrantes nas escolas de 1º, 2º, 3º graus de sua cidade?

O trabalho de pesquisa de campo exige muito tempo, por isso, deve-se dar um prazo maior para que os estudantes possam fazer o levantamento de todos os dados e organizar o trabalho. A discussão do trabalho deve ser realizada em sala de aula, mas a socialização pode se estender a toda escola.

Obra de referência

Música: Cariribe

Autores: Moraes Moreira e Luiz Paiva

Intérprete: Raimundo Fagner

Nome do CD – Bateu Saudade

Produtora: BMG Arabela/ Warner Chapell

Distribuidora: BMG Arabela/ Warner Chapell

Local: São Paulo

Ano: 1991

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COSTA, Manuel A. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, *IPEA/INPE*, 1971. Monografia nº 5.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio B. Migrações internas no Brasil: 72-1970. São Paulo, *INPE / ENPq*, 1984.

MATA, Milton et. al. Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: *INPEA/INPES*, 1973. (Col. relatórios de pesquisa).

MATOS, Ralfo. Migrações em Belo Horizonte: Desconcentração espacial e exclusão. *Geografia*, Rio Claro, Vol. 21 (1): 153-173, Abril, 1996.

CAPÍTULO 05

SABERES EM CONEXÕES: interdisciplinaridades

O presente capítulo discute as experiências vivenciadas no desenvolvimento do Subprojeto Ações 14 “*Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia (Geografia)*”, vinculado ao *Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares – UFU – 2010 / 2011*¹². Para melhor entender o Programa na UFU, e o Subprojeto Ações 14, é importante expor sobre o que era em termos nacionais o “*Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*”.

O Governo Federal na perspectiva de contribuir para o enfrentamento das situações de privação em que se encontravam alguns grupos sociais, por intermédio do Ministério da Educação – MEC, instituiu, por meio da Portaria 01/2006 o *Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, visando uma política educativa que promovesse a formas de equidade, e vinha sendo realizado, até 2010, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD, e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Em termos de objetivos gerais o Programa se propunha a: implementar ações articuladoras entre os saberes e fazeres acadêmicos e populares, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com o intuito de contribuir de forma direta para: a formação política dos estudantes de origem popular; a sua permanência na universidade; o reconhecimento da importância da troca desses saberes e fazeres; concretização e a valorização da participação desses estudantes na formação dos membros das comunidades envolvidas; a continuidade da formação educacional dos universitários; e para destacar a importância do ingresso e permanência na universidade; promover a integração interinstitucional, multidisciplinar, interdisciplinar e o relacionamento multiprofissional, além de incentivar os estudantes do ensino superior a se envolverem criticamente com a atividade científica e multidisciplinar, reconhecendo a indissociabilidade da extensão com a pesquisa e o ensino; contribuir para a melhoria da

¹² Este projeto foi desenvolvido em colaboração com a Professora Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio, do Instituto de Geografia da UFU e do Professor Dr. João Carlos de Oliveira da ESTES - Escola Técnica de Saúde da UFU, e também com a participação de dois estudantes de Geografia da UFU, na condição de estagiários bolsistas.

qualidade de vida e do exercício da cidadania ativa das comunidades atendidas, por meio da constituição de espaços de convivência e de integração socioeducativas destinados, objetivamente, a atenuar, a falta de equipamentos sociais para a prática da cultura e do lazer; a ampliar o exercício dos direitos à educação, cultura, lazer, saúde e a formação crítica e a identidade cultura-comunitária.

A formulação do Programa estabelecia que o Projetos para serem apoiados deveriam estar basicamente em acordo com seguintes dimensões:

- 1) Político-institucional – firmando o Programa na agenda política das IES públicas federais para contribuir para a formulação de uma política nacional de ações afirmativas destinadas à democratização do acesso e da permanência, com qualidade, de estudantes de origem popular na universidade.
- 2) Formação acadêmica e política – visando à atuação qualificada dos estudantes de origem popular participantes do Programa como pesquisadores e extensionistas, do ponto de vista social e técnico-científico, em diferentes espaços sociais, nas comunidades populares e na universidade.
- 3) Interação comunidade e universidade - promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade a partir da implementação de projetos de extensão-ensino-pesquisa.

No caso da Universidade Federal de Uberlândia, o Programa Conexões de Saberes constitui-se em é um grande Projeto acadêmico vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX, com a denominação acima indicada de *Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares – UFU – 2010 / 2011*, no contexto do *Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares*, do Governo Federal.

Na UFU, o Programa contou com uma Coordenação local, uma Equipe Gestora, Coordenações e Equipes dos Subprojetos, um grupo de bolsistas estudantes de graduação, como também por voluntários da UFU e da Comunidade que se integraram às atividades previstas nos diversos subprojetos.

O Programa, iniciado no segundo semestre de 2010, e encerrado no final do primeiro semestre de 2011, teve como meta promover o desenvolvimento de atividades tanto com estudantes universitários de origem popular, quanto entre a universidade e comunidades

populares de Uberlândia e Ituiutaba, envolvendo várias áreas do conhecimento.

No caso da UFU, o *Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares – UFU – 2010/2011*, tendo como entendimento de que a “pobreza material, associada a relações sociais discriminadoras, fomentam um tecido social vulnerável” (PCS-UFU, 2010, p. 5). Foi formulado o Projeto da UFU e é possível afirmar que toda a proposta esteve envolvida no desenvolvimento de duas diretrizes: inserção, no planejamento e na implementação da proposta, de estudantes de graduação das diferentes áreas do conhecimento, oriundos das camadas populares, para atuarem na perspectiva crítica da Extensão Universitária; priorização de práticas que ultrapassem a ideia da simples transmissão de informações e saberes, apontando para o aguçamento do “pensar criticamente”, buscando colaborar para que todos os envolvidos busquem o entendimento e a compreensão do “mundo em que vivem”, e se na elaboração de propostas populares e na construção de ferramentas para sua comprometam efetivação, contribuindo, assim, para o processo de transformação social (PCS-UFU, 2010, p. 6).

5.1 Subprojeto Ações 14 - Geografia

No caso em tela no presente capítulo, visando discutir a experiência do Subprojeto Ações 14 – *Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia (Geografia)*, cujo objetivo foi o de oportunizar as trocas de saberes entre a universidade e comunidades populares, na perspectiva do desenvolvimento e construção de competências, habilidades e novos conhecimentos, voltados para o avanço da educação cidadã e a conquista do direito a cidade em sentido pleno.

A questão da educação para a cidadania esteve desde o início ligada ao desenvolvimento do Subprojeto Ações 14, o qual em sua gênese se inspirou em duas importantes realizações anteriores, também discutidas no âmbito dessa dissertação, a *Oficina de Desenho Urbano: As Crianças, os Jovens e a Cidade* e *Lugar e Educação Urbana*.

Desde o início, intencionou-se abordar a cidade e o urbano na ótica dos atores sociais inseridos e/ou originários e em comunidades populares, refletindo mais apuradamente sua inserção na constituição da cidade e do urbano.

Dessa forma, as atividades do Subprojeto Ações 14 *Direito a Cidade: Dialogando e*

Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia – Geografia, foram realizadas a partir de três temáticas: *Cidade, Educação e Culturas Populares; Construindo a Casa: Edificando e Habitando a Cidade; Idosos: Desenhando, Intervindo e Construindo a Cidade*.

Perpassando essas três temáticas, a cidade é aqui entendida em seu processo constitutivo dinâmico e permanente, no que tange a aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, na direção das demandas populares. Entendia-se que era necessário pensar o município e a cidade de forma qualificadamente inclusiva, com efetiva oportunidade de participação popular nas decisões e destinos locais, especialmente quanto aos interesses desses seguimentos sociais.

Nessa perspectiva, a base da proposta do Subprojeto foi calcada na discussão sobre a cidade que se tem e da cidade que se quer construir, colocando em questão o “direito à cidade”, ou seja, o formal e o real, buscando desnudar as contradições advindas das relações sociais.

Assim, o caminho norteador das atividades foi calcado na indagação central sobre a “cidade que você tem e a cidade que gostaria de construir”, utilizando a linguagem do “desenho”, sem desconsiderar a inserção de palavras e/ou frases (com caneta Bic preta em uma folha A4 branca). Haveria também “diálogos” em grupo com os desenhos desenhados, sempre sem os desenhos dos participantes do mesmo. Os resultados das atividades em grupo seriam posteriormente expostos contribuindo na continuidade dos trabalhos.

Nesta abordagem da linguagem do desenho destaca-se que... *Desenhar é desenhar-se*. O desenho nasce do fazer gestual, que é marca do corpo, corpo-presença no papel-corpo vibrátil que se faz ver por linhas de uma pessoa múltipla e multiplicada -linha-pessoa em sua condição desenhante. Os desenhos são linhas primevas, linhas-gestos, linha-corpo, linhas corpus, riquezas de possibilidades, de percepções, de apreensões, expressões e significações (FRANGE, 2003, p. 2).

Um aspecto que esteve presente no desenvolvimento das atividades propostas dizia respeito ao compromisso expresso pelo Programa em se contribuir para assegurar a permanência dos estudantes de origem popular na universidade, e, por isso, os estudantes selecionados para estágio, além da bolsa em espécie, recebiam também alimentação em termos de almoço e jantar.

Outro ponto a ser destacado refere-se às ações/atividades propostas sempre calcadas no compromisso de contribuir no estabelecimento de condições necessárias à promoção do encontro, da discussão e da elaboração de práticas pedagógicas de valorização do público alvo,

em perspectiva popular.

Nesse sentido, a formulação das propostas fundamentou-se nos princípios da transdisciplinaridade, e da multidisciplinaridade do respeito à diversidade étnica, cultural e social, apontando para a busca da ampliação dos direitos da igualdade de oportunidades para os seguimentos das comunidades populares de Uberlândia, em termos socioeconômicos, culturais e políticos.

A transdisciplinaridade é aqui entendida como a mútua e concomitante colaboração entre áreas do conhecimento e/ou técnica na realização de um projeto ou atividade, tendo como referência básica os objetivos propostos e a contribuição conjunta que em parceria, cada uma podem oferecer na concretização do empreendimento.

Já a multidisciplinaridade constitui no desenvolvimento conjunto de uma atividade ou projeto a partir do encontro e colaboração entre de áreas do conhecimento e/ou técnicas, buscando elaborar uma linguagem e caminho conjunto e amalgamado, na perspectiva de realização do proposto.

Na direção da conexão de saberes, o desenvolvimento do Subprojeto Ações 14, em termos de extensão e pesquisa buscou primar por práticas que ultrapassem a ideia da simples transmissão de informações e saberes, apontando para o aguçamento do “pensar criticamente”, colaborando para que todos os envolvidos buscassem o entendimento e a compreensão do “mundo em que vivem”, e se comprometessem na elaboração de propostas populares, e na construção de ferramentas para sua efetivação, no contexto do processo de transformação e avanço social.

Acreditando nas possibilidades da extensão e da pesquisa serem meios de ensino, foram desenvolvidas várias atividades voltadas para a reflexão da educação popular, entre elas a metodologia da comunicação com os desenhos, e as interações/conexões com as Ações da Nutrição e da Saúde Bucal de Idosos.

Por outro, destacamos nosso entendimento de que

Extensão [...] é um trabalho gestado, desde o seu início, entre pessoas da universidade e dos variados lugares das comunidades. O ensino, a pesquisa e a extensão são momentos de co-participações, nos quais todas as pessoas são atores culturais e sociais, pois atuam como propositores, realizadores e avaliadores críticos para continuidades que interliguem saber e significação para uma vida socializada e criadora (FRANGE, 2003, p. 1).

A caminhada e o encontro da universidade com comunidades populares buscando tecer e conectar saberes, estabelecendo um ponto de partida no encontro e fricção de saberes fragmentados, que contenham um significado social, e saberes sistematizados na direção de novos conhecimentos.

Nesse sentido, o conhecimento e a apropriação crítica dos problemas sociais podem propiciar a tomada de consciência e ajudar a quebrar formas de alienação, possibilitando descobertas do real, e a criação de estratégias para a superação de formas de opressão.

Outro ponto relevante a apreciar foi o da atuação no sentido de fomentar junto aos envolvidos nas atividades a reflexão sobre o que sabem, e a incorporação do acúmulo teórico da prática social, e da prática educativa, com vistas à ampliação das potencialidades, na busca de alternativas solidárias de viver, construindo e reconstruindo espaços de sociabilidade e educação para a cidadania.

Assim, as atividades se fundamentaram no diálogo e na valorização entre os saberes acadêmicos e populares. Na realização das atividades, foram desenvolvidas também vivências e dinâmicas buscando a ampliação das relações inter e intrapessoais

Quanto aos locais de realização das atividades, aquelas relativas ao público alvo aconteceram em espaços junto ou próximos de comunidades populares, escolas, associações, e no Ambulatório Didático de Geriatria do Hospital de Clínicas e na Escola Técnica de Saúde da UFU.

Como forma de organizar as atividades propostas, seja em termos de estudo, planejamento e preparação, os encontros aconteceram como maior frequência no Instituto de Geografia.

No decorrer do desenvolvimento das atividades houve idas e vindas, avanços e impasses, sucessos e obstáculos, e não poderia ser diferente, pois um Subprojeto que envolve extensão, pesquisa e ensino, as três dimensões da universidade, com certeza não é uma atividade simples, com execução meramente tarefaira ou burocrática, pelo contrário exigiu diálogo, paciência e persistência em valorizar a diversidade e amplitude de saberes presentes na direção da compreensão e entendimento das realidades com as quais se trabalhou em termos de comunidades populares.

No desenvolvimento das atividades, houve algumas parcerias internas e externas. Internamente no âmbito do Projeto *Conexões de Saberes: Diálogos Entre a Universidade e as Comunidades Populares*, o Subprojeto intencionou desenvolver suas atividades em parceria e

dentro do possível de forma integrada com os subprojetos: *Multidisciplinaridade na atenção à saúde bucal e geral do idoso* (Escola Técnica de Saúde - ESTES); *Educação nutricional* (Curso de Nutrição – Faculdade de Medicina – FAMED) e *Canteiro escola: construindo cidadania* (Faculdade de Engenharia Civil – FECIV). Somente com o último, não foi possível tal intento, uma vez que houve muitos contratempos que afetaram os cronogramas, especialmente em função da demora ou falta de materiais para as atividades.

Em termos de parcerias externas, conforme pode ser visualizado no Quadro 01, contou-se com a Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha no Bairro Jardim Brasília, a Associação Feminina e a Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola no Bairro Seringueiras, a ONG Estação Vida no Bairro Shopping Park, e a Escola Estadual Frei Egídio Parisi no Bairro Segismundo Pereira.

COLABORADOR/A	PARCEIRA/INSTITUIÇÃO	BAIRRO
Iraídes Reinaldo da Silva - Professora	ESCOLA MUNICIPAL AFRÂNIO RODRIGUES DA CUNHA	JARDIM BRASÍLIA
Rita de Cássia Silvério Faria - Professora	ESCOLA ESTADUAL FREI EGÍDIO PARISI	SEGISMUNDO PEREIRA
Vera Maria de Oliveira	ASSOCIAÇÃO FEMININA	SERINGUEIRAS
Clélia Maria Palhares Elias - Dirigente	ONG – ESTAÇÃO VIDA	SHOPPING PARK
Glauco Henrique Clemente Batista - Estudante	Instituto de Geografia da UFU	SANTA MÔNICA
Israel Ramos Moreira - Estudante	Instituto de Geografia da UFU	SANTA MÔNICA

QUADRO 01: Parceria e colaboração externa pessoas e instituições envolvidas.

Org.: Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, 2014.

Conforme já foi exposto, em termos mais gerais, as atividades do Subprojeto Ações 14 *Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia – Geografia*, foram realizadas a partir de três temáticas: *Cidade, Educação e Culturas Populares; Construindo a Casa: Edificando e Habitando a Cidade; Idosos: Desenhando, Intervindo e Construindo a Cidade*. A cidade foi então pensada em perspectiva coletiva, considerando cenários, atores e enredos, de forma a conectar e tecer saberes: universidade e comunidades populares, e a partir buscando construir/reconstruir conceitos

relativos às temáticas.

A temática *Cidade, Educação e Culturas Populares: Intervindo no Urbano* foi pensada como fomentadora para possíveis formas de intervenção proativas no sentido de políticas públicas mais amplas em termos de educação e cultura, envolvendo as comunidades populares, por intermédio de escolas, associações de moradores, sindicatos, entidades comunitárias etc., em parceria com outros subprojetos do Projeto *Conexões de Saberes entre UFU e Comunidade(s)*. A temática *Construindo a Casa: Edificando e Habitando a Cidade* foi proposta na perspectiva de atuação junto ao público alvo (mais familiares, vizinhos e amigos dos participantes) das atividades do Subprojeto *Canteiro escola: construindo cidadania*.

A intenção com a temática *Idosos em Uberlândia: Desenhando, Intervindo e Construindo a Cidade*, foi trabalhar com os mesmos idosos indicados pelo Subprojeto *Multidisciplinaridade na atenção à saúde bucal e geral do idoso*, em parceria com este e também com o Subprojeto *Educação nutricional*. Por outro lado, foi também proposto trabalhar em parceria com o Subprojeto *Educação nutricional*.

Por outro lado, as atividades desenvolvidas no âmbito do Subprojeto tiveram o intuito de colaborar no aprofundamento e aperfeiçoamento da formação acadêmica e política dos estudantes estagiários ligados direta e indiretamente ao mesmo, oriundos de segmentos populares, por meio de atividades de extensão, pesquisa e melhoria de ensino de forma interativa, envolvendo saberes acadêmicos e populares, de modo a contribuir na valorização e fortalecimento de comunidades populares.

Sobre as Atividades Desenvolvidas e as Avaliações, inicialmente estavam previstas a realização de 21 atividades, contando em parte delas com a parceria dos subprojetos: *Multidisciplinaridade na atenção à saúde bucal e geral do idoso* (Escola Técnica de Saúde - ESTES), *Educação nutricional* (Curso de Nutrição – Faculdade de Medicina, FAMED) e *Canteiro escola: construindo cidadania* (Faculdade de Engenharia Civil, FECIV), fundamentadas nos princípios da transdisciplinaridade, do respeito à diversidade étnica, cultural e social, a igualdade e equidade de oportunidades entre os diferentes segmentos sociais.

A primeira atividade foi tendo como parceiro o Subprojeto *Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI*. Os temas da Programação foram *Cidade: Cenários, Atores, Histórias e Noções de Saúde Bucal e Geral*. O público era jovens, adultos e idosos estudantes do período noturno da Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha, no bairro Jardim Brasília. Ao todo foram 80 participantes.

Sobre *Noções de Saúde Bucal e Geral*” a equipe do MASI trabalhou com: Conceito de Saúde; Breve discussão sobre bem-estar (satisfação com a vida e consigo mesmo); Autoestima; e Cuidado com o corpo, principalmente com a boca (Sistema Mastigatório, Função dos Dentes, Causa da perda dos dentes, Higiene Bucal, Autoexame).



Figura 35: Atividade em 2010.

Fonte: Acervo do Subprojeto, 2010.

A temática foi comentada pelos estudantes, sendo que um deles (Estudante CEL) disse o seguinte:

[...] Palestra foi muito interessante [...]. Aprendi [...] a como cuidar dos dentes e da boca. É muito importante escovar os dentes pelo menos três vezes ao dia. A partir do dia que eu assisti à palestra aprendi a cuidar mais da minha saúde e tenho a certeza que muitas pessoas gostaram como nós gostamos (EMARC, 2010, p. 01).

Para esta atividade utilizou-se duas cartolinas para a confecção dos crachás para os participantes que foram inicialmente divididos em dois grupos e cada Ação realizou o seu trabalho específico em cada grupo (jovens, adultos, e idosos).

Em seguida, a equipe do Subprojeto Ações 14 iniciou a atividade com o desenho

individual, a partir dos conteúdos expostos, tendo como referência *A Cidade que você tem e a cidade que gostaria de ter*. Para isso, cada participante recebeu uma folha A4 e uma caneta preta. Este foi um momento de grande envolvimento de todos os participantes. Depois, foram formados seis grupos em salas diferentes (com coordenador e relator). Cada grupo com o papel pardo na mão iniciou o diálogo com os desenhos e anotaram os resultados. Durante esta etapa de conversa com os desenhos, os participantes também ficaram bem envolvidos, o que o fato de estarem em grupos menores ajudou muito.

Segundo a avaliação dos participantes, os desenhos revelaram que *A Cidade que temos hoje* apresenta péssimas condições de moradia, como casas inacabadas e barracos; ruas com buracos e sem sinalização adequada; pouca arborização, parques e praças; aterros sanitários nas proximidades das residências; vandalismo; muitas drogas e violência; falta de pavimentação das ruas; falta saneamento básico para a população mais carente; não há preservação do meio ambiente; nem áreas de lazer; são péssimas as condições do transporte público; e de segurança. A cidade também está poluída; faltam escolas; lixo nas ruas; poucas ambulâncias e médicos especializados nos postos de saúde e nos hospitais; superlotação nos ônibus; excesso de indústrias, fábricas; muita impunidade e grande decepção com os políticos; muito trabalho e pouco tempo para descansar; trânsito desorganizado e violento; falta de respeito e de cuidado com os idosos; terrenos vagos e com lixo, entre outros.

Sobre *A Cidade que sonhamos*, os participantes escreveram que gostariam de uma cidade sem violência; com qualidade na saúde, mais vagas nos leitos dos hospitais, mais áreas de lazer como parques, praças, áreas verdes, poliesportivos, ruas melhor pavimentadas e bem sinalizadas; mais creches; bom serviço de transporte coletivo; mais programas de combate às drogas e a violência; mais investimento na educação, mais brincadeiras e tempo para o lazer; mais policiamento e segurança; menos violenta, mais opções de trabalho e estudo, menos agrotóxicos; moradias melhores e melhores salários.

Segundo um dos estudantes (Estudante ELI),

[...] [esse] tipo de evento [...] [e] muito interessante pois ensinou as pessoas a ter mais qualidade de vida e a preservar mais o planeta, cuidar de si mesmo melhor. Em minha opinião eu acho que deveria ter mais eventos assim por que além da gente se distrair é bom para conversarmos melhor com os outros (EMARC, 2010, p. 01).

A segunda atividade ocorreu na Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola, Bairro Seringueiras, em parceria com o Subprojeto *Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e*

Geral do Idoso e a Associação Feminina do Bairro Seringueiras, cuja programação foi *Cidade: Cenários, Atores, Histórias e Noções de Saúde Bucal e Geral*. O público que participou das atividades foi: jovens, adultos e idosos, em um total de 50 pessoas.

Ainda em 2010, no dia 22 de novembro, as atividades ocorreram na Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha, Bairro Jardim Brasília, no horário noturno, com a temática *Cidade, Alimentação e Vida Saudável*, em quatro momentos. Primeiro, foi a aplicação de questionário com o objetivo de traçar o perfil dos participantes sobre a questão alimentar de cada um e ao mesmo tempo o que conhecem sobre alimentação saudável. O segundo foi uma dinâmica com os 10 passos da alimentação saudável. Já o terceiro, ocorreu à abordagem sobre reaproveitamento ou aproveitamento integral de alimentos. Por fim, foi à elaboração de receitas e degustação: suco de couve com limão. Este conjunto de atividades contou com a parceria do Subprojeto *Educação Nutricional*. O público que participou das atividades foi: jovens, adultos e idosos, num total de 50 pessoas.

Alguns estudantes relacionaram bem os temas e os consideraram importantes no contexto escolar, de tal forma que disseram o seguinte (Estudante DAN):

Eu gostei muito desse projeto, pois nós aprendemos muitas coisas boas, e também foi legal juntar as turmas de outras salas, foi legal que fizemos desenhos depois separamos em grupos para discutirmos os desenhos, isso foi bom, para ocupar nossa mente com exercícios assim. Eu também acho que devemos continuar essas palestras para nós porque é muito bom (EMARC, 2010, p. 01).

No ano de 2011, ocorreram três encontros na Escola Estadual Frei Egídio Parisi. O primeiro foi responsável pela temática *A cidade, o que é isso?*, discutindo questões relacionadas ao Palco, ao Cenário, aos Atores e ao Enredo. Para a realização desta atividade dividiu-se o tempo em cinco momentos, assim disposto: exposição do conteúdo (base teórica), desenhos individuais, diálogo com os desenhos em pequenos grupos, exposição dos diálogos dos grupos, encerramento com uma avaliação das atividades. O público foi o grupo de estudantes da Educação de Jovens e Adultos, num total de 80 pessoas.

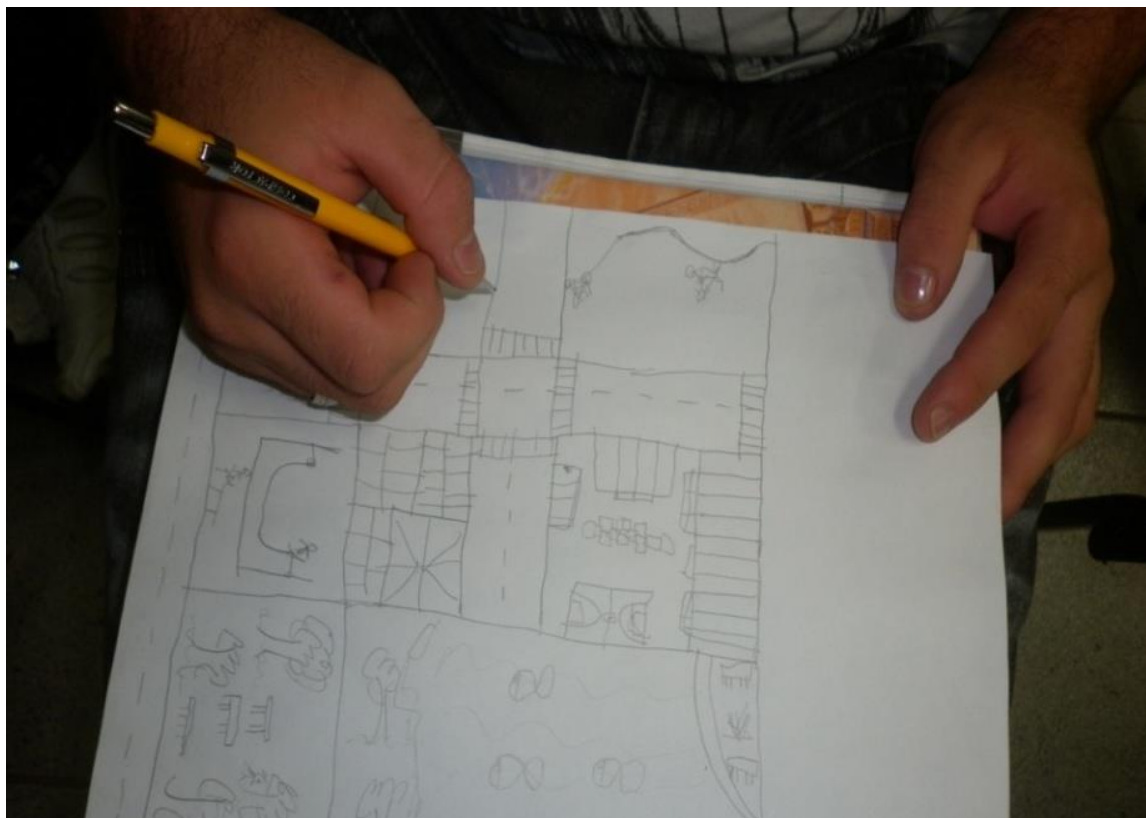


Figura 36: Atividade em 16.03.2011.

Fonte: Acervo do Subprojeto, 2011.

O segundo, no dia 31 de março de 2011, no período da noite, onde as atividades estiveram relacionadas com a temática *Cidade e Vida Saudável*. As atividades foram conduzidas pelos Subprojetos da Ações 14 e Educação Nutricional, tendo como direcionamento as ideias de *Municípios e Comunidades Saudáveis*, considerando que as condições e os recursos fundamentais para a saúde são: paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis e justiça social e equidade. Para a realização desta atividade dividiu-se o tempo em cinco momentos, assim disposto: exposição do conteúdo (base teórica), desenhos e escritas individuais sobre os pontos positivos e negativos sobre no bairro sobre *Cidade e Vida Saudável*, diálogo com os desenhos e escritas em pequenos grupos para identificar a partir do mapa sobre *Cidade e Vida Saudável*, exposição dos diálogos dos grupos, encerramento com uma avaliação das atividades. O público foi composto por estudantes da Educação de Jovens e Adultos, em um total de 80 pessoas.

Em outro momento, no período noturno com 50 estudantes da Educação de Jovens e Adultos, cuja temática na ordem do dia foi “A Cidade e a Saúde Coletiva”, realizada em parceria com o subprojeto da Saúde Bucal e Geral. A metodologia adotada foi a recepção e conversa

geral com os participantes e exposição do cronograma, fazendo algumas indagações sobre *Onde e quando cuido da minha saúde?*, *Quanto tempo gasto para cuidar da minha saúde?*, *Quanto custa cuidar da minha saúde?*, *Para que cuidar da minha saúde?*. Neste momento, uma estudante do Curso de Psicologia participou dialogando com os participantes sobre *Outro olhar sobre a Cidade e a Saúde*.

Depois a equipe da Geografia discutiu sobre *A Cidade e a Saúde Coletiva*, com abordagens sobre o Sistema Único de Saúde - SUS, considerando os seus princípios: Universalidade, Equidade, Integralidade, Descentralização e comando único, Resolutividade, Regionalização e hierarquização e Participação popular. Posteriormente, ocorreram algumas reflexões sobre *Saúde Bucal e Geral*. Após estas discussões, foram realizados desenhos individuais, diálogos com os desenhos em pequenos grupos, exposição dos diálogos dos grupos, encerramento com uma avaliação e encerramento.

Outro conjunto de atividades ocorreu no Ambulatório Didático de Geriatria (HC/UFU), com um grupo de idosos que passam por atendimentos médicos no referido Ambulatório.

Para a realização das mesmas, os componentes dos Subprojetos *Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI*, *Educação Nutricional* e *Direito à Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares de Uberlândia*, em diversas reuniões tanto no Instituto de Geografia da UFU, bem como na ESTES – Escola Técnica da Saúde da UFU, prepararam um cronograma de encontro com os idosos e suas respectivas atividades.

Em outra atividade, com a apresentação dos componentes das equipes e dos idosos, houve a entrega de crachás para as pessoas presentes, apresentação do nome, e realizada uma dinâmica com gravuras e sua colagem em duas cartolinas sobre *O que é e não é saudável?*, cujo objetivo principal era comparar com as demais colagens a serem realizadas nas próximas atividades.

Em relação às atividades, em um primeiro momento os participantes foram convidados a dialogar sobre *O que é uma cidade saudável?*, a partir do bairro em que morava, o que considerava bom e importante no seu bairro e qual relação com cidade saudável, aonde a equipe responsável conduziu as reflexões de que existem várias cidades saudáveis dentro das cidades. Outro momento foi uma dinâmica sobre *Mitos e Verdades na saúde bucal*, a partir de frases preparadas a equipe da Saúde Bucal e Geral.



Figura 37: Atividade realizada em 2011.

Fonte: Acervo do Subprojeto, 2011.

Depois, novamente a equipe da Educação Nutricional distribuiu vários painéis contendo imagens de diversos tipos de alimentos, onde se discutiu a importância dos alimentos funcionais.

Toda a equipe participante, junto aos idosos, refletiu sobre as atividades realizadas nos encontros anteriores, a importância de cada temática e uma projeção possível para o segundo semestre de 2011. Por fim, ocorreu uma avaliação geral das atividades e planejamento da continuidade do grupo. As equipes entenderam que é muito importante a continuidade dos encontros com outras temáticas, sugestões dos idosos, mas que ocorra uma temática por encontro, bem como de 15 em 15 dias.

No decorrer de realização das Ações, aconteceram reuniões semanais da Equipe para balanço do andamento das questões referentes ao Subprojeto. Dentre as atividades da equipe aconteceram estudos em grupo, como discussão e fichamento do livro *Oficina de Desenho Urbano: Desenhando e Construindo a Cidade no Cerrado*.

As atividades do Subprojeto Ações 14, um total de 11 (52%) das 21 inicialmente propostas, podem ser consideradas positivas, isto porque se atingiu os objetivos, conceitos foram trabalhados e as metodologias em geral foram satisfatórias, bem como houve envolvimento de um público significativo de 519 pessoas das comunidades externas, conforme demonstrado no Quadro 2, em são apresentadas as atividades e respectivos locais de realização, bem como o número de participantes das mesmas, totalizando em termos globais 519 pessoas.

Ademais, ao longo do tempo-espço de realização do Subprojeto, as avaliações e reflexões lado a lado com as demais atividades, possibilitaram sinergias e interação, com diálogos entre saberes e fazeres entre as equipes da Universidade e as/os parceiros e Comunidades.

Ainda no que tange a avaliação, tendo em vista os objetivos da proposta, que levavam em conta a importância tanto da informação quanto da formação, incluindo a articulação entre níveis de conhecimento, envolvendo comunidades populares, esta levou em conta aspectos qualitativos e quantitativos, como: a avaliação pela população alvo quando da realização das atividades; a elaboração e divulgação de dados e informações a respeito das temáticas e assuntos trabalhados no decorrer do desenvolvimento das atividades, entre outros.

No caso das instituições de ensino com as quais trabalhamos, entendemos que as atividades de extensão serviram como aproximação entre universidade e escola e ao mesmo tempo uma nova perspectiva de aula, conforme disse uma professora da escola.

DATA	LOCAL E ATIVIDADES	Participantes
25/10/10	Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha. Jardim Brasília. <i>Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI e Cidade: Cenários, Atores, Histórias e Noções de Saúde Bucal e Geral.</i>	80
13/11/10	Associação Feminina e Casa Assistencial Pai Joaquim de Angola. Seringueiras. <i>Cidade: Cenários, Atores, Histórias e Noções de Saúde Bucal e Geral.</i>	50
11/03/11	Estação Vida, ONG, Bairro Shopping Park. Ação 14 <i>Municípios e Comunidades Saudáveis.</i> Discussão ambiental a partir do documentário: <i>Ilha das Flores.</i>	80
16/03/11	Escola Estadual Frei Egídio Parisi. Segismundo Pereira. Ação 14 <i>Municípios e Comunidades Saudáveis.</i>	80
24/03/11	Estação Vida, ONG, Bairro Shopping Park. Ação 14 <i>Municípios e Comunidades Saudáveis.</i> Discussão ambiental a partir do filme: <i>Wall-E.</i>	80

31/03/11	Escola Estadual Frei Egídio Parisi. Segismundo Pereira. Subprojetos Ação 14 e Educação Nutricional <i>Municípios e Comunidades Saudáveis</i> .	80
28/04/11	Escola Estadual Frei Egídio Parisi. Segismundo Pereira. <i>A Cidade e a Saúde Coletiva</i> . Subprojetos Ação 14 e Saúde Bucal e Geral.	50
12/05/11	Ambulatório Didático de Geriatria (HC/UFU). Subprojetos <i>Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI, Educação Nutricional e Direito à Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares de Uberlândia. O que é e não é saudável?</i> .	05
19/05/11	Ambulatório Didático de Geriatria (HC/UFU). Subprojetos <i>Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI e Direito à Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares de Uberlândia</i> . Cidade Saudável E Saúde Bucal e Geral.	05
26/05/11	Ambulatório Didático de Geriatria (HC/UFU). <i>Educação Nutricional, Psicologia e Terapia Ocupacional</i> . Alimentação saudável e estilos de vida.	05
02/06/11	Ambulatório Didático de Geriatria (HC/UFU). Subprojetos <i>Multidisciplinaridade na Atenção à Saúde Bucal e Geral do Idoso - MASI, Educação Nutricional e Direito à Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares de Uberlândia</i> . Avaliação das atividades realizadas no ambulatório com os idosos.	04
Total	11	519

QUADRO 02: Discriminação das atividades desenvolvidas e número de participantes (público alvo).

Org.: Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos, 2014.

O tema foi pertinente para os estudantes da EJA. Muitos puderam esclarecer dúvidas e conceitos equivocados. Possibilitou o diálogo e uma aproximação dos estudantes e professores da EJA com a Universidade. Houve grande envolvimento e participação dos estudantes nas atividades propostas. Os estudantes da EJA tiveram um comportamento exemplar, participaram colaboração, perguntaram e compartilharam os seus anseios a respeito da cidade que sonham e da cidade que tem. [...]. O envolvimento dos estagiários nas tarefas foi fundamental para o êxito da atividade. A disposição da equipe da Universidade se deslocar até a Escola para realizar a tarefa foi interessante, agradável e legal, o que vem desmistificar que a universidade está distante da escola pública; ou seja, ela é uma parceira (SILVA et al., 2010, p. 01).

Destaco aqui que a formulação e desenvolvimento do Subprojeto Ações 14 *Direito a Cidade: Dialogando e Matutando – Universidade e Comunidades Populares em Uberlândia (Geografia)* juntamente com mais dois colegas de universidade, no contexto do Programa Conexões de Saberes: Universidade e Comunidades Populares – UFU, e na perspectiva da

aproximação e do diálogo com seguimentos sociais subalternizados e por vezes marginalizados dos benefícios que a cidade pode propiciar, constitui-se em mais uma jornada na direção do que como educador venho procurando seguir. Isso só foi possível com as parcerias, disposições e empenhos das colaboradoras e colaboradores, que conosco trabalharam, e do público alvo que acolheu o convite e veio partilhar conosco, conectando saberes, estudando realidades, levantando alternativas e construindo novos conhecimentos.

Dada a relevância das questões postas, finalizando este capítulo que aborda a temática de saberes em conexão e interdisciplinaridades, quero ainda fazer um registro que considero relevante, que diz respeito ao entendimento de “meio ambiente”, o qual precisa ser abrangente, encontrando e amalgamando “sociedade e natureza”. Falar em "meio ambiente" como algo reduzido a elementos da "natureza" é um equívoco e estreiteza descabida, frente ao conhecimento a ciência, a tecnologia, e aos desafios socioambientais da contemporaneidade, a começar pelo principal que é a pobreza ainda amplamente disseminada pelo mundo todo. Como pensar em projetar o futuro frente às condições em que multidões de famintos não sabem como e quando terão sua próxima refeição? O desafio está posto, e não é de hoje.

ENCERRANDO SEM FINALIZAR

O rumo de nossas vidas não está traçado deterministicamente para nós. Nós o devemos inventar, à maneira do garimpeiro, no leito do rio, mas só o rio, o rio da história, vai com suas águas ajudar-nos a descobri-lo. Será sempre uma descoberta-criação relativa, provisória, pois diamantes não se encontram em quilos e toneladas. São sempre fragmentos. O brilho de poucos quilates pode ser lindo, mas é daqueles poucos quilates. Para alhures e para amanhã restam outros diamantes a serem descobertos, outros rumos, outros sentidos, cheios de vida.

(Tiago Adão Lara - Maio de 2014)

Desenvolver a dissertação em tela, *Itinerários Geográficos: Pensando e Refletindo*, na qual me propus a revisitar e apreciar uma parte de trabalhos que realizei em certos momentos do longo percurso até aqui, de 44 anos no aprendizado e na prática da Geografia e da Educação tem sido um enorme desafio, o da lida com o tecer uma escrita, objetiva-subjetivamente falando, o que necessariamente envolve razão e emoção.

Memórias e memoriais são fundamentos do viver e existir enquanto “humanos” que somos, e que se situam histórica e geograficamente em termos socioambientais, a partir de uma sociedade dada, a qual encerra relações determinantes quanto ao nosso “lugar” e “espaço” no concerto dinâmico de sua constituição.

Assim, analisar e discutir trabalhos realizados e pensar sobre sua contribuição, especialmente para a temática da Geografia nas inter-relações com a Educação; o Município, a Cidade-Urbano e a Educação Popular, necessariamente envolve a busca de uma compreensão mais acurada e burilada quanto aos meandros e complexidades das realidades nas quais nos inserimos em nossas vivências.

Laborar e elaborar sobre as temáticas definidas, *Geografia, Município, Cidade-Urbano e Educação; O Que se Tem, e o Que se Deseja: “Desenhando”, Educando e Construindo “Lugares”; Participação e Cidadania: Planejamento e Gestão Municipal; Cidade(s), Cidades na Cidade: Palcos, Cenários, Enredos... e Saberes em Conexões: Interdisciplinaridades* constituíram-se em uma viagem com muitos percursos e itinerários.

A viagem por dentro de realizações, no caso laborais, aponta para uma destinação que coincidirá em termos globais com o mais íntimo e central do ser e sua identidade, algo que não é possível romper.

Nesse *sentido*, destaque-se que resgatar itinerários profissionais e socioculturais de uma pessoa, não significa que se está falando sobre ela, mas discutindo e refletindo quanto a trajetórias, realizações e produções, no caso, relacionadas à Geografia e suas interrelações, e não é possível separar a pessoa, do geógrafo e professor, uma vez que o geógrafo e professor constitui significativo conteúdo da pessoa.

Tomando como ponto de partida realizações anteriores, algumas acontecidas a quinze ou vinte anos atrás, o tecer este texto fez aflorar lembranças e trazer à tona um leque de experimentações tanto agradáveis e alegres, quanto sofridas e angustiantes, assim como contentamentos e frustrações. Tudo no curso e em processo da vida e seu acontecer.

Em um momento datado, sem dúvida foi um a nova prática e aprendizado, revisitar e rediscutir realizações tendo como viés a Geografia e a Educação, considerando o município como unidade político administrativa do Estado brasileiro; a cidade, educação urbana como educação para a cidadania; oficina de “desenho” – “desenhando” e construindo lugares; a cidade e o urbano em verso e canção e direito a cidade: dialogando e matutando – Universidade e comunidades populares em Uberlândia (desdobrado em três temáticas, cidade, educação e culturas populares, construindo a casa: edificando e habitando a cidade e idosos: desenhando, intervindo e construindo a cidade).

Percorrer os caminhos dessa dissertação, dar tantos passos, rever de maneira especial e com outros olhos e bagagens trabalhos anteriormente realizados, e apreciá-los foi uma empreitada que ajudou a confirmar minha modesta, mas persistente colaboração na Educação para a Cidadania, através de práticas da Geografia e Educação socialmente referenciadas. Tal opção iniciada a mais de 36 anos, a de buscar atuar profissionalmente a partir de um entendimento da função social da universidade, junto às comunidades externas, em especial às populares na perspectiva de conectar saberes e contribuir na perspectiva da elevação dos patamares de inclusão social e, conseqüentemente, da formação política e do avanço da democracia.

Dando curso à reflexão, quando se fala em “lugar”, em “cidade”, em “educação” é necessário indagar. Do que se trata ao se falar do “lugar”, da “cidade” e da “educação”? Do lugar, da cidade e da educação para que e para quem? Isso no sentido de colocar em discussão

“os lugares”, “cidades” e “educações” que se tem e os que se quer, enquanto construção/construções socioculturais e políticas.

O “lugar” em que se vive e conseqüentemente a “cidade” são empreendimentos que tem como pressuposto o bem estar e realização indistinta de seus habitantes. No caso da cidade, esta se constitui em uma das criações mais consistentes e de maior êxito da humanidade, buscando construir o mundo no qual vive, a partir de seus desejos mais profundos, sendo ela, portanto o “mundo” que o homem criou, a cidade é também com a “era urbana”, o “mundo” no qual está condenado a viver. Dessa maneira, e de forma indireta e sem consciência clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem em sociedade se faz a si mesmo.

Nessa condição, o direito à cidade em sentido pleno, não é simplesmente direito de acesso ao que já existe, mas também direito a mudar o existente, em força dos mesmos desejos mais profundos. Isso implica em estarmos seguros de que podemos viver com aquilo que produzimos (problema para qualquer planejador, urbanista, pensador utópico). O direito, porém de refazermos a nós mesmos, criando um urbano e seu entorno qualitativamente diferente do já existente. Isso se constitui em nosso entender, no mais precioso de todos os direitos, não como mera formalidade, mas como possibilidade de vivência efetivamente humana.

Para que se possa avançar nas necessárias mudanças de caráter sociopolítico, a teoria e conhecimento são ferramentas fundamentais e imprescindíveis. Por outra parte, se teorizamos e possuímos uma visão, isso não é o suficiente para desvelar o real, e para avançar, necessário se faz apontar a direção para “olhar” e “enxergar”. Tal prática teórica não pode perder de vista que a teoria deve dar suporte para a possibilidade de caminhos no sentido de orientação da ação e do trabalho. Como realização cerebral humana, sem dúvida a teoria tem um imenso e inestimável valor para as sociedades, para a humanidade. Assim, sua finalidade deve ser a do equacionamento de questões postas quotidianamente para as coletividades e pessoas.

Outro aspecto que consideramos importante destacar, diz respeito à necessidade do avanço na transdisciplinaridade e na multidisciplinaridade, pois encontrar disciplinas, promover diálogos entre elas e amalgamar saberes, contribui no refinamento do conhecimento frente às realidades sobre as quais devemos trabalhar, seja no campo da Geografia e da Educação, ou de qualquer outra área, seja no ensino regular ou não.

Destaque-se que o processo constitutivo dos diversos “lugares” e “territórios”, como não poderia deixar de ser é um reflexo da sociedade. Assim, considerando a relação entre os homens e com a natureza em seu fazer e realizar, seja no urbano com a cidade ou no rural com

o campo, a cidade e o campo podem ser entendidos como palco-cenário do que em Geografia costuma se conceituar “espaço”, com conteúdo dinâmico e em permanente constituição/reconstituição, o “enredo”, embora “palco-cenário” e “enredo” sejam indissociáveis, e assim o espaço é também um todo.

Aqui, assumo a Educação como aquela voltada para emancipação e libertação, frente a sujeitos inseridos histórica e geograficamente em uma sociedade como a brasileira, a qual tem gerado por séculos uma inclusão excludente, de amplas parcelas de sua população, e que nos propomos a ensinar e aprender sobre tal situação e discutir caminhos e alternativas para a superação de tal situação estaremos atuando na direção da Educação Popular. Não há processo e prática educacional bancária ou não, neutra; a educação é sempre um ato político, independentemente de qualquer vontade.

Outro ponto que merece destaque nesse momento, diz respeito à importância de não se absolutizar a educação escolar no que tange as necessárias mudanças político-sociais pelas quais nossa sociedade necessita enfrentar urgentemente. Frente a isso, no campo educacional escolar e não escolar é necessária à ampliação e consolidação de uma “formação para a cidadania” consistente, e para tanto os pressupostos da Educação Popular são de grande valia, se queremos uma sociedade democrática e cidadã, a qual só se efetiva se calcada no empoderamento dos setores populares (dos povos indígenas, dos afrodescendentes, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos, dos jovens, e das crianças), na direção de se tornarem objeto e sujeitos de sua própria história.

Registro ainda que a Educação para ser Popular necessita fundamentar-se na radicalização da ideia dos “direitos humanos”, o que implica no perscrutar as vozes das maiorias; na formação intelectual dos seguimentos populares e no aprofundamento de sua “moral”; na acuidade quanto ao preparo para a ação e direção política; na permanente e aprofundada discussão das dimensões éticas das relações sociais e em pedagogias a partir das quais o aprendizado seja um desafio enquanto criação coletiva, assumidos por mulheres e homens construtores de “libertação”, e dispostos a assumirem-se como sujeitos de suas histórias, contribuindo na constituição de outros mundos possíveis, prenes de “humanidades”.

É importante assinalar que a Educação Popular prima pela criação de um senso crítico, que busca levar as pessoas a entenderem e a comprometerem-se com a elaboração de propostas populares, e assim contribuírem no processo de transformação social. Ela tem como ponto de partida a convicção de que as pessoas das comunidades populares possuem um saber fragmentado, por vezes amplo e rico, que contem forte significado e grande importância

sociocultural.

Prosseguindo, entendo que o Homo Faber é inseparável do Homo Sapien, uma vez que além do trabalho todos laboram intelectualmente, utilizam seu intelecto, desenvolvem alguma atividade artística etc., ou seja em sentido amplo pensam, tem sensibilidade e tem uma maneira de entender o mundo; “filosofam”. Assim contribuem para a manutenção ou mudança da concepção do mundo, o que sem dúvida ajuda a estimular o pensamento de novas maneiras.

Nesse sentido, o conhecimento e a apropriação crítica dos problemas socioambientais permite a tomada de consciência e pode ajudar a quebrar formas de alienação, possibilitando descobertas do real e a criação de estratégias para a superação de formas de opressão.

Assim, é importante fomentar junto às comunidades populares à importância da reflexão sobre seus saberes e a busca da incorporação do acúmulo teórico na prática social.

Como desdobramento, a Educação Popular torna-se um instrumento capaz de despertar e qualificar o potencial popular para a construção de alternativas solidárias de inclusão social. Desta forma, a Educação Popular pode constituir-se em decisivo instrumento que desperta e qualifica o potencial popular na busca pela construção de alternativas solidárias de viver nos espaços do município, seja na cidade ou no campo.

Na perspectiva da Educação Popular, as experiências formativas a partir da Geografia podem contribuir na fundamentação e no fortalecimento de convicções, princípios e valores de caráter comunitário, e a ideia de “território” (local), entendido com espaço de ricas e intensas vivências e lugar de produção da vida coletiva entendida em perspectiva efetivamente comunitária e, portanto, popular, é de relevante importância.

Destaco ainda que a utopia constitui-se em um desafio para o pensamento, entendendo que a perspectiva do avanço e fortalecimento da Educação Popular é um desejo utópico, pode descortinar e abrir caminhos para o fortalecimento de vínculos de solidariedade e cooperação, capazes de criar novas realidades nas quais o direito a ter direito, a concretização de oportunidades e os interesses dos segmentos socialmente majoritários sejam efetivamente passíveis de realização.

Como nos dizia o mestre e geógrafo Milton Santos, o caminho das mudanças não pode depender dos de cima, dos dominantes, e das elites, dos segmentos hegemônicos, nem tão pouco de setores das classes médias mais abastadas, aferrados a privilégios e vantagens econômicas e políticas. As mudanças serão impulsionadas na medida em que os segmentos populares conquistarem a cena política no campo, na cidade, em todo canto pelos espaços e territórios

Brasil afora.

Se o sonho obriga a pensar, afirmo que o pensamento é fundamento indispensável para ação, na concretização das utopias inventoras e propiciadoras de novos mundos possíveis.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 30.

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação*. Em busca de uma nova racionalidade, São Paulo: Paulus, 2002.

AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 2004. (Col. Os Pensadores).

ALESSANDRI CARLOS, A. F. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos. Vol. 1, n. 1, p. 11-30, 2004.

ALMEIDA, Maurício Rosa de. *Contrastes – Poesias*. Uberlândia: Nova Editora e Artes Gráficas. 1996. p. 100.

ALVES, Arlete Maria da Silva; VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão. Desenvolvimento local e gestão municipal. *Sociedade Natureza*, Uberlândia, ano 17, n. 32, p. 1-36, jun. 2005.

ALVES, Rubem. Professor não vale nada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1999. Especial 7 – Ranking da Ciência.

_____. Ranking da Ciência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 set. 1999. Especial, p. 7.

ANDRADE, Livia M.; FONSECA, Maria de Lourdes P. A transformação no uso dos espaços públicos em Uberlândia. *Revista Horizonte Científico*, v. 1, n. 9, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/issue/view/310>. Acesso em: 23 out. 2012.

ANDRES, M. H. Arte e educação. In: _____. *Os caminhos da arte*. Petrópolis. Vozes, 1997. p. 114.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de filosofia*. São Paulo: Moderna, 1992.

ARBEX JR., José. Barbosa e Salete, história sem fim. In: *Revista Caros Amigos*, São Paulo, fev. 1999, p. 10-11.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Col. Os Pensadores).

_____. *Poética*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Col. Os Pensadores).

ASSIS, Isabela. A cidade é sua. Cuide dela. In: *Revista Escola e Família*, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 12, p. 21-23, Inverno 2006.

ASSUNÇÃO, Raiane (Org.). *Educação popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

AZIBEIRO, N. E. Entrelaços do Saber: uma aposta na desconstrução da subalternidade. 26. Reunião Anual da ANPED, 2003. *Anais...* 2003.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181-354. (Col. Os Pensadores).

BARBOSA, R. C. *Educação Popular e a construção de um poder ético*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/078/78barbosa.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BATISTA Jr., P. N. O círculo do giz da “Globalização”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, nov. 1998, p. 85-97.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação popular*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Conferência sobre o tema “Educação Integral e Sustentabilidade”. *Encontro Temático do Programa Município que Educa*, 2, 2012, Jacaré - SP. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/undime-sp-e-ipf-realizam-ii-encontro-tematico-do-programa-municipio-que-educa#more-4268>>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Coordenação de Publicações; Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Caixa Econômica Federal e Instituto Polis, 2001.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_182_shtm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Artes. Brasília: MEC, 1996.

BRENSON, Michael. In: *PERSPECTIVAS da Arte Pública*. Arte Pública. São Paulo: SESC, 1998.

BRINHOSA, Mário César. Interdisciplinaridade e transversalidade. Possibilidades e equívocos. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas: Autores Associados; Caçador-SC: Universidade do Contestado, 2000. p. 171-192.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1987. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo; 23).

BUTTIMER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio Carlos. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-193.

CALLAI, Helena Copetti. *A formação do profissional da Geografia*. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Trad. de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton et al. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHIAPPINI, Ligia. *Aprender e ensinar com textos de estudantes*. São Paulo: Cortez, 2001.

COUTO, Marcos Antônio Campos; ANTUNES, Charles da França. A formação do professor e a relação escola básica – universidade: um projeto de educação. In: *Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 14, p. 30-40, 1999.

COSTA, Manuel A. Migrações internas no Brasil. Rio de Janeiro, *IPEA/INPE*, 1971. Monografia nº 5.

COUTO, Marcos Antônio Campos; ANTUNES, Charles da França. A formação do professor e a relação escola básica – universidade: um projeto de educação. In: *Terra Livre*. nº 14, AGB, São Paulo, 1999. p. 30-40.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 103-115.

DELORS, Jaques. *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2001.

DOWBOR, L. Governabilidade Descentralização. In: *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v .10, n. 3, 1996. p. 21-35. (Desenvolvimento Local, Gestão Pública Participativa e Sustentabilidade; 36).

EVANS, B.; STEPHENS, J. D. Development and the World Economy. In: SMELSER, N. J. *Handbook of Sociology*. Cidade: SAGE Publisher, 1988. p. 739-773.

FALCÃO VASCONCELLOS, L. G.; FREITAS, C. M. de. A cidade e o urbano em verso e canção. *Rev. Olhares & Trilhas*. v. 3, n. 3, p. 10-27, 2002.

_____. Aprendendo: ensinando o lugar da educação urbana. In: *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU/PEIC/Instituto de Geografia, 2007. p. 13-36.

_____. Concluindo ou continuidades possíveis. In: *Oficina de desenho urbano: desenhando e construindo a cidade no cerrado*. 2. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, PROEX, 2004. p. 176-181. Cd Rom.

_____; ALVES, Arlete Maria da Silva. Desenvolvimento local e gestão municipal. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia: n. 32, p. 15- 26, jun. 2005.

_____ et al. Desenho urbano: as crianças, os jovens e a cidade no cerrado, um percurso. In: *Oficina de desenho urbano: desenhando e construindo a cidade no cerrado*. 2. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia/PROEX, 2004. p. 13-26. CD-Rom.

_____; FRANGE, Lucimar Bello Pereira (Org.). *Oficina de desenho urbano: desenhando e construindo a cidade no cerrado*. 2. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, PROEX, 2004. p. 203. Cd Rom.

_____; FREITAS, Cláudia Maria. *A cidade e o urbano em verso e canção*. Uberlândia: Área de Geografia da Escola de Educação Básica/ Universidade Federal de Uberlândia, 2002. p. 139.

_____; SAMPAIO, Adrianly Ávila Melo; OLIVEIRA, João Carlos de. Geografia(s) e conexões de saberes. In: SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SANTOS, Antônio Carlos dos; CARVALHO, Ricardo Ferreira de (Org.). *Diálogos, comunidade, cidadania: o Programa Conexões de Saberes na UFU*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia; Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, 2011. p. 159-176.

FAZENDA, Ivani Catarina. *A interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Wesley Diniz. Olhar vendo. In: VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga Falcão; SILVA, Angélica Aparecida et al. (Org.). *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU; PEIC, 2007; Instituto de Geografia, 2008. p. 215-240.

FIFA 11 pela saúde: a bola rasteira do manual. Roteiro e direção de Luiz Gonzaga Falcão Vasconcellos; Sueli Matos Souza Chagas. Uberlândia: LAGEPOP/UFU, 2014. Filme digital. (23 m 21 s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CXg0ndt1jR8>>.

FILGUEIRAS, Aldísio. *Manaus: as muitas cidades*, 1987-1993. Manaus: Ed. do autor, 1994.

FIORI, J. L. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: _____. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 14-46.

FORIN, José Luiz. De gustibus non est disputandum? Para uma definição semiótica do gosto. In: LANDOWSKI, Eric; FIORIN, José Luiz. *O gosto da gente, o gosto das coisas*. São Paulo: EDUC, 1977. p. 15-17.

FRANCO, A. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991. 144 p.

_____. *Medo e ousadia*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 13.

_____. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

_____; NOGUEIRA, A. *Que fazer? Teoria e prática em educação*. São Paulo, Vozes, 2002.

GADELHA, Raimundo. *Para não esqueceres dos seres que somos*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 47.

GADOTTI, M. *Preparacion de la vi conferência mundial de icea: educação popular comunitária: Notas para um debate*. 1991. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf> Acesso em: 20 mar. 2013.

GALVEAS, Ernane. Síntese da Conjuntura – Atividades Econômicas. In: *Carta Mensal*. Confederação Nacional do Comércio. Vol. 45, número 531. Rio de Janeiro: Cia Editora e Gráfica Barbero, junho/1999.

GERSCHENKRON, A. *El Atraso Económico en su Perspectiva Histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968. p. 367-378.

GIL, Gilberto. Metáfora. In: *Um banda um*. Rio de Janeiro: Warner, 1982. 1 CD. Digital estéreo.

GONZÁLES, R. R. La Escala Local del Desarrollo. Definición y Aspectos Teóricos. *Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, ano I, n. 1, nov. 1998.

GRAHAM, Douglas H.; HOLLANDA FILHO, Sérgio B. Migrações internas no Brasil: 72-1970. São Paulo, *INPE / ENPq*, 1984.

GRAMASCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAZIA, G. de; GRIMBERG, E. (Org.). *A questão sócio-ambiental no espaço urbano: limites e desafios*. Direito à cidade e meio ambiente. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, 1993. p. 174-82.

GROSSI, Maria Auxiliadora Cunha. *Elementos para uma pedagogia do poético: métodos e práticas para uma comunicação dos sentidos*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e documentação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 1999.

GUATTARI, Felix. *Caosmose*. Trad. De Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992. p. 125-140.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. Trad. De Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loiola, 2005.

HIRSCHMAN, A. Auge y Decadencia de la Economía del Desarrollo. In: GERSOVITZ, M. et al. *Teoría y Experiencia del Desarrollo Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 448-469.

KONDER, Leandro. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 73-82.

LAMOUNIER, Bolívar. Tudo pelo Social? In: *Brasil em Exame 98*. São Paulo: Editora Abril, nº 673, 1998. Encarte da Revista Exame.

LARA, Tiago Adão. *A escola que tive... o professor que não fui*. São Paulo: Cortez, 1996.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

LEGOFF, Jaques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira (Org.). *Milton Santos*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2007. p. 179. (Col. Encontros: a arte da entrevista).

LEME, Heladio J. *Apresentação. Condições socioeconômicas das famílias de Uberlândia*, 2001. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/Condicoes2001.pdf>. Acesso em: 23 out. 2012.

LEMENHE, José Antonio O. P. Paisagem urbana e utopia. In: SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 163-170.

LEMO, A. I. G. de. SILVA, M. L. ARROYO, M. (org.) *Saúde Pública na América Latina: questões de geografia política. Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 249-60.

LEMO, A. I. G. de; SILVA, M. L. ARROYO, M. (Org.). *Patologias do ambiente urbano: desafios para a Geografia da Saúde. Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. p. 277-293.

LEONI (Org.). *Uberlândia: tecendo saberes populares*. Uberlândia: PROEX/UFU, IG, LEGEO, 2011. p. 250.

LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 17-25, fev. 1997.

LIMA, Maymi Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LOMONACO, Maria Aparecida Toschi. Planeta São Paulo: Departamento de Patrimônio. *Revista Cidade*, São Paulo, Multicultural, 1995.

_____. Planeta São Paulo: departamento de patrimônio. In: *Revista Cidade*. São Paulo: Multicultural, 1995.

MARTINS, Sérgio. A cidade nas sombras da ordem. In: *Revista do Departamento de Geografia*, nº 10, FFLCH/USP, São Paulo, p.11-125, 1996.

_____. A cidade nas sombras da ordem. In: *Revista do Departamento de Geografia*, nº 10, São Paulo, FFLCH/USP, 1996, p. 11-125.

MATA, Milton et. al. Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: INPEA/INPES, 1973. (Col. relatórios de pesquisa).

MATOS, Ralfo. Migrações em Belo Horizonte: Desconcentração espacial e exclusão. *Geografia*, Rio Claro, Vol. 21 (1): 153-173, Abril, 1996.

MAY, Rollo. *O Homem à Procura de Si Mesmo*. 18. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

MELLO, Marco. *Pesquisa participante e educação popular*. Porto Alegre: Ísis; Diálogo – Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA – Instituto Popular, 2005.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão popular*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária é trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004b.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária, autogestão e educação popular*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a.

MINISTÉRIO da Saúde. *O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios*. Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. 3 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley da. *Geografia Crítica. A Valorização do Espaço*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOREIRA, Maria Terezinha. O que é, onde é e como é o meu lugar? In: FALCÃO VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga; SILVA, Angélica Aparecida et al. (Org.). *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU; PEIC, 2007; Instituto de Geografia, 2008. p. 171-186.

NOGUEIRA, Nibo Ribeiro. *Interdisciplinaridade aplicada*. São Paulo: Érica, 2002. NÓVOA, António (Org.). *Vidas de Professores*. 2. edição. Lisboa: Porto Editora, 2009.

PERRENOU, P. As competências para ensinar no século XXI. A formação dos grandes projetos e transformação no sentido de lugar. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia, v. 8, n. 21 jun. 2007. p. 18-28.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAIXÃO, Fernando. *O que é poesia*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Primeiros Passos; 63).

PECHMAN, Robert Moses (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. In: *Terra Livre*, São Paulo, nº 14, AGB, p. 90-110, 1999.

PORTELA, Fernando; VESENTINI, José W. *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo: Ática, 1988. (Série Viagem pela Geografia).

PRANAB, B. Economics of Development and the Development of Economics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 2, p. 129-142, Spring 1993.

PROGRAMA Conexões de Saberes Entre UFU e Comunidade(s) – PCS. Uberlândia:

Universidade Federal de Uberlândia; Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, 2010. 25 f. (Mimeo).

PROJETO Universidade e Cidade: Convergências na construção de uma gestão urbana participativa. Plano Diretor Participativo de Nova Ponte. Uberlândia; Nova Ponte: PROEX/UFU, 2005, 10 f. (Mimeo).

REIGOTA, Marcos. *Meio ambiente e representação social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RIBEIRO, K.S.Q.S As redes de apoio social e a educação popular: apertando os nós das redes. 27. Reunião Anual da ANPED. *Anais...* 2004.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil. *Terra Livre*, São Paulo, AGB, n. 15, p. 129-144, 2000.

ROCHA, Paulo Mendes da. Revista Caros Amigos, ano VI, nº 61, abr. de 2002. (Entrevista).

RODRIGUES, Hila. Pobreza de espírito. In: *Revista O Estado de Minas Economia*. Minas Gerais, nº 17, set./99. p. 18-27.

SAMPAIO, Adrianly de Ávila Melo; SAMPAIO, Antônio Carlos Freire (Org.) *Ler o mundo com as mãos e ouvir com os olhos: reflexões sobre o ensino de Geografia em tempos de inclusão*. Uberaba: Vitória, 2011.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 61.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Por uma Geografia Nova*. Da Crítica da Geografia à Geografia Crítica. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 15. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.

SAWAIA, Bader. *Artimanhas da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARTZ, Adriano. O poeta tumultuado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Mais, p. 07, 17 out. 1999.

SENAC. DN. *Formação e trabalho*. Davide Mota. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 1997.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SILVA, Angélica Aparecida. Lugar, consciência e educação. In: FALCÃO VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga; SILVA, Angélica Aparecida et al. (Org.). *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU; PEIC, 2007; Instituto de Geografia, 2008. p. 37-53.

SILVA, Armando Correa da. A Subtotalidade Geografia e Sua Especificidade. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 4, ano, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: AGB, 1980.

_____. Apresentação. In: *Seleção de textos*. Teoria e Método, São Paulo, AGB, 1985b.

_____. *De Quem é o Pedaco?* Espaço e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

_____. *Geografia da População*. São Paulo: 1985a. (Mimeo).

SILVA, Iraídes Reinaldo da. O lugar da matemática na educação urbana. In: FALCÃO VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga; SILVA, Angélica Aparecida et al. (Org.). *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU; PEIC, 2007; Instituto de Geografia, 2008. p. 105-133.

SILVA, J. B.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. (Org.). *A Cidade e o Urbano: temas para debates*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997.

SLATER, A. Crownley. *Geologia para engenheiros*. São Paulo: Lep, 1961.

SPOSITO, M. P. *O povo vai à escola*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Urbanização no Brasil*. São Paulo: Secretaria do Estado da Educação / SP. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1993. (Geografia – Série Argumentos).

_____. *Capitalismo e urbanização*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000. Coleção: Repensando a Geografia.

VALCÁRCEL, José Ortega. *Los horizontes de la geografía*. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

VALLA, Victor; STOTZ, Eduardo. *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1993.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, s.d.

VESENTINI, José William (Org.). *O Ensino de geografia no século XXI*. Campinas: Papirus, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

XAVIER, Gleice Aparecida. A educação urbana: alienação e subversão. In: FALCÃO VASCONCELLOS, Luiz Gonzaga; SILVA, Angélica Aparecida et al. (Org.). *Lugar e educação urbana*. Uberlândia: PROEX/UFU; PEIC, 2007; Instituto de Geografia, 2008. p. 89-104.